

Avante!

Mais de 50 mil desfilaram no Porto

Mais e melhor emprego!



Mais de 50 mil trabalhadores, na sua maioria portugueses mas também vindos de outros países, manifestaram-se nas ruas do Porto por ocasião da Cimeira de Santa Maria da Feira. Exigiram o pleno emprego, com mais direitos, numa UE onde se registam 16 milhões de desempregados e 65 milhões de pobres.

Pág. 5



Reuniu o Comité Central do PCP

Rumo ao XVI Congresso

Págs. 15 a 18

O Comité Central do PCP examinou os principais aspectos da situação social e política, procedeu a uma primeira abordagem das eleições presidenciais, definiu as principais tarefas para os próximos meses e debateu questões relativas à preparação do XVI Congresso do PCP, a realizar em 8, 9 e 10 de Dezembro deste ano.

Filhos de emigrantes na Suíça O lugar do Português

O que é a escola de Português? Os filhos dos emigrantes na Suíça falam Português? Que motivação para as horas extra de aulas em cada semana? Alex Milheiros, em entrevista ao «Avante!», fala sobre estas e outras questões.

Págs. 14 e 19

Seminário em Évora Melhor Poder Local

Com a intervenção de Carlos Carvalhas e larga participação de eleitos, técnicos e trabalhadores das autarquias, o encontro do PCP apontou novos caminhos para melhorar o papel dos comunistas na vida do Alentejo.

Pág. 8

Ministério ensaia recuo A luta na EPPET

Depois da denúncia pública, o Ministério da Educação veio dizer que ainda não está decidido a entregar a escola de Telheiras ao grupo Ensinus. São os primeiros resultados da luta na EPPET.

Pág. 32

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Carvalhas
na Euromanifestação

Resumo

14 Quarta-feira

O PCP acusa o ministro do Ambiente, José Sócrates, de «agir sem legitimidade democrática» ao atribuir a gestão do programa Polis a entidades privadas ● A Universidade do Porto lança uma licenciatura de Jornalismo e Ciências da Comunicação ● Termina a Cimeira entre as duas Coreias, tendo ambos os dirigentes, Kim Jong-Il e Kim Dae-Jung, acordado em trocar prisioneiros políticos e permitir o reencontro de famílias separadas ● O primeiro-ministro das Ilhas de Salomão apresenta a sua demissão, esperando assim fazer recuar as milícias que ocuparam a capital do país e evitar a guerra civil.

15 Quinta-feira

É aprovado na Assembleia da República o projecto de lei dos Verdes que altera a lei sobre os resíduos tóxicos industriais perigosos, parando assim o processo de co-incineração ● É aprovada na Assembleia da República a lei que despenaliza os touros de morte em Barrancos ● É preso em Moscovo Vladimir Gusinski, dono do único canal televisivo privado russo, acusado de desvio de capitais avaliados em dez milhões de dólares.

16 Sexta-feira

Realiza-se um colóquio sobre violência doméstica, organizado pela Procuradoria Geral da República juntamente com o Ministério da Igualdade ● A Direcção Nacional da PSP anuncia que Portugal é o país mais seguro da Europa, afirmando que as probabilidades de um estrangeiro ser assaltado no nosso país é de 0,002 por cento ● Jaime Gama, no papel de presidente do Conselho Europeu, defende que a próxima Cimeira Europa-África, agendada para 2003, seja realizada em Lisboa ● A presidência da União Europeia anuncia a realização da primeira Cimeira UE/Índia para dia 28 de Junho ● O ministro do Ambiente José Sócrates apresenta na AR um projecto de lei que visa retirar o licenciamento às câmaras municipais no programa Polis.

17 Sábado

O Comité Central do PCP termina a sua reunião de dois dias,

onde define uma estratégia para as presidenciais e debate a preparação do XVI Congresso a realizar em 8, 9 e 10 de Dezembro, no Pavilhão Atlântico do Parque das Nações ● Jacques Delors, ex-presidente da Comissão Europeia, defende a criação de uma Federação de Estados-nações para a União Europeia ● As autoridades do Montenegro acusam Belgrado do atentado contra Vuk Draskovic, líder da oposição a Milosevic ● Termina em Lisboa, promovido pela Sociedade Portuguesa de Genética Humana, um encontro internacional para discutir os problemas do património genético humano e o direito de cada um à privacidade.

18 Domingo

O Banco de Portugal anuncia que se está a preparar para exigir aos bancos o reforço de provisões em relação ao crédito, enquanto o Governo se recusa a tomar medidas para manter os valores actuais das taxas de juro ● O presidente da CES (Confederação Europeia de Sindicatos), durante um encontro com António Guterres e na véspera da realização da Cimeira da Feira, entrega ao actual presidente da UE um documento que visa «lembrar» os objectivos de Lisboa em relação ao emprego na União ● A Etiópia e a Eritreia assinam em Argel um acordo para cessar as hostilidades ● É encontrado no Kosovo um gigante arsenal de armas do UCK, contendo toneladas de material bélico.

19 Segunda-feira

Mais de 50 mil trabalhadores manifestam-se no Porto por uma Europa de pleno emprego, manifestação esta promovida pelo CES e organizada pela CGTP/IN, a maior já vista naquela cidade desde o 1.º de Maio de 1974 ● Têm início os exames nacionais do 12.º ano ● Tem início em Santa Maria da Feira a última Cimeira organizada pela presidência portuguesa da União Europeia ● O Conselho de Segurança da ONU ratifica a retirada das tropas israelitas do Sul do Líbano, com Kofi Annan a afirmar que «a linha de retirada não é suposta ser a da fronteira internacional» ● São descobertos 58 cadáveres de emigrantes ilegais e dois sobreviventes num camião holandês no porto de Dover em Londres.

Distribuição e assinaturas

Conforme já veio assinalado no número anterior, a morada da Distribuição da Editorial «Avante!» mudou para - Av. Gago Coutinho, 121, 1700 Lisboa. O número de telefone passa a ser, para a distribuição e assinaturas o seguinte:

218 429 836

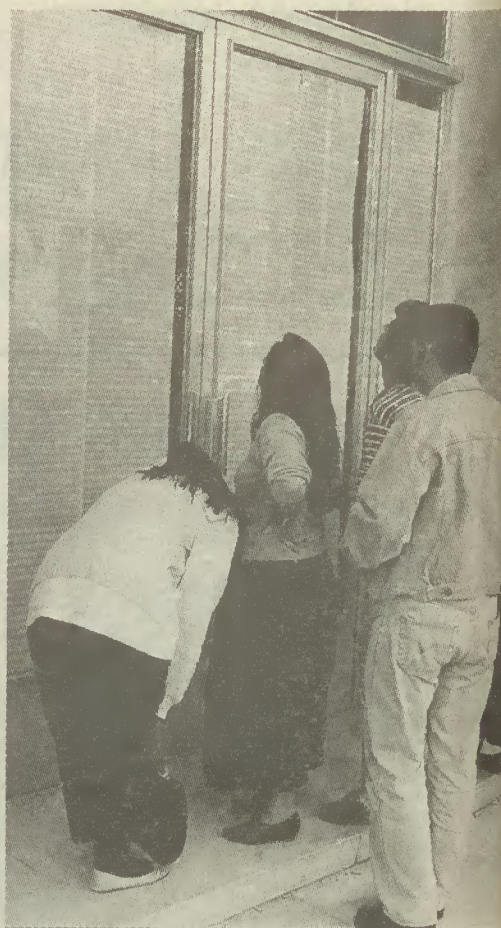
Aconteceu

Portugal «campeão» da iliteracia

Num estudo internacional organizado nos 20 países que integram a OCDE designado «Literacia na Era da Informação», Portugal surge com os níveis mais baixos de literacia (20%), o que o torna «campeão» da iliteracia (que atinge cerca de 80% da população portuguesa). Os testes aplicados mediram três tipos de literacia: **Prosa** (capacidade de compreender e usar informação de textos

corridos), **Documental** (capacidade de conseguir identificar e utilizar informação contida em diferentes formatos, tais como impressos, mapas, tabelas e horários) e **Quantitativa** (capacidade de lidar com material escrito envolvendo operações numéricas). Em todas as competências analisadas os portugueses surgiram com a elevadíssima taxa de incapacidade na ordem dos quase 80% (três quartos

da população), o que coloca o nosso país numa aterradora situação de analfabetismo funcional. Segundo o estudo, em situação pior que a nossa só o Chile e, em alguns parâmetros, a Polónia e a Eslovénia, enquanto em países como a Suécia ou a Dinamarca os valores são exactamente ao contrário do que se passa em Portugal: 80% com bons níveis de literacia e só 20% com problemas de iliteracia.



Portugal apurado para quartos de final

A selecção portuguesa de futebol derrotou o seu segundo adversário - a selecção da Roménia - e ficou automaticamente apurada para os quartos de final do Campeonato da Europa de Futebol, a decorrer na Bélgica e na Holanda. Após vencer brilhantemente a selecção de Inglaterra, Portugal enfrentou uma equipa romena muito táctica e experimentada, que soube «encaixar-se» no jogo desenvolvido pelos portugueses, nomeadamente na marcação a meio

campo, arrastando o empate a zero até ao último minuto. E foi exactamente no último minuto que um livre, genialmente marcado por Luís Figo sobre a grande área adversária, deu a Costinha, recém-entrado na contenda, a oportunidade de introduzir fulgurantemente a bola na baliza. Segue-se o terceiro e último jogo desta fase, agora com Portugal enfrentando a Alemanha, mas já sem depender do resultado.

«500 anos do Brasil» na Manuel da Maia

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, esteve presente na inauguração da exposição «500 Anos do Brasil - O Encontro entre Dois Mundos» realizada pela Escola E.B. 2,3

Manuel da Maia, em Lisboa, com o apoio da Embaixada do Brasil - que se fez representar na inauguração -, da Comissão Nacional para os Descobrimientos, das Câmaras Municipais de Lisboa e

Sesimbra, da Junta de Freguesia de Santo Condestável, da Casa do Gaiato de Lisboa e do Casalense Futebol Clube. A Exposição - que abriu a 14 de Junho e estará patente ao público até 30 de Junho

- «é tridimensional e tem como objectivo revelar ao público a grande diversidade da cultura e civilização brasileiras», levando a cabo «uma exposição interactiva, a fim de que os espectadores (em es-

pecial os alunos) se sintam em completo envolvimento e até cumplicidade, nas diversas experiências que lhes são facultadas», onde pontifica a tecnologia: TV, vídeo, slides, sonoplastia, fotografia, computadores e CD ROM. A Exposição foi construída por um vasto conjunto de professores e profissionais da Manuel da Maia, com coordenação geral da prof.ª Maria Eduarda Alves de Oliveira.



Morte e Vida Severina no Castelo de S. Jorge

A célebre peça brasileira *Morte e Vida Severina*, com texto de João Cabral de Melo e Neto e músicas de Chico Buarque de Holanda, integra as Festas de Lisboa 2000 através da Companhia Ensaio Aberto, que a está a apresentar ao público em pleno Castelo de S. Jorge desde o dia 20 e com representações também previstas para 21, 22 e 23 de Junho (portanto até à próxima sexta-feira, inclusive), sempre no mesmo local e com início às 22 horas. A entrada é livre. *Morte e Vida Severina* é o mais recente trabalho da Companhia Ensaio Aberto. Este magnífico poema de João Cabral de Melo e Neto é um clássico da literatura bra-

sileira e conta a história de Severino, lavrador que emigra do sertão pernambucano para o litoral, fugindo do latifúndio. Foi musicado por Chico Buarque de Holanda e encenado nos anos 60, tornando-se também um clássico da dramaturgia brasileira. As músicas destes espectáculos agora apresentados pela Companhia Ensaio Aberto são as originais de Chico Buarque. Em cena, estarão quatro músicos ao som de violas caipiras, violão, cello, baixo acústico, sitar e acordeão. Foram criados arranjos especiais para esta montagem do *Morte e Vida Severina*, que são cantados pelos 21 actores que compõem o elenco.



Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Cimeira coreana

A Cimeira em Piongiang, entre Kim Jong Il, Presidente da República Popular e Democrática da Coreia, e Kim Dae-Yung, Presidente da República da Coreia do Sul, constitui um acontecimento pleno de significado para a vida do povo coreano, dos dois países, e para toda a situação na região.

A Coreia é um país milenar, com um só povo, uma só língua, uma só cultura dividida artificialmente pela intervenção militar dos EUA no final da Segunda Guerra Mundial com o estafado pretexto de conter o socialismo emergente no norte.

No período da guerra fria os EUA desencadearam com o apoio do regime fantoche do sul um ataque militar que visava abater o socialismo no norte e manter uma base avançada contra a URSS, a China e a RDPC. O povo coreano, com o apoio da República Popular da China e da URSS, conseguiu ao cabo de três anos de guerra, resistir, não que sem para o efeito tivesse de pagar com mais de um milhão de mortos e a destruição do país. A intervenção dos EUA na Coreia, a vários milhares de quilómetros dos EUA, foi um exemplo chocante da política imperialista dos EUA no mundo.

A própria Cimeira constitui em si um acontecimento de enorme significado

Os EUA conseguiram dividir a Coreia e, desde então, a Coreia continuou a sangrar pois até agora os EUA têm utilizado o regime do sul para afetar estacionados cerca de quarenta mil soldados, armados com o mais sofisticado armamento, incluindo o militar. Todos os anos em manobras militares conjuntas o regime do sul com os EUA ameaçam a paz e a segurança na península e na região. O clima de guerra é de tal ordem que o regime sul coreano apoiado pelos EUA construiu um muro na linha divisória que atravessa todo o país e só transponível para as aves. O tipo de construção é para decénios e nunca ninguém o conseguiu ultrapassar. O muro de Panumjang é um exemplo acabado da divisão artificial, imposta de fora, pelo país mais poderoso a um pacífico país do Oriente.

Os EUA na sua política de domínio do mundo cravaram os dentes na Coreia para se manterem na região e não a querem largar, dado que a península faz fronteira terrestre com a Rússia e China e marítima com o Japão, países que os EUA não desistem de colocar na órbita de interesses antagónicos.

Neste contexto, a própria Cimeira constitui em si um acontecimento de enorme significado. Fala-se de História quando se fala do desembarque em Piongiang do Presidente Kim Dae-Yung, pois, à primeira vista, uma tal Cimeira leva a um degelo e pode ser um início de um processo de aproximação entre as duas partes. A aproximação entre os dois países num clima de respeito mútuo, de não ingerência, é um passo para a paz.

A RDP da Coreia e os movimentos de paz têm defendido a reunificação pacífica e democrática do país, o que em termos de perspectiva é correcto. Porém, neste momento, face ao desequilíbrio da cor-

relação de forças que significaria a reunificação? O sul engolir o norte como a RFA a RDA? O que parece ser seguro é o caminho da eliminação da tensão entre Norte e Sul. Para tal, os passos a dar são claramente: incrementar medidas que unifiquem famílias, libertar prisioneiros nos dois lados, desenvolver os laços comuns e de outra ordem entre os dois lados, manter o diálogo, libertar o sul do país de armas nucleares, retirar todas as tropas estrangeiras do sul (o norte não tem qualquer soldado estrangeiro), desmilitarizar a península, criar um quadro de respeito pelos dois sistemas, deixando as populações de cada lado a optar livremente pelo seu regime, sem ingerências, sem pressões e muito menos com ameaças. Se assim for, será sem dúvida muito longo o processo; mas valerá a pena pois a sua direcção é a da paz e da estabilidade e cooperação numa área nevrálgica para todo o continente e para o mundo. A visita de Kim Jong Il ao sul, a verificar-se, certamente aprofundará esta perspectiva.

Há muito que os comunistas portugueses são solidários com o povo coreano contra a militarização da península, pela retirada das tropas estrangeiras que conduza a uma reunificação pelo respeito dos dois sistemas. É dentro deste espírito solidário que aplaudem todos os passos que sejam dados para avançar nesse clima.

Editorial

O PARTIDO E O CONGRESSO

Durante dois dias, o Comité Central do PCP debateu importantes questões relacionadas com a situação política nacional e com a intervenção e a actividade do Partido, nomeadamente a preparação do XVI Congresso. A necessidade de, à semelhança do que aconteceu na primeira fase preparatória, articular a preparação do XVI Congresso com a intervenção do Partido nas várias áreas da vida nacional, emerge como um objectivo de primordial importância face à situação actual.

O prosseguimento, por parte do Governo do PS, da sua política de direita com o consequente agravamento dos problemas do País, dos trabalhadores e de amplas camadas sociais, coloca com grande premência a necessidade de continuar, dinamizar e organizar a resistência e o combate a essa política – resistência e combate que têm como perspectiva abrir o caminho a uma nova política, a uma política de esquerda que inicie a resolução dos problemas dos trabalhadores e das classes e camadas mais atingidas pela política de direita. Sendo uma evidência o acentuado desgaste e descrédito do

ponsabilização de quadros, do contacto com membros do Partido mais afastados da actividade partidária e da sua integração nela, da concretização com êxito da campanha de difusão do «Avante!» e da campanha nacional de fundos) – eis algumas das direcções de trabalho que hoje se colocam ao colectivo partidário. Para além, naturalmente, da sua intervenção activa e dinâmica em todo o processo de construção do XVI Congresso.

O balanço da primeira fase preparatória do Congresso confirma as enormes capacidades e potencialidades do Partido. Vários milhares de militantes, em centenas de reuniões e a partir da «Nota de Trabalho» aprovada em Fevereiro pelo Comité Central, debateram um amplo painel de problemas e expressaram um vasto e diversificado conjunto de opiniões, de ideias, de sugestões e propostas. O resultado desse debate constitui um contributo inestimável para a elaboração das Teses, cujo projecto terá como referência os grandes capítulos e as grandes questões que constituíram a estrutura central da «Nota de Trabalho» e que serão apresentadas ao XVI Congresso depois de novo debate em todo o Partido. E, se se tiver em conta que esta primeira fase ocorreu num período caracterizado por uma ampla, profunda e forte intervenção do Partido, é fácil apreender o significado de que se reveste, em termos de capacidade de intervenção e militância consciente, a participação desses milhares de militantes no debate.

Não é possível comparar o incomparável. Vale a pena, no entanto, sublinhar a singularidade do PCP, no quadro partidário nacional, em matéria de prática democrática congressual. Os militantes comunistas, chamados a intervir com a sua opinião desde o início do processo de preparação, fazem do Congresso do seu Partido um acto colectivo que a todos diz respeito porque diz respeito ao Partido que é de todos. E intervêm sabendo que a participação de cada um é fundamental para que o Congresso venha a decidir de acordo com a vontade colectiva – e sabendo, igualmente, que essa intervenção é complementar da sua intervenção nas lutas de todos os dias e é, em si mesma e por isso, um caminho para o reforço do Partido hoje, para uma cada vez mais forte ligação às massas, para um crescente conhecimento da realidade nacional e internacional, para o fortalecimento e afirmação dos valores, ideais, identidade e projecto do Partido.

Naturalmente, é sempre possível – e necessário – corrigir, melhorar, aperfeiçoar, fazer mais e melhor. Essa tem sido, é e continuará a ser, em todos os congressos, uma preocupação permanente do colectivo partidário. Por isso, «renovando o seu vivo apelo a uma participação e mobilização dos militantes do Partido no debate preparatório do XVI Congresso, o Comité Central assegura o seu firme empenho para que ele possa representar um fortalecimento da vida democrática interna, marcado pela reflexão criadora e pelo debate de ideias, pela serenidade e respeito pela diversidade de opiniões, como é indispensável à procura e encontro das melhores orientações e caminhos de intervenção do Partido no futuro próximo».

“Vale a pena sublinhar a singularidade do PCP em matéria de prática democrática congressual”

Governo e o crescente descontentamento popular perante medidas governamentais que afectam negativamente as condições de vida e de trabalho da maioria da população, é igualmente incontestável o papel desempenhado nesse desgaste pelas lutas dos trabalhadores. Como justamente sublinha o Comité Central, as lutas de massas constituíram um elemento decisivo para a compreensão do verdadeiro conteúdo e objectivos da política do Governo e para o seu acentuado descrédito. E é igualmente óbvio o papel desempenhado pelos comunistas no desenvolvimento dessas lutas.

Dá a necessidade não só de prosseguir mas de intensificar a intervenção do Partido, dando continuidade à intensa actividade levada a cabo nos últimos meses. Assegurar o êxito do regresso da «Festa da Alegria», em Braga, de 7 a 9 de Julho; dedicar à «Festa do «Avante!» toda a atenção necessária; fazer das próximas batalhas eleitorais nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira grandes momentos de intervenção partidária e de massas com vistas ao reforço eleitoral da CDU; continuar os múltiplos esforços conducentes ao reforço orgânico e interventivo do Partido (através do prosseguimento da realização de Assembleias das Organizações, da continuação do reforço do Partido nas empresas, do recrutamento de novos militantes, da maior res-

Actual Vedetismo: o que é?

• José Casanova

Vivemos um tempo de subversão do conteúdo das palavras e dos conceitos, em que valores humanos fundamentais são apresentados como velharias «desajustadas dos tempos actuais» e substituídos por antivalores glorificados como o supra-sumo da «modernidade». Um cidadão que assumia na sua vivência uma postura solidária, fraterna, de intervenção reflexiva sobre a realidade e em defesa dos seus direitos e interesses (que são, ao fim e ao cabo, os interesses e direitos de milhares de milhões de seres humanos), é visto como um ser «antiquado», cego face às «novas realidades»; em contrapartida quem assimile e pratique o egoísmo, o individualismo, o sucesso a todo o custo, é visto como um «homem do seu tempo», «um homem moderno». Este estímulo ao «salve-se quem puder» na base do «vale-tudo» e esta condenação implacável de quem persiste na defesa do que de mais nobre e elevado existe na condição humana, vêm ganhando espaço crescente no pensamento dominante e constituem exem-

plos flagrantes da perversidade que marca a sociedade em que vivemos.

Vem tudo isto a propósito de «Costinha - O herói desconhecido», peça vinda a público no «Público» de 19 de Junho. O Costinha em questão é, como facilmente se pode prever, o autor daquele magnífico golo que, no último segundo do jogo com a Roménia, deu a vitória à selecção portuguesa, assegurando-lhe desde já o primeiro lugar no grupo a que pertence. Diz-nos o autor da peça que Costinha, que tem vivido «num relativo obscurantismo na imprensa portuguesa», teve no dia do seu golo o «seu dia» e, portanto, «um inevitável protagonismo» - protagonismo que «o jogador não soube ou não quis aproveitar», na medida em que, «com todas as rádios, televisões e jornais dispostos a ouvi-lo» (...) «preferiu falar apenas para um órgão de comunicação social». Até aqui, tudo é claro: Costinha, apesar de ser um bom

jogador, não tem merecido os favores da comunicação social; no dia em que marcou um golo decisivo (que o projectou para a ribalta) optou por falar apenas para um órgão de informação. Só que tal atitude desagradou visivelmente ao autor do texto que adverte severamente: «Costinha não pode cair na tentação do vedetismo!»

Postas as coisas assim, só à luz da tal subversão do conteúdo das palavras é possível considerar a atitude do atleta como manifestação de vedetismo - porque, vistas as coisas com objectividade, há que concluir precisamente o contrário do que concluiu o jornalista. E se a isto acrescentarmos as declarações, referidas na mesma peça, de um ex-colega de Costinha na equipa do AS Mónaco que, além de sublinhar as suas qualidades futebolísticas, o aponta, igualmente, como «detentor de um óptimo carácter», menos serão as razões para tal acusação. Afinal, vedetismo o que é?



O sol e a peneira

• Leandro Martins

Para quem ainda não acreditasse, estes últimos dias da presidência portuguesa da União Europeia trouxeram alguns esclarecimentos sobre a natureza e os objectivos do processo de integração. Cimeiras de Lisboa ou de Santa Maria da Feira, contestadas por poderosas manifestações de trabalhadores - muitos deles vindos de outros países europeus -, mostraram que, preocupados embora em tapar o sol ardente da falta de «coesão social», os protagonistas máximos da política dos Quinze não resolveram senão os pontos que lhes interessavam, como bons mandatários dos interesses do capitalismo transnacional que são.

De facto, todas as resoluções no domínio económico e financeiro desmentiram sistematicamente não só os pretensos objectivos de criar emprego e de defender os princípios da coesão social, com foram mais longe, permitindo, nos seus articulados, «flexibilizar» tudo no âmbito do trabalho e da segurança social. Os milhões de desempregados, de pobres e de excluídos não cessarão de aumentar neste paraíso europeu onde com tanta leviandade nos quiseram integrar.

Hoje, até o obreiro-mor dessa integração selvagem reconhece que as últimas cimeiras não produziram resultados. E que a que foi intitulada de cimeira do emprego «foi mais uma reunião académica do que política».

Estas retumbantes declarações, no entanto, não podem ser lidas sem lhes apontarmos a hipocrisia, filha certamente do desgosto de ter passado, ele, Soares, a figura de segundo plano. Desfere-as sobre Guterres, e a ironia com que lhe elogia a «prestação», por ter deixado, durante a presidência portuguesa «uma grande impressão, por falar de improviso em várias línguas e revelar um grande conhecimento de todos os dossiers» - coisa com que ele próprio nunca se preocupou - vem carregada do fel ácido da inveja...

Entretanto, os entendimentos e acordos urdidos entre os mais poderosos dos Estados membros avançam a todo o gás e em breve teremos aí mais tenebrosas novidades a confirmar que estas cimeiras não pretendem senão confirmar-lhes os seus poderes e ratificar as suas decisões. Chirac, que se entende bem com o seu homólogo alemão e leva o socialista Jospin debaixo do braço, já anunciou uma «descomunitarização» das cooperações reforçadas. O que quer apenas dizer, segundo terá explicado, que os mais fortes podem deixar para trás os países que «não estão preparados» ou que têm reticências em acompanhar o comboio da concentração de poderes.

Enquanto tudo isto se passa ao almoço, durante as sessões fala-se da... Áustria. Ou do emprego.



Jogadas

• Anabela Fino

A ponte Vasco da Gama apresenta fissuras e deficiências várias, apesar de ter custado os olhos da cara ao erário público; o Terreiro do Paço, que desde o tempo do marquês de Pombal resiste a todas as mudanças, está a afundar-se sem que ninguém saiba explicar por que razão; Soares voltou à ribalta para desancar a presidência portuguesa da União Europeia, onde só vislumbra o mérito de Guterres ser capaz de improvisar em várias línguas; as taxas de juro sobem, sem qualquer consideração pelas opiniões do nosso Primeiro-Ministro...

Não fora a selecção nacional e seria caso para dizer que os portugueses em geral e o Governo em particular só têm motivos que os ralem. Deve ser por isso que PS e PSD, pela voz de alguns dos seus mais destacados dirigentes, adoptaram nos últimos tempos a linguagem futebolística. Durão Barroso, que

aparentemente não consegue levar o PSD a lado nenhum, foi mesmo mais longe - verbalmente, é claro - ao declarar outro dia acreditar ter dado «um contributo» para a vitória da selecção, graças à sua «concentração» e confiança nos jogadores nacionais. Não custa imaginá-lo, identificado com o esférico, insensível a pontapés cabeçadas e fintas, de olhar vidrado e esfíngica expressão, emitindo vagas magnéticas ou lá do que for, enquanto repete para os seus botões «havemos de ganhar, havemos de ganhar, havemos de ganhar...». Fala de futebol ou de política? Nem vale a pena perguntar. É como na história de «por quem os sinos dobram»: dobram por ti.

Também Guterres agarrou no 0-2 que se transformou no 3-2 para ilustrar o estado da Saúde em Portugal desde que o seu executivo entrou

em acção, que é como quem diz começou-se em desvantagem mas dê-se tempo ao tempo que se há-de acabar em beleza. Em Beleza? A língua portuguesa é mesmo traiçoeira. E logo agora que o Tribunal de Contas veio revelar o estado calamitoso das contas da Saúde.

É bem verdade que o jogo contra a Roménia demonstrou que até ao lavar dos cestos é vinda. O busflis da questão é que o campeonato ainda agora vai no adro, e que jogo é jogo, por um se ganha e por um se perde. E se a política é um jogo...

Que vivemos num país de *fezadas* já se sabe; que somos os maiores ao primeiro sucesso e os mais miseráveis ao primeiro desaire, também; mas os políticos, senhores, não era suposto terem mais tento na tola? Ou será que nos fazem de tolos enquanto a bola muda de campo, e entremesentes, nos bastidores, trocam camisolas e discutem os *cachés*?



Frases

“Anda tudo ao contrário: recusa-se o controlo político dos deputados e, em contrapartida, onde pode haver mais tensões antidemocráticas e caciquistas, pensa-se em acabar com os executivos camarários pluricolores(...) A melhor experiência cívica de fiscalização do poder local vai pelo cano, em favor da «eficácia» administrativa”

(Oscar Mascarenhas, Diário de Notícias, 14.6.00)

“O mais curioso é que estas propostas do PS - desconfiar dos deputados e dar todo o poder aos autarcas vencedores - eram de Cavaco Silva. Percebe-se porque tirou ele o tapete a Durão Barroso.”

(idem, ibidem)

“Esta ideia de vitimização, de que a Europa tem culpas históricas, e deve pagar a dívida, percorre todos os poderes em África. Esta irresponsabilização é ótima para as elites: nunca são sujeitos históricos, são sempre objectos.”

(Mia Couto, escritor moçambicano, Público, 15.6.00)

“E constrói-se esta visão mítica de que a África era um paraíso e depois vieram os de fora, com a colonização, a escravatura, esquecendo as cumplicidades, as conivências internas que aconteceram. Reconstroem um passado para se desresponsabilizarem no presente.”

(idem, ibidem)

“É vital que o PSD mantenha a sua liberdade crítica face ao PP, que é seu adversário não por ser «de direita», mas porque age em coligação com os socialistas e objectivamente contra o PSD.”

(José Pacheco Pereira, idem)

“Com base em argumentos seguramente muito eruditos e de elevados conhecimentos técnico-jurídicos, mas incompreensíveis para pessoas comuns, há quem acabe por revelar que, afinal, tudo é possível na Justiça portuguesa”

(Henrique Monteiro, Expresso, 17.6.00)

“Preferimos não ganhar votos dizendo a verdade do que ganhá-los semeando a mentira. Salazar, Haider e Portas estão nesse patamar.”

(Carlos Carvalhas, Focus, 17.6.00)

“Depois do «Paulinho das Feiras» aí está, com a bênção dos santos populares, o «Paulinho das Marchas»”

(Miguel Coutinho, idem)

“Na Idade Média, não sabiam o que era a peste e não a podiam combater. Estamos assim face à droga.”

(Luís Salgado Matos, Público, 19.6.00)

“Despenalizar [o consumo de droga] não é apenas imperativo ético (...), mas medida importante para maior eficácia das políticas de redução de danos e preventivas”

(Júlio Machado Vaz, Jornal de Notícias, 18.6.00)

Mais de 50 mil manifestaram-se no Porto Pela Europa do trabalho

A política monetarista da União Europeia desmente as preocupações sociais, contraria o pleno emprego, agrava as desigualdades e a exploração dos trabalhadores.

Confirmando a capacidade de mobilização para dar expressão pública ao descontentamento e ao protesto de quem trabalha, evidenciada no dia 23 de Março, a CGTP-IN teve uma muito forte presença na grande manifestação de segunda-feira, no Porto, convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos para o primeiro dia da reunião cimeira do Conselho Europeu, que encerra a Presidência portuguesa.

A conversa social dos governantes é desmentida pela política neoliberal

peia, «é um escândalo que na Europa, uma das regiões mais ricas do mundo, tenhamos hoje em dia tantos desempregados e tanta exclusão social». No discurso na Praça da Liberdade, o presidente da CES exigiu «um cunho social para o processo de construção europeia». «Onde estão as políticas económicas, nomeadamente as de harmonização fiscal, que permitam concretizar o compromisso da Cimeira de Lis-



Carlos Carvalhas e outros dirigentes do PCP juntaram-se aos manifestantes

A exigência de medidas políticas concretas, que correspondam à aceitação do objectivo do primeiro emprego contemplada nas conclusões da Cimeira de Lisboa, foi o principal motivo apontado pela CES para esta manifestação. Para a confederação sindical euro-

boa, em Março, pondo em aplicação a estratégia de desenvolvimento com pleno emprego», perguntou Emilio Gabaglio.

Carvalho da Silva, vibrantemente saudado pelos manifestantes concentrados junto ao palco — enquanto muitos milhares ainda des-

filavam desde a Rotunda da Boavista —, acompanhou as reivindicações da CES, defendeu que «este é o momento de passar da Europa do euro à Europa do pleno emprego e à Europa social e dos cidadãos», e apontou os motivos acrescidos que possuem os traba-

lhadores portugueses para saírem à rua exigindo mudanças de política. Face a um nível salarial que é o mais baixo da Europa, defrontam-se com uma política de contenção dos salários e uma chocante injustiça fiscal, com reduzida protecção social e grande atraso no ensino e formação; o desemprego real supera as estatísticas oficiais e há muitos postos de trabalho em risco.

O secretário-geral da CGTP reclamou medidas de combate à precariedade de emprego, ao trabalho clandestino e ilegal, aos abusos de recibos verdes, trabalho temporário e trabalho a tempo parcial, exigiu o cumprimento da legislação e dos contratos colectivos de trabalho e a redução dos horários até às 35 horas.

Para Carvalho da Silva, as posições da Ecofin e da Comissão Europeia quanto às orientações económicas — privilegiando o rigor orçamental sem atender à natureza das despesas públicas,

insistindo nas políticas monetaristas e na flexibilidade laboral — bem como as recentes decisões do Banco Central Europeu suscitam a maior preocupação, pois «estas políticas, que caracterizam a globalização neoliberal constituem os pressupostos que conduziram à grave situação do desemprego na Europa, à precarização das condições de trabalho, à fragilização da protecção social, às desigualdades sociais».

Forte participação

A concentração na Rotunda da Boavista, o desfile até à baixa e o comício sindical junto à Câmara Municipal contaram com uma forte participação de trabalhadores idos de todo o País. Florival Lança (com quem publicamos uma entrevista na página seguinte) revelou que o número de manifestantes de estruturas da CGTP superou em muito o número de lugares disponíveis nos transportes colecti-

vos alugados. E citou um camarada portuense, que lhe admitiu ter sido esta a única vez que uma manifestação encheu a Praça da Liberdade.

A Agência Lusa, que adiantou o cálculo de mais de 50 mil manifestantes, confirmado por aquele sindicalista, descreveu «um cordão humano com mais de seis quilómetros» e citou uma fonte da organização da manifestação, considerando que esta foi a de maior vulto ali realizada desde o 1.º de Maio de 1974.

Na «euro-manif» participaram milhares de trabalhadores espanhóis, franceses, italianos e gregos, fazendo-se representar, com delegações de dirigentes e activistas, estruturas sindicais de praticamente todos os países da UE.

Entre os manifestantes esteve o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de Jerónimo de Sousa e Emídio Ribeiro, membros da Comissão Política, e outros dirigentes comunistas.

Florival Lança sobre o balanço da Presidência e as perspectivas da luta sindical

Passar à acção

Apesar do desequilíbrio de forças, a luta dos trabalhadores é a via mais segura para mudar a política e não apenas as declarações dos governantes.

«Tenho que puxar muito pela cabeça... Se calhar, não consigo encontrar» - começou por dizer o dirigente da CGTP, quando questionado pelo «Avante!» sobre o que trouxe de bom para os trabalhadores o primeiro semestre de governação europeia, presidida pelo executivo português. Responsável, na Comissão Executiva da Intersindical Nacional, pelas relações internacionais, Florival Lança explicou os motivos de descontentamento e protesto da

«Deveria ter uma componente muito forte de busca de soluções para os problemas»

comunista aponta «a insistência na política causadora do actual estado de coisas, ou seja, a insistência nos critérios de convergência nominal, numa política monetarista, na flexibilização laboral...»

Florival Lança refere também que «a afirmação do euro, enquanto moeda forte ou até dominante no plano internacional, defronta-se com dificuldades muito sérias». Sublinha que «persiste um elevado número de desempregados, e existem também 65 milhões de europeus que vivem abaixo do limiar mínimo de pobreza - 65 milhões de pessoas totalmente excluídas» (corrige o número de 60 milhões, indicado por outras fontes).

Neste quadro, a presidência portuguesa «deveria ter, naturalmente, uma componente muito forte de questões sociais, de busca de soluções para os problemas», o que não se verificou. «É verdade que fez uma cimeira extraordinária sobre o emprego; é verdade que a recuperação do conceito do pleno emprego, que foi forte razão de luta dos sindicatos e é um princípio muito caro aos portugueses e até está consignado na nossa Constituição, é extremamente importante e positiva; foram também adoptadas algumas medidas de carácter prático que vão neste sentido», admite Florival Lança.

«A insistência na sociedade da informação, da inovação e do conhecimento, e algumas medidas que foram tomadas ou vão ser tomadas agora, em Santa Maria da Feira, têm também alguma importância, e digo alguma porque, no caso concreto de Portugal, por exemplo, é um

pontapé para a frente, um queimar de etapas», observação justificada pelo facto de que «temos níveis altamente preocupantes, em termos de educação e ensino, como se vê até nos últimos dados sobre a matéria fornecidos pelo Eurostat; também temos os salários mais baixos da Europa e é impossível pensar que a introdução da Internet em todas as escolas vai colmatar uma falha de milhões de trabalhadores no activo, que ganham miseravelmente e não têm acesso a esses meios». Assim, defende a CGTP, «requere-se mais do que a implantação destes aspectos, requere-se a sua democratização, para não criar mais um elevadíssimo número de excluídos».

Os filhos da Europa

Apaga-se a luz do século e a febre de ouro dos mandantes enegrece campos, aldeias e fábricas, bairros inteiros onde o mal de viver conhece novos nomes.

Tempo de se erguerem os filhos de Europa: Vêm do frio norte e do quente Mediterrâneo até ao coração de uma cidade de granito. Chegam por ar e por terra e, embora as línguas soem diversas, pronunciam a mesma palavra. Súbito, a cinza das ruas se avermelha e quando os primeiros alagam a praça do povo, ainda o clamor dos últimos agita o ar, no jardim onde

todos se juntaram. Vêm dizer não à vertigem do ganho e ao tempo das cidades incompletas, não ao precário modo de estar no ofício do pão, não à tristeza que invade becos e avenidas, enevoando o horizonte dos homens.

E ali ao lado, onde os velhos colecionadores de desastres se sentam em cadeiras de ouro, abrem-se as portas dos fundos.

«Estimados senhores, o vosso tempo está a esgotar-se. De que modo preferem sair?»

Porto, 19 de Junho

● João Pedro Mésseder



Social adiado

Recordando alguns compromissos que não foram concretizados nesta Presidência, Florival Lança nota que «a Carta Social Europeia era uma intenção do Governo português que escapou, foi assumida já pela presidência francesa», e que, assim, «os aspectos sociais que poderiam eventualmente conferir algum conteúdo àquele palavra da Europa dos cidadãos também não foram atacados» durante este semestre.

Entretanto, «foram tomadas medidas de carácter económico, nas opções económicas para 2000, que não estão articuladas com as medidas

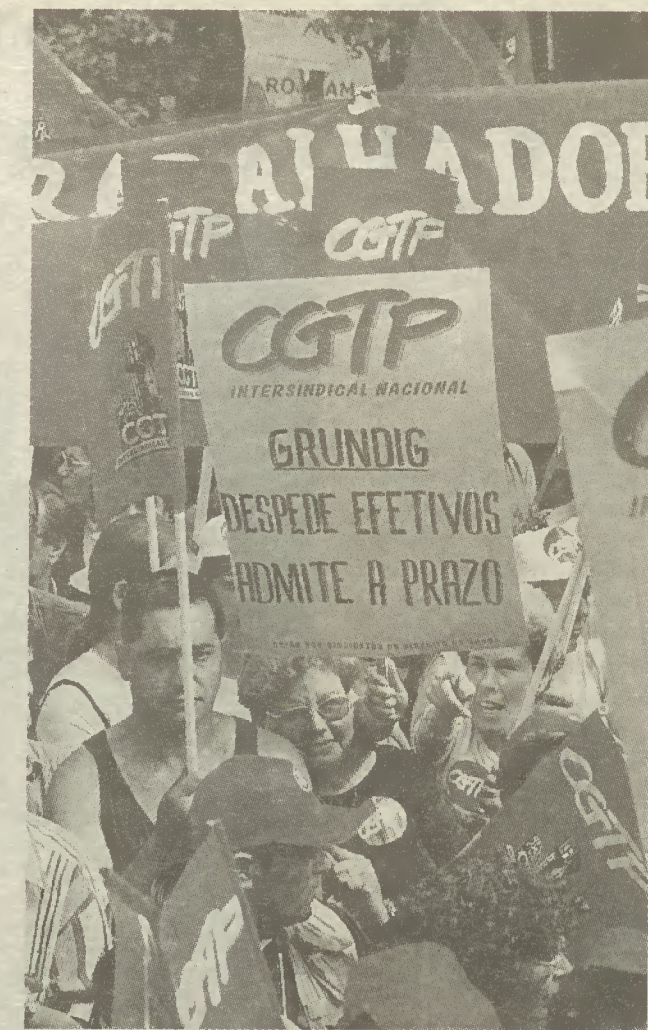
de carácter social assumidas na cimeira sobre o emprego, não são o seu complemento natural».

Igualmente, «não houve medidas sobre a directiva de informação e consulta dos trabalhadores, não houve medidas sobre a sociedade anónima europeia», e «tudo isto levou a que se comesçassem a manifestar nas organizações sindicais, a nível europeu, este sentimento de descontentamento e esta agitação, que foram ganhando terreno a pouco e pouco e acabaram por se traduzir nesta primeira manifestação, no Porto, e

posteriormente na manifestação que se vai fazer no encerramento da presidência francesa, em Nice». Florival Lança refere que «estas duas manifestações foram aprovadas pela Confederação Europeia de Sindicatos, tendo presente aquele pano de fundo».

Para mudar

Dos chefes de Estado e de governo reunidos em Santa Maria da Feira, «esperamos que seja tida em conta a nossa exigência de articulação da política económica



Alqueva

Preocupação pelo atraso nas obras e pela persistência no incumprimento dos direitos dos trabalhadores foi manifestada na semana passada pelo secretariado inter-regional do Alentejo da CGTP-IN à administração da Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva. Em conferência de imprensa dada em Évora e noticiada pela Lusa, a estrutura alentejana da CGTP garantiu que na construção da barragem se verifica o «incumprimento continuado da legislação laboral e dos contratos colectivos». No documento distribuído aos jornalistas, a CGTP/Alentejo refere ainda o «tratamento desigual entre trabalhadores no que respeita a remunerações e prémios» e as «péssimas condições» nas instalações destinadas aos trabalhadores da barragem.

Sintra

Nova greve na recolha do lixo está marcada, por um período de nove dias, a partir da próxima segunda-feira, para exigir garantias inequívocas de manutenção do serviço público. O pré-aviso de greve, a terceira este ano, foi entregue dia 15 pelo STAL, durante uma concentração de trabalhadores frente à câmara. Sindicato e trabalhadores reuniram-se frente aos Paços do Concelho, onde entregaram o documento ao som de um «buziño», levado a cabo pelos cantoneiros, que se deslocaram em camiões de recolha de lixo. Em declarações à Lusa, a delegada sindical Fernanda Campos reafirmou que a Câmara de Sintra terá que definir a área de actuação da empresa municipal em todo o concelho e terá também de garantir que não prevê o alargamento da recolha de resíduos sólidos a empresas privadas em outras freguesias.

Pombal

Na Hydro Manuel Ferreira, empresa de alumínios de Pombal, ocorreu dia 14 uma greve, exigindo aumentos salariais e uma redução do horário de trabalho. Segundo um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria, a administração não cumpriu o acordo com os trabalhadores, feito no passado dia 21 de Março e que previa um aumento salarial e uma redução do horário de trabalho, de 40 para 39 horas semanais. Manuel Cruz explicou à Lusa: «depois de termos tudo acordado, eles nunca cumpriram o prometido e os trabalhadores foram forçados a partir para outras formas de luta».

governos, quer nas principais empresas dominantes na UE, prosseguem a toda a força as políticas neoliberais», enquanto «o movimento dos trabalhadores não encontra expressão à altura em todos os países». Mas, salienta, «há, pela primeira vez, a concepção, assumida por toda a gente na CES, de que é necessário aparecer mais na rua, é preciso que a CES deixe mais os discursos e passe mais à acção», o que «pode constituir uma reviravolta nas práticas sindicais na Europa, com reflexos na acção política dos governos dos quinze».

com as medidas tomadas a nível de emprego, isto é, é preciso desenhar uma política económica ao serviço do objectivo do pleno emprego».

Em segundo lugar, «são necessárias medidas para atacar objectivamente esta situação de 65 milhões de excluídos na UE».

Por fim, «devem ser reforçadas as políticas de emprego».

Quanto às possibilidades de alterar a situação, Florival Lança reconhece que «a correlação de forças continua profundamente desequilibrada» e que, «quer ao nível dos

Amanhã outra vez em Gaia? Hipermercados ignoram feriados

Os sindicatos da CGTP exigem uma actuação firme da fiscalização e mobilizam os trabalhadores para alterar a situação laboral na grande distribuição.

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Norte decidiu enviar uma exposição ao ministro da Economia denunciando a desobediência dos hipermercados de Gaia à legislação que determina o encerramento aos domingos e feriados.

O presidente do Cesnorte/CGTP disse à Agência Lusa que os quatro hipermercados de Gaia - Carrefour, Jumbo, Continente e Makro - abriram as suas lojas durante todo o dia no feriado de 10 de Junho, contrariando a legislação vigente, que apenas permite a abertura até às 13 horas. «Esta atitude de desobediência à lei e de falta de respeito pelos trabalhadores é claramente de afrontamento ao poder político e configura uma acção de pressão em favor da abertura dos estabelecimentos ao domingo», considera Jorge Pinto.

O dirigente sindical alertou ainda para o facto dos mesmos estabelecimentos terem anunciado a intenção de

abrir também amanhã, Dia de Corpo de Deus.

O sindicato vai levar o caso aos presidentes da CM de Gaia e da Junta Metropolitana do Porto e ao bispo do Porto.

A violação da lei repete-se impunemente por todo o País

«Tudo vamos fazer para travar esta prepotência contra os trabalhadores, numa lógica de que quem trabalha só tem deveres e tem que estar sempre disponível para a empresa», afirmou Jorge Pinto.

Montijo

Na véspera do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, teve lugar uma acção de protesto junto da loja Modelo, no Montijo. Promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, a iniciativa começou com distribuição de um documento à população, na cidade, e prosseguiu com a concentração do pessoal frente à entrada do Modelo.

A iniciativa decorreu «nor-

malmente, com muito boa aceitação e adesão dos clientes, muitos deles já subscreveram as cartas dirigidas ao presidente da Sonae, Eng. Belmiro de Azevedo», informou o CESP/CGTP, que tem promovido outras acções semelhantes, exigindo que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores na generalidade das grandes superfícies comerciais, com particular menção de algumas lojas e cadeias de super e hipermercados.

O gerente do Modelo do Montijo, Paulo Nazaré, «sente-se muito incomodado com a música do Zeca Afonso, transmitida pelo carro de som», relatava a direcção do CESP, lembrando que aquele responsável pretendia, recentemente, usar o «direito» de censurar os comunicados sindicais antes da sua divulgação aos trabalhadores.

Entre os problemas denunciados pelo sindicato figuram alterações diárias dos horários de trabalho, férias repartidas e em datas impostas pela empresa, trabalho suplementar que não é registado nem pago, abusos na contratação a prazo e no trabalho a tempo parcial, desrespeito dos direitos sindicais e uma actualização «miserável» dos salários e do subsídio de refeição.

Chiado a pagamento

O pagamento dos subsídios extraordinários aos 710 trabalhadores dos estabelecimentos atingidos pelo incêndio do Chiado, em 25 de Agosto de 1988, poderá iniciar-se já no próximo sábado.

No global, os trabalhadores deverão receber uma verba superior a um milhão de contos, através do recurso a um subsídio a fundo perdido concedido pelo Fundo Extraordinário para a Reconstrução do Chiado. A proposta que permitirá desencadear o pagamento vai ser apreciada hoje,

em reunião da Câmara Municipal de Lisboa.

A autarquia marcou para sábado a entrega aos trabalhadores dos recibos provisórios e da convocatória para receberem os cheques, disse à Agência Lusa uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal. «Tudo indica que a proposta será aprovada e os ex-trabalhadores já foram convocados para receberem o recibo, emitido pela autarquia, este sábado, no Cine-

ma Roma», adiantou Armanda Borges.

Os valores atribuídos a cada trabalhador terão como base os anos de antiguidade nas empresas à data do incêndio. «Estabeleceu-se um valor médio ponderado de 73 700 escudos, que corresponde a um mês de trabalho, que será multiplicado pelos anos de casa», explicou a sindicalista, segundo a qual a antiguidade média é de 20 anos.

Para o CESP/CGTP, esta é «uma grande vitória de uma luta que dura há 11 anos».

Greve no Jardim Zoológico

Os trabalhadores do Jardim Zoológico de Lisboa estiveram em greve na segunda-feira, para tentarem romper o impasse a que a administração conduziu as negociações salariais.

O processo negocial para revisão do acordo de empresa, recorda uma nota do Sindicato Nacional da Agricultura, Florestas e Pecuária, só se iniciou depois de os trabalhadores terem reunido em plenários no dia 27 de Abril, durante toda a manhã. Foram desbloqueadas as negociações, mas a administração do Jardim Zoológico, ao fim de quatro reuniões, manteve como «última posição» uma

actualização de 3 por cento, para a tabela salarial e as outras matérias de expressão pecuniária.

Na passada quinta-feira, mais uma vez a administração se mostrou «irredutível», disse à Agência Lusa um membro da Comissão Sindical do Jardim Zoológico. António Serra acrescentou que «a administração não apresentou rigorosamente nada, nenhuma contraproposta» na reunião com os representantes dos trabalhadores.

Perante a irredutibilidade da administração, os trabalhadores decidiram manter o pré-aviso de greve para 19 de Junho, coincidindo com a

manifestação sindical no Porto, acompanhado de uma concentração junto à entrada do Zoo.

Os trabalhadores exigem uma actualização salarial de 3,5 por cento, o aumento de subsídio de alimentação de 640 para 740 escudos, a subida das diuturnidades de 760 para 850 escudos, o fim da precariedade dos contratos e o cumprimento da matéria negociada no acordo de empresa de 1999. Querem também voltar a ter direito a um dia de folga por cada dia de trabalho em dia feriado.

Apesar de não estarem obrigados a serviços mínimos, asseguraram o tratamento dos animais.

Pescadores náufragos

● António Macedo

O Dia Nacional do Pescador, comemorado a 31 de Maio, é motivo de satisfação por coincidir com o terceiro aniversário do dia da publicação do regime jurídico do contrato individual de trabalho para as relações de trabalho nas embarcações de pesca.

É motivo de satisfação, porque, não obstante esta lei ter ficado muito aquém das expectativas dos pescadores, ela acabou com mais de 20 anos de luta contra a discriminação dos pescadores, que não eram até então abrangidos pela Lei Geral de Trabalho e não estavam integrados em qualquer regime jurídico que regulasse as suas relações de trabalho.

Apesar de insuficiente, remetendo quase tudo para a contratação colectiva - que é o mesmo que remeter para nada -, ela pode ser considerada como uma bóia ou colete de salvação num naufrágio.

Mas, se este dia é motivo de festa, é também de luta porque, tal como os coletes e as bóias não são muitas vezes usados, também esta lei está longe de ser devidamente aplicada. São muitos os pescadores que, trabalhando por conta de outrem, continuam sem saber

relações de trabalho. Muitos resultam da falta de uma política nacional de pescas, agravada pelo facto de nos ser imposta uma Política Comum de Pescas, que tem vindo a ser cegamente seguida pelos sucessivos governos portugueses, sem que as pescas nacionais sejam acauteladas. Assiste-se à liquidação do sector, com o abate de mais de 40 por cento da nossa frota e a redução de 10 mil postos de trabalho nos últimos anos, bem como a inúmeras dificuldades nos recursos e no acesso a pesqueiros exteriores. Com uma frota cada vez mais envelhecida, assiste-se cada vez mais à fuga dos pescadores para o estrangeiro, devido não só aos baixos salários que recebemos, mas também ao facto de os armadores espanhóis - detentores da maior frota da Comunidade Europeia - adquirirem cada vez mais navios nacionais, nomeadamente do arrasto costeiro. É inadmissível, por exemplo, que os nossos navios da pesca do bacalhau se debatam com falta de quotas de pesca, enquanto são atribuídas à Alemanha 112 mil toneladas nas águas da Gronelândia, das quais só 10 por cento são pescadas.

Não é para nós aceitável que se fale tanto no apoio à pequena pesca local, costeira e artesanal, quando nem sequer se dá igualdade de oportunidades a esses pescadores no acesso ao combustível sem taxas e quando eles continuam a lutar contra a falta de infra-estruturas, muitas delas há muito prometidas, apesar de reconhecermos as obras efectuadas e a efectuar na Praia de Angeiras e Castelo Neiva.

Obras urgentes

Lembramos a necessidade urgente de concluir o cais de acesso e atracação das embarcações de pesca artesanal, bem como criar condições de refrigeração para manter o marisco vivo de forma a não perder valor.

De referir também a falta de armazéns para apetrechos e a falta de

rampa para reparações de pequenas embarcações e barcos de cerco em substituição do estaleiro que existiu em Leça, no porto de pesca de Matosinhos. E também as deficiências dos portinhos da Aguda e de Vila Praia de Âncora e os postos de vendagem da Praia de Esmoriz e do Furadouro, entre muitas outras. O Dia Nacional do Pescador foi, pois, motivo de festa, mas também de insistir na luta pela defesa das pescas, por melhores condições de vida para todos quantos trabalham e geram riqueza neste sector, o que só será possível com o apoio e empenhamento de todos.



o que são férias e subsídios de Natal e férias.

As instituições que deveriam obrigar a aplicação da lei, nomeadamente a Inspeção Geral de Trabalho e o IDICT, pouco ou nada têm feito para que esta, mesmo má, seja uma realidade nas relações de trabalho de todos os pescadores e demais trabalhadores da pesca. São inúmeros os atropelos à lei e à legislação de contratação colectiva existente.

Política Comum de Pescas

Mas os problemas do sector da pesca em Portugal não se limitam às

Seminário em Évora aponta novos caminhos para melhorar o papel dos comunistas na vida do Alentejo

Mais e melhor Poder Local

Com larga participação de autarcas, quadros técnicos e trabalhadores em geral das autarquias decorreu no passado domingo, no auditório da Universidade de Évora, o encontro do PCP subordinado ao tema «Que Poder Local para o Alentejo no Século XXI».

Novas propostas, muitas críticas sectoriais, com vista a construir-se mais e melhor

Poder Local, foram debatidas e aprovadas em Évora, na presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Em intervenção no final dos trabalhos, Carvalhas corroborou a generalidade das propostas de intervenção estratégica que deverão ser postas em prática a partir de

agora, como caminho para o engrandecimento do papel dos comunistas na vida do Alentejo.

Em documento de profundidade assinalável o encontro de Évora reconheceu a complexidade de novos desafios que hoje se colocam aos municípios e às juntas de freguesia.

Como ponto de partida para o novo ciclo que se depara aos comunistas, o referido documento assinala «o trabalho realizado e a experiência acumulada pelos autarcas do PCP e seus aliados, ao longo de 25 anos de Poder Local Democrático».

Realçando a necessidade de maior e melhor divulgação do trabalho realizado pelos eleitos nas listas da CDU, o encontro de Évora aponta para «o reforço do envolvimento dos trabalhadores e a participação das populações» como «pedra de toque do aprofundamento da democracia no Poder Local».

Balanço crítico

Não obstante o reconhecimento inequívoco do trabalho altamente positivo desenvolvido pelos eleitos comunistas nas autarquias, a dado passo, o documento aprovado no decorrer da reunião realizada em Évora acentua algumas das dificuldades concretas encontradas no exercício do Poder Local. A saber: «ligação às populações e aos trabalhadores das autarquias, défices ao nível da prestação regular de contas da obra realizada, rotina, insuficiências na gestão e burocracia».

No domínio do desenvolvimento económico-social o encontro adianta etapas decisivas para a melhoria das condições de vida das populações que vão desde a recuperação do atraso infra-estrutural do território, à criação

de novas instituições autárquicas e ao desenvolvimento de instrumentos de orientação da política municipal, que desembocarão na assunção da autarquia como agente de desenvolvimento local.

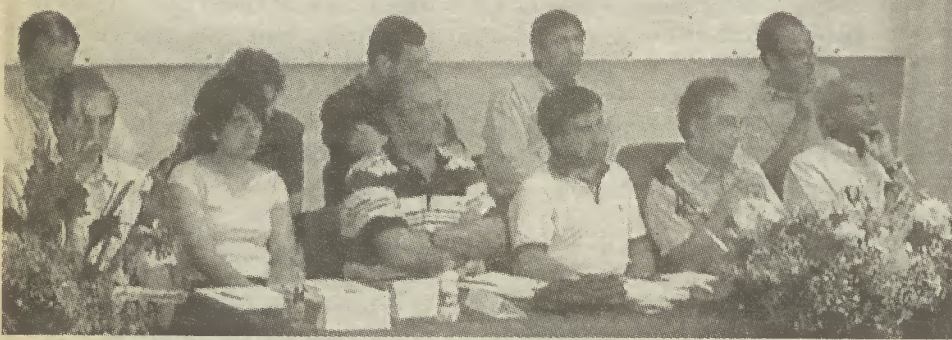
Uma outra área em foco no encontro teve a ver com a estratégia de comunicação das autarquias alentejanas que deve ir do contacto directo dos eleitos com as populações até

à divulgação do trabalho através dos diversos meios de informação disponíveis — boletins municipais e de freguesia, internet, estações de rádio e de televisão.

O elevado nível intelectual do debate, que se reflectiu na qualidade dos contributos de inúmeros participantes, levaria um conhecido dirigente comunista da região a comentar satisfeito: «isto assim vai, camarada!»

A participação é a «pedra de toque» do aprofundamento da democracia

Melhor PODER LOCAL PAR-INOVAR-DESENVOLVER



O encontro adiantou etapas decisivas para a melhoria das condições de vida das populações

Carlos Carvalhas defende em Évora

Aproximar Poder Local às populações

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas, depois de falar do projecto autárquico do PCP e da CDU, «reconhecido mesmo pelos nossos adversários políticos», destacou o seu estilo de trabalho, «para as populações e com as populações», o efectivo contributo da CDU «para a melhoria do nível e qualidade de vida dos trabalhadores e do povo» e os «atributos de trabalho dedicado, honestidade, competência e experiência» que caracterizam os seus eleitos.

Quanto ao exercício do poder, o secretário-geral do PCP alertou para a «revolução do planeamento e da programação», apenas possível pelo conhecimento da realidade que a CDU possui e a que alia a «humanização dos esforços e a modernização, eficácia e operacionalidade da Administração e dos serviços oferecidos às populações».

Para Carlos Carvalhas o prestígio conquistado pelo projecto autárquico do PCP está estreitamente ligado «ao estilo de gestão e de exercício de poder baseados numa concepção profundamente democrática do funcionamento dos órgãos e dos cargos políticos».

Depois de sublinhar as preocupações do Encontro, no sentido de aprofundar o «modelo» ou o projecto político de intervenção e gestão que o PCP quer para o século XXI, de forma a responder «aos novos desafios» e reforçar a aproximação da Administração ao cidadão, o dirigente comunista chamou a atenção para alguns aspectos nele igualmente destacados, como sejam «o apoio ao desenvolvimento e aos factores de atracção económica que constituem por exemplo, a qualidade dos centros urbanos das cidades do Alentejo e o crescimento com dimensão social e ambiental».

Ao serviço das pessoas

Mas a grande questão a que haverá sempre de procurar dar resposta é a de «como tornar melhor a vida aos cida-

dãos e às populações» o que, em sua opinião, se encontra «nos diversos patamares no contínuo esforço para o desenvolvimento da democracia em todas as suas vertentes: democracia política, social e cultural». Encontra-se no «saber ouvir», no reconhecer a crítica justa e o controlo democrático das populações», já que em todo o ser humano, «mesmo no mais simples», há «um conhecimento e um saber» que conta.

Pelo contrário, «a arrogância do poder», «a resposta tecnocrática fria», «o alheamento» das condições de vida e aspirações das populações são alheios ao exercício de poder que o PCP defende: «um trabalho colectivo, participado, próximo das populações, colhendo as boas experiências, prestando contas, dando uma grande atenção às pessoas». Ou seja, uma gestão ao serviço das pessoas, da valorização do trabalho e da dignificação humana.

Para Carlos Carvalhas, o Poder Local «exerce-se no quadro da política económica executada pelo Governo». E esta é uma política «de concentração de riqueza, de entrega de alavancas fundamentais da economia portuguesa ao estrangeiro, do estímulo às actividades especulativas e financeiras em prejuízo da actividade produtiva e do emprego com direitos, do desenvolvimento regional e do equilíbrio espacial».

Mas o Governo, em vez de responder aos problemas faz «demagogia», como evidenciam o frenesim das visitas de ministros e secretários de Estado e as inaugurações apressadas e por vezes ridículas do Primeiro-Ministro.

Essa a razão, terminou o secretário-geral do PCP, por que vendo-se em sérias dificuldades o Governo «procura também garantir o poder através da secretaria, com a modificação das leis eleitorais para as autarquias e para a Assembleia da República».

Aveiro

Calçado quer emprego

O organismo de empresas e sectores profissionais da Organização Regional de Aveiro do PCP realizou, a partir de 22 de Maio, um conjunto de acções que, sob o lema «O PCP com os trabalhadores do calçado - por melhores salários, por emprego com direitos», culminou, no dia 9 de Junho com uma reunião com o Sindicato do Calçado de Aveiro e com uma conferência de imprensa e um debate em S. João da Madeira.

Ao longo de duas semanas, dirigentes e quadros do PCP deslocaram-se, assim, a cerca de 50 empresas de calçado, que hoje empregam cerca de 25 mil trabalhadores, maioritariamente concentradas nos concelhos de S. João da Madeira, Sta. M.ª da Feira e Oliveira de Azeméis e, ainda, em concelhos do interior como Arouca, Castelo de Paiva e Sever do Vouga, constituindo os principais pólos empregadores nestes concelhos.

Nas acções junto das empresas, os comunistas distribuíam um documento com as preocupações fundamentais dos trabalhadores do sector, ou seja, a situação dos direitos e dos baixos salários praticados pelos patrões apesar dos lucros excepcionais que auferem; o recente aumento do custo de vida; a importância da unidade dos trabalhadores em torno das suas reivindicações; o aumento do subsídio de alimentação; o fim das discriminações entre homens e mulheres; o cumprimento do horário das 40 horas e a sua

redução progressiva para as 35; as propostas do PCP para o sector.

Precriedade aumenta

Estes contactos permitiram ao PCP conhecer melhor os gravíssimos problemas que afectam os trabalhadores do calçado, cuja mão-de-obra auferem um salário médio de 70 contos mensais e é constituída por 70% de mulheres, predominantemente jovens, vítimas de discriminação salarial.

Neste sector, onde o patronato está apostado em privilegiar o sector de montagem, recorrendo cada vez mais ao trabalho à peça e ao domicílio - este último assumido maioritariamente por mulheres, mal pagas e sem quaisquer regalias sociais -, cerca de 60 empresas não cumprem ainda o horário de trabalho das 40 horas semanais e outras não pagam sequer o salário mínimo; a precariedade aumenta e vem-se verificando a deslocalização de empresas à custa do encerramento por falência e do desemprego dos trabalhadores, muitos dos quais não recebem o pagamento a que têm direito.

Todos estes problemas foram tratados quer no debate quer nos contactos com os trabalhadores, comprometendo-se o PCP a prosseguir o trabalho junto do sector do calçado e a tomar posição sobre as questões relativas ao sector na Assembleia da República.

Marvila inaugura Centro de Trabalho

Com a presença de António Andrez, da Comissão Política do CC, de Martinho Baptista, membro do CC e da Direcção da Organização da Zona Oriental de Lisboa, e de muitos camaradas e população da freguesia, o PCP inaugurou, no dia 11 de Junho, o novo Centro de Trabalho de Marvila.

É especialmente significativa a abertura desta nova casa do Partido que, apro-

priamente situada na Rua Bento Gonçalves, lote 725 - Loja B, no Bairro do Armador, assegura, a partir de agora, nesta freguesia de longa tradição de luta e com uma larga composição operária e grande implantação comunista, uma presença permanente do PCP.

Um novo Centro de Trabalho representa, porém, não só um instrumento para a organi-

zação do Partido, mas também, uma ferramenta para dinamizar a luta da população e dos trabalhadores da freguesia. Um ponto de apoio à organização, mas também um lugar de aprofundamento da nossa ligação aos moradores, para com eles melhor lutar pela solução dos seus problemas. Um espaço aberto, livre e fraterno, onde a população desde logo ocorreu, tendo sido feitos,

nessa mesma tarde, dois novos recrutamentos, o que auspicia um futuro risonho de luta e fortalecimento da influência do Partido Comunista.

Na ocasião, após as intervenções de camaradas da freguesia e de António Andrez, seguiu-se um momento de confraternização e convívio, com a animação musical a cargo de Vitor Sarmiento e da sua banda

PONTE DE SOR Jorge Rebeca substituído no Executivo municipal

Em comunicado à população, a Comissão Concelhia de Ponte de Sor do PCP anuncia a substituição do vereador da CDU Jorge Rebeca no Executivo da Câmara Municipal até ao fim de Junho pela professora Maria Antonieta e, posteriormente, por José Carlos Silva Lopes, conhecedor profundo das realidades do concelho.

O PCP, lamentando embora a saída de Jorge Rebeca, expressa-lhe o seu reconhecimento pela dedicação e competência que, apesar de um significativo esforço pessoal, sempre demonstrou no exercício do seu mandato. A saída de Jorge Rebeca, que durante dois anos e meio desenvolveu regularmente as suas actividades apesar de não ter responsabilidades executivas ou qualquer pelouro - como, aliás, os outros dois eleitos da CDU -, ocorre por razões de saúde e pelo facto de este eleito da CDU manter a sua residência e actividade profissional na cidade de Lisboa.

MONTIJO Posição «aberrante» dos autarcas do PS

A Comissão Concelhia do Montijo do PCP condenou a pretensão do Governo em instalar na Secil-Outão, em plena Serra da Arrábida, uma co-incineradora de Resíduos Industriais Tóxicos e Perigosos, solução que havia já sido excluída em resultado de um debate público travado e rejeitada pela União Europeia.

Solidária com as populações da região, a Concelhia do PCP denuncia a posição «aberrante», «caricata» e «grotesca» de autarcas do PS que noutros momentos se «preocuparam» com o ambiente e se juntaram ao «lobby» anti-aeroporto em Rio Frio e nada dizem em relação à incineradora de Material Militar - às portas do concelho -, apoiando, agora, a escolha de Outão pelo Governo para a instalação da co-incineradora de Resíduos Tóxicos.

CASCAIS Situação social piora no concelho

Dificuldades no emprego, precariedade no trabalho e baixos salários são anomalias que um Encontro de militantes comunistas de Cascais constatou existirem no concelho. Os participantes apontam como exemplo as empresas Soplacas, SUMA e Sodishões, onde inúmeros trabalhadores sem qualquer vínculo laboral ocupam postos de trabalho efectivo, a que se junta a Ferreira e Carvalho no pagamento dos mais baixos salários do distrito. Também as ameaças constantes aos postos de trabalho, ao direito de sindicalização e às pausas, levaram o Encontro a decidir medidas para o reforço da intervenção do PCP junto dos trabalhadores no sentido da sua organização e do reforço da sindicalização.

MONTE-MOR-O-NOVO Jantar-convívio junta comunistas da Câmara

O Parque de Exposições, Mercados e Feiras acolheu mais de uma centena de militantes comunistas, num jantar convívio organizado pela célula dos Trabalhadores do PCP na Câmara Municipal.

No decurso do jantar, onde usaram da palavra o representante da célula, o Presidente da Câmara Municipal e um membro da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, os participantes debateram o reforço da célula, a participação dos trabalhadores na gestão da autarquia, a unidade dos eleitos e trabalhadores na prossecução dos objectivos traçados pela CDU para o concelho e a sua preocupação relativamente às actuais políticas do Governo.

O interior a desertificação e a emancipação da mulher

«O interior, a desertificação e a emancipação da mulher» foi o tema do debate que recentemente se realizou na cidade da Guarda, promovido pelo MDM no quadro da preparação do seu 6.º Congresso.



Luísa
Araújo
Membro
da Comissão
Política

A chamada «interioridade» tem sido utilizada em abstracto pelos sucessivos governantes para justificar as assimetrias regionais verificadas no nosso país. Argumento hipócrita, mistificador

O interior do país sofre ainda hoje as consequências do atraso a que foi votado no tempo do fascismo, às quais se vêm juntar as de uma política que continua a privilegiar o litoral e os grandes centros urbanos, a par de uma política de submissão aos interesses do grande capital e da União Europeia.

«A taxa de mortalidade infantil na Guarda foi em 1997 a mais elevada do País»

de políticas de fundo que não têm em vista o desenvolvimento integrado, o respeito pela riqueza e especificidades materiais e culturais de cada região e o bem estar e a felicidade das populações que se querem radicar nas suas terras e contribuir para o seu progresso.

Se o argumento da distância do litoral para o interior tivesse razão de ser, então o Portugal «à beira mar plantado» teria níveis de desenvolvimento extraordinários relativamente a países que não põem os «pés na água».

A vida das mulheres está ligada à situação económica, social, política e cultural e depende de várias políticas sectoriais.

No quadro da realidade da mulher portuguesa é importante aprofundar o impacto das políticas do poder central sobre as mulheres do interior, estando em crer que elas são mais vulneráveis às consequências dessas políticas no plano da família, da profissão, da independência económica, da estabilidade e da realização pessoal.

No distrito da Guarda não há investimento, nem desenvolvimento do aparelho produtivo, há encerramento de empresas, essencialmente do sector têxtil, não são criadas novas empresas, a agricultura não é apoiada, não há desenvolvimento e reforço dos serviços de saúde. Estas são as principais causas de um índice de crescimento populacional negativo nos 14 concelhos e de um índice de envelhecimento superior à média nacional.

A desertificação e migrações para o litoral e o estrangeiro significa para muitas mulheres a sua partida e para outras a separação dos maridos e dos filhos. Qualquer das situações é a sepa-

ração das famílias. É sair das suas terras, das suas raízes ou ficar sós, assumir a educação dos filhos, o trabalho doméstico, o trabalho da terra.

Entre 1950 e 1988, emigraram cerca de 600 000 mulheres portuguesas. São essencialmente das zonas rurais do norte e do interior do país. Nos últimos anos voltou a acentuar-se este fenómeno. Em 1999, emigraram mais de 5000 mulheres.

Emprego diminui

Em vários concelhos do distrito da Guarda encerraram empresas ou foi reduzido o número de trabalhadores no sector têxtil e de confecção, que levou à redução de cerca de 2000 postos de trabalho, essencialmente de mulheres e nomeadamente dos concelhos de Seia, Gouveia e Almeida. Entretanto no Centro de Emprego da Guarda, que abrange os concelhos da Guarda, Aguiar da Beira, Manteigas, Celorico da Beira, Sabugal e Fornos de Algodres, estão inscritos 2336 desempregados, sendo 61,5% mulheres. Esta percentagem é superior à percentagem nacional, 59,3%, no mesmo período (Janeiro/99 IEFP).

Nenhum dos concelhos do distrito da Guarda ultrapassa um quarto do índice do poder de compra per capita do concelho de Lisboa. Estes números reflectem um nível de vida pouco elevado, já que está directamente relacionado com a habitação, a saúde, a educação, o lazer.

Ainda na área da saúde, enquanto que a média nacional de médicos é de três por mil habitantes, nos concelhos de Gouveia e de Almeida essa média é de 1,4 e 0,9 respectivamente. A taxa de mortalidade infantil no distrito da Guarda foi em 1997 a mais elevada do país, 13,6%, ultrapassando a média nacional (6,4%) em mais do dobro.

Qual é a perspectiva da emancipação da mulher no interior do país? Atrasada? Para breve? Não chega «pedir um desejo» e aí está a qualidade de vida, os direitos a dignificação da vida pessoal.

Há dias um camarada insistia que é necessário explicarmos aos trabalhadores, às massas populares, de forma simples o que defendemos, porque lutamos, o que lhes propomos. Será difícil termos a resposta absolutamente adequada para esta importante questão.

É necessário contribuímos para que as mulheres tenham a consciência de que tal como transformam o tecido em peça de vestuário ou, trabalhando a terra, obtêm produtos para a alimentação, também com a sua intervenção na vida social e na vida política, confiando na sua vontade, na sua força e com o seu voto mais esclarecido e mais consciente transformam a sociedade. Afinal é esta a nossa concepção materialista e dialéctica do mundo e é esta a importância que atribuímos ao factor subjectivo nas transformações revolucionárias da sociedade.



Governo pretende criar regime especial e excepcional para as entidades gestoras do Polis

Um instrumento de propaganda

O Polis foi concebido como um «instrumento de propaganda e afirmação governamental», a que não são alheios «objectivos eleitorais e partidários», afirma o PCP em conferência de imprensa com a participação de Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política.

Em causa esteve concretamente a Proposta de Lei do Governo, discutida na sexta-feira, na Assembleia da República, visando a criação de um regime especial e excepcional às entidades gestoras do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

Segundo Jorge Cordeiro, a proposta do Governo visa garantir a centralização e controlo pelo Governo da definição, gestão e implementação de programas de requalificação urbana e valorização ambiental no âmbito do III QCA, «à conta de verbas e financiamentos destinados aos Programas Operacionais Regionais (mais de 43 milhões de contos) que deveriam ser geridos pelas autarquias».

Não estão em causa intervenções julgadas «exempla-

Nada indica que o regime de excepção se limite às áreas conhecidas

res» de «requalificação urbana e valorização ambiental», diz o PCP, mas sim a opção por um modelo «na base da constituição de sociedades controladas pelo Estado» que remete as autarquias para uma condição minoritária; o carácter de excepção que lhe são atribuídos ao arpejo

das leis gerais, a pretexto de cumprimento de prazos; a expropriação de competências aos municípios. Modelo para que não há justificação, já que as intervenções previstas, sendo-o no âmbito do III QCA, têm «um horizonte temporal suficiente» para a sua realização, com respeito pelas actuais competências e «procedendo à elaboração e aprovação dos planos, às declarações de utilidade pública e expropriações, ao licenciamento e à construção

dos edifícios e dos espaços públicos».

Experiência adverte

A presente proposta de Lei passa para as sociedades gestoras das intervenções competências, já detidas ou há muito reclamadas pelas autarquias, para licenciar obras de urbanização e de construção; para declarar a utilidade pública da expropriação de terrenos e imóveis e, mais, para elaborar planos estratégicos, de urbanização e de pormenor, que por força da Lei de Bases do Ordenamento do Território são prerrogativas da Administração Pública. A respeito desta última competência, o PCP lembra a experiência resultante do enquadramento da EXPO 98, e da Sociedade que a geriu e lhe sucedeu, a Parque EXPO, em cuja zona de intervenção vêm sendo aprovados, por despacho, Planos de Pormenor que suspendem a aplicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas e abrem caminho à concretização de operações de especulação imobiliária.



O «modelo» do Governo, diz o PCP, remete as autarquias para uma condição minoritária

Ora, nada aconselha à retirada destas competências a órgãos de poder democraticamente eleitos e à sua transferência para «entidades sem qualquer legitimidade democrática». Aliás, esta questão é tanto mais significativa quanto se trata da «capacidade de contratualizar, sem concurso público, aquisições e obras em

valor que à partida ascendem a 160 milhões de contos».

Por outro lado, nada indica - quer na resolução do Conselho de Ministros de 15 de Maio quer na actual Proposta de Lei - que o regime de excepção pretendido se venha a limitar às dezoito áreas de intervenção já conhecidas.

Assim, para o PCP, se há algo a simplificar, é ao nível dos mecanismos pesados de resposta da Administração Central às propostas dos municípios e se algo merece tratamento de excepção, então que se legisle no sentido da excepção funcionar no quadro das competências já detidas pelo Poder Local.

Lei de Estrangeiros

PCP desafia o Governo

A revisão da Lei de Estrangeiros decidida pelo Governo apenas dez meses após a sua publicação, por «desactualizada e desadequada», significa «a confissão do fracasso» da sua política de imigração e vem dar razão ao PCP que sempre a criticou por «inadequada e injusta», chamando-a inclusive a ratificação parlamentar no ano passado, altura em que apresentou uma proposta global para a sua alteração.

Em declaração à comunicação social, Henrique de Sousa, membro do Secretariado do PCP, afirma que as soluções propostas não respondem «com eficácia e com justiça» aos problemas da imigração, sendo, no essencial, «falsas soluções, paliativas e expedientes» que, tra-

duzindo embora um recuo assinalável e alguns progressos face ao quadro actual, representam sobretudo «uma tentativa de responder aos interesses de algumas empresas e sectores de actividade económica», como a construção civil e obras públicas, a quem é garantida mão-de-obra temporária e a baixo custo. É esse o significado da nova categoria de imigrantes com estatuto inferior que as chamadas autorizações de permanência, temporárias, renováveis anualmente e limitadas a 5 anos, cria.

Respeitar direitos

O PCP assinala, ainda, que a malha mais diversificada de soluções propostas na nova

lei «permanece enquadrada por um excessivo e inaceitável poder de decisão administrativo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que permite ao Governo condicionar a legalização dos imigrantes em função de interesses económicos e dos seus compromissos com a União Europeia, sem respeito pelos direitos dos trabalhadores».

Para os comunistas, combater a imigração ilegal e o trabalho clandestino exige uma Lei de Estrangeiros que assegure o respeito pelos direitos de todos sem discriminações, e que não crie novas categorias de imigrantes com direitos mais condicionados mas aceite estabelecer um enquadramento legal que possibilite a regularização dos que, vivendo e trabalhando cá, sofrem os dramas da ilegalidade, deixando de alimentar as redes internacionais de abastecimento da imigração ilegal e do trabalho clandestino.

O PCP, tendo já entregue nesta legislatura um novo projecto de lei para a regularização dos imigrantes indocumentados e encontrando-se a preparar um projecto de lei de revisão da lei de estrangeiros, lança um desafio ao Governo: que em vez de recorrer à habitual autorização legislativa, aceite sujeitar o seu projecto a debate conjunto com os projectos legislativos do PCP e doutros partidos sobre o assunto.



Carlos Carvalho visita Centro de Xabregas

Carlos Carvalho acompanhado por uma delegação do Partido visitou na 6.ª-feira, dia 9 de Junho, o Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Xabregas, onde foi recebido pelo respectivo coordenador, Dr. Rodrigo Coutinho, e visitou as instalações.

Carvalho teve ocasião de afirmar que a visita visava «apurar o impacto do funcionamento do CAT na prevenção e tratamento da dependência de drogas na área metropolitana», tendo-se concluído que houve «um grande acréscimo do

número de primeiras consultas a doentes de dependência de drogas e também das consultas de acompanhamento».

Segundo o Secretário-Geral do PCP, «esses factos, por um lado demonstram alguma melhoria nos meios para enfrentar a doença, mas, por outro, comprovam que a carência de meios de prevenção e tratamento continua a ser muito significativa, por isso o PCP propõe o alargamento da rede nacional, nomeadamente com o objectivo de acabar com as

filas de espera para primeira consulta».

O Secretário-Geral afirmou que «são estes problemas que preocupam o PCP, tanto mais que a Assembleia da República vai em breve decidir a despenalização do simples consumo de drogas, o que, na nossa perspectiva, implica um reforço da capacidade de resposta dos serviços de saúde para que se tratem os toxicodependentes e se aposte na sua reinserção social e laboral, em vez de se insistir na marginalização e na prisão que nada resolvem e tudo agravam».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Joaquim António Cansado

Faleceu no dia 4 de Maio, com 70 anos de idade, o camarada Joaquim António Cansado, membro da Comissão Concelhia de Alvito do PCP. O camarada «Chicha», como era apelidado, era muito estimado não só pelos seus camaradas como pela população. Estima ganha pela sua coerência, convicção, dedicação e modéstia. O seu funeral, onde participou uma grande parte da população de Alvito, constituiu uma grande manifestação de pesar.

José Alexandre da Silva

Com 59 anos, faleceu, no dia 16 de Junho, o camarada José Alexandre da Silva, mais conhecido por Zé Machado, natural de S. Marcos da Ataboeira, Castro Verde. Membro do Partido desde 1975, pertenceu ao Sindicato Agrícola de Beja.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Coimbra prepara 16.º Congresso

A organização do PCP em Coimbra tem vindo a preparar o 16.º Congresso do Partido, concluindo dos plenários e reuniões efectuadas pela necessidade de um PCP mais forte, para o que já definiu algumas orientações de trabalho.

Entre os temas mais em debate, ressaltam questões como a natureza de classe do PCP, partido dos trabalhado-

res, indispensável à sua organização e luta; o desenvolvimento da frente social contra a política de direita; a afirmação do projecto político do PCP para a sociedade portuguesa; a maior participação dos militantes na vida partidária.

Os comunistas, em análise à situação social no distrito, constatarem a gravidade da situação no sector

da indústria - traduzida por encerramento de empresas, dificuldades à viabilização de outras, salários e subsídios em atraso e atropelos aos direitos - e, em relação ao processo de co-incineração, consideram a necessidade de inflectir este processo e definir objectivos para uma política integrada para os resíduos industriais.



Três aumentos no gás em seis meses é de mais

Contra aumento dos preços Idosos exigem reformas mais altas

O MURPI exige o aumento intercalar das pensões, assistência médica gratuita, redes de transportes e centros de dia com apoio ao domicílio por profissionais.

Respondendo ao apelo da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), cerca de 400 pessoas manifestaram-se, no sábado, em Lisboa, para exigir um aumento intercalar das pensões mínimas de 3500 escudos e um Serviço Nacional de Saúde gratuito.

Outras reivindicações passam pela criação de redes de transportes para quebrar o isolamento e a criação de centros de dia com apoio ao domicílio e acompanhamento por profissionais.

Os participantes, concentrados em frente ao Centro Cultural de Belém, aprovaram uma moção, que será entregue na Assembleia da República, ao Governo e à Presidência da República.

O MURPI salienta que «o brutal aumento dos preços dos bens de consumo essenciais

reflecte-se dramaticamente nas já precárias condições de vida dos reformados e idosos em geral, agravando cada vez mais a sua existência e conduzindo-os à exclusão social».

A situação agrava-se ainda mais com o recente aumento do valor das botijas de gás em cinco por cento - após a subida dos preços em Dezembro e Abril -, dos medicamentos e dos passes sociais e bilhetes dos transportes.

«O último aumento das pensões, em Dezembro do ano passado, foi da ordem dos 2,5 por cento, entretanto já «comidos» pela inflação nestes últimos meses», refere o MURPI. «E agora a ameaça dos reformados irem pagar ainda mais IRS», sublinha a organização.

CDU-Madeira

O aumento do preço do gás doméstico foi também contes-

tado pela CDU-Madeira, que exige que os outros aumentos anunciados não se concretizem e se proceda a uma subida intercalar dos salários e pensões.

A coligação refere que as subidas dos preços penalizam os orçamentos familiares e anulam os aumentos dos salários, em muitos casos levaram a uma «inadmissível redução dos salários reais».

Por exemplo, numa família com um rendimento de 100 mil escudos mensais, que tenha tido uma actualização salarial de 2,5 por cento e que consuma duas bilhas de gás por mês, o aumento dos preços significa a anulação de quase um terço da subida dos salários. «E, como se sabe, o aumento dos preços não se fica por aqui», diz a CDU-Madeira.

Face a esta situação e à intransigência do Governo, a coligação considera indispensável que os trabalhadores façam ouvir a sua indignação e o seu protesto e comprometesse a exigir ao Governo Regional medidas concretas no sentido de se travar o processo.

Manifes na Covilhã

Estudantes processados

Durante a manifestação dos estudantes do ensino secundário do passado dia 12, quatro alunos da Covilhã foram identificados pela PSP, numa atitude que as associações de estudantes do concelho classificam como «repressiva e intimidatória».

Vários jovens foram convocados pelo Tribunal Judicial da Covilhã para prestar declarações anteontem, intimados a responder perante a Justiça por se manifestarem.

«Porque vivemos num país livre e democrático, onde é permitida a livre expressão e o direito de contestação às orientações de política educativa do Ministério da Educação, a acção da PSP tem de ser

entendida como uma tentativa de calar as reivindicações dos estudantes», afirmam as associações, numa carta enviada ao Primeiro-Ministro e ao ministro da Educação.

PCP protesta

A Organização Regional de Castelo Branco do PCP considera, por seu lado, que «esta iniciativa repressiva é extremamente grave, já que é exercida sobre pessoas muito jovens, o que pode ter consequências para o seu futuro, como cidadãos intervenientes na vida colectiva, podendo vir a limitá-los na expressão de sentimentos, insatisfações ou reivindicações».

Sublinhando que os estudantes têm direito a manifestar-se e lembrando que as iniciativas foram marcadas por uma atitude profundamente pacífica, o PCP afirma que as movimentações sociais deste tipo merecem apoio, pois «demonstram que a juventude não está alheada do seu futuro e querem construí-lo e melhorá-lo».

«A PSP, que noutras alturas teve idêntico procedimento com movimentações sindicais, está a proceder por iniciativa própria, numa lógica de repressão das manifestações populares, ou está a cumprir ordens do Governo Civil e do Ministério da Administração Interna?», interrogam os comunistas.

O pó do POLIS

• José Brinquete

Durante vários anos praticamente só os comunistas lutaram pela despoluição do rio Fervença e a recuperação das suas margens e pela revitalização da Zona Histórica da Cidade de Bragança (entre a Praça da Sé e a Cidadela, incluindo o Bairro dos Batócos e Além Rio). As forças políticas dominantes (PSD e PS) manifestavam-se, invariavelmente, de forma encarniçada, contra o Projecto de Fervença. Como grande argumento apontavam, por um lado a megalomania da CDU e do PCP, por outro, a impossibilidade de encontrar financiamentos para a execução do empreendimento.

Nas últimas eleições autárquicas (Dezembro/97) só a CDU apresentou um projecto para a Fervença, cujo título era *Salvar, Recuperar, Olhar, Amar o Fervença*.

Entretanto, o PCP não desistiu do Projecto do Fervença, manteve viva esta reivindicação, ganhando sempre novos apoios, até que, finalmente,

uma solução centralizada a partir da criação do gabinete Coordenador Programas Cidades, sob a tutela do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território - MAOT. A participação das autarquias nesta estrutura é meramente residual.

A aprovação dos projectos será precedida da elaboração de um Plano Estratégico, as intervenções serão suportadas através de Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor a aprovar pelo MAOT (de referir que a cidade de Bragança não possuiu ainda o seu plano de Urbanização, nem tem qualquer Plano de Pormenor aprovado).

CDU de Bragança toma posição

A CDU, embora votando favoravelmente o protocolo, protestou por alguns aspectos negativos do mesmo e por Bragança ficar para a segunda fase, esperando que não venha a acontecer o que aconteceu ao PROCOM - Urbanismo Comercial de



estamos todos de acordo - a revitalização da Zona Histórica e a recuperação para a cidade do rio Fervença vão ser uma realidade.

O programa POLIS

Vem esta reflexão a propósito do programa POLIS - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. O POLIS é herdeiro de um outro de nome PROSTURB, embora com algumas diferenças a saber: a verba é mais elevada, a selecção das cidades foi da exclusiva responsabilidade do Governo, a entidade administradora será a «defunda ou moribunda» Parque Expo e o Primeiro-Ministro, António de Oliveira Guterres, lançou o Programa numa das suas passagens por Portugal (em mais uma operação mediática tão ao estilo do Governo rosa). Relativamente à selecção das cidades é interessante registar que, dos 22 municípios abrangidos pelas medidas «fechadas», 13 são do PS e alguns dos outros são prioridades eleitorais já anunciadas pelo PS. Bragança ficou para a segunda fase e o município participa com 40% do valor do projecto, verba que terá que entregar à entidade gestora conforme o protocolo aprovado na Assembleia Municipal de Bragança (28.04.00). Nas estruturas de gestão foi encontrada

Bragança. Prometida e assumida, pelo ministro Pina Moura e seu secretário de Estado Osvaldo de Castro, a sua total integração no II Quadro Comunitário de Apoio, o certo é que a maioria das candidaturas apresentadas foram excluídas deste. Existe agora o compromisso de no III QCA os comerciantes excluídos serem ressarcidos dos apoios a que se candidataram. O POLIS, ex-PROSIURB (mais uma sigla a juntar a muitas outras) não passa de mais um contrato programa entre a Administração Central e o Poder Local, onde, é bom não esquecer, só uma ínfima parte da verba total provém do Governo. A principal fatia pertence ao Poder Local e aos Fundos Comunitários. Por outro lado não é mais do que um pequeno contributo para o investimento público que é urgente fazer, em cidades do interior como Bragança, não correspondendo a uma intervenção global na cidade, antes se refere a um projecto bem localizado. Como comentário final à demagogia governamental dos tão propagandeados milhões, dir-se-á que: o Programa POLIS assume-se já como um instrumento de propaganda eleitoral e afirmação do Governo rosa, realizado à custa de Fundos Comunitários que poderiam e deveriam ser geridos pelas autarquias e com um esforço financeiro da Administração Central que não ultrapassa os 16% do investimento total.



O aumento da criminalidade

• António Filipe

A Assembleia da República debateu há poucos dias o Relatório de Segurança Interna relativo ao ano de 1999. Tratou-se, para o Governo, de um exercício de mistificação. Em vez de um documento destinado a permitir uma avaliação rigorosa da situação do país em matéria de segurança, o que foi enviado à Assembleia da República era pouco mais que um folheto propagandístico do MAI, pelo que, só após muitas insistências, foi possível dispor de elementos que permitem, apesar de tudo alinhar algumas reflexões baseadas em dados concretos.

O aspecto mais saliente da situação da segurança interna em 1999 é porventura o aumento da ocorrência de crimes como o furto, o roubo por esticção ou o tráfico de droga, que têm um peso muito significativo no conjunto da criminalidade e que contribuem para aumentar o sentimento de insegurança dos cidadãos.

Quando se verifica que os furtos e os roubos por esticção aumentaram 23,94%, que o tráfico de droga aumentou 15,7%, que os furtos em veículos motorizados aumentaram 10,68%, que os furtos por carteiristas aumentaram 9,90%, que os furtos em supermercados aumentaram 16,22%, ou que os roubos na via pública aumentaram 39,84%, não é possível esconder que estamos perante uma evolução de um certo tipo de criminalidade que justifica enorme preocupação.

Perante estes dados é forçoso que nos interroguemos sobre o que se está a passar em matéria de segurança interna.

Depois do reconhecido fracasso da política de super-esquadras da primeira metade dos anos 90, o Governo do PS, após 1995, reconheceu, embora com enormes hesitações, tibiezas e ambiguidades, que o caminho mais certo era o policiamento de proximidade. O PCP, que sempre tinha defendido esse caminho, saudou essa orientação. Não oferece contestação que a aposta no policiamento de proximidade é o caminho mais correcto para resolver os problemas da criminalidade que mais inquietam as populações, particularmente nos meios urbanos, mas importa ter consciência de que esse caminho não é o mais fácil e comporta grandes exigências. O policiamento de proximidade tem de

assentar numa lógica de actuação policial em que a prevenção da criminalidade se substitui à pura e simples repressão, em que se privilegia o bom relacionamento entre a polícia e os cidadãos, e como tal, para ser eficaz, carece de instalações, de meios e de efectivos suficientes, o que implica inevitavelmente um investimento acrescido e correctamente orientado. A situação com que estamos confrontados obriga-nos a reflectir sobre a forma como o Governo tem vindo a levar à prática essa orientação e, quanto a isso, os indicadores disponíveis são muito preocupantes.

No final do passado mês de Março, o Grupo Parlamentar do PCP dirigiu um requerimento ao Ministério da Administração Interna, solicitando uma informação sobre o número de efectivos da GNR que auferem subsídio de patrulha, ou por outras palavras, procurando saber quantos efectivos da GNR, andam de facto na rua a fazer patrulhamento. A resposta, reportada ao mês de Abril, é elucidativa: 12 739. O que quer dizer muito simplesmente que mais de metade dos efectivos da GNR, em vez de fazerem patrulhas, são chamados a actividades que pouco ou nada terão que ver com a acção policial para que foram treinados e a que é suposto dedicarem-se. Com os efectivos da GNR a desempenhar funções de impedidos às ordens de oficiais superiores, a trabalhar em oficinas ou a servir bebidas nos bares dos quartéis, não há policiamento de proximidade que resista na área da sua actuação, ainda que os Guardas sejam obrigados, como são, a condições desumanas de prestação de serviço de 80 e mais horas semanais.

O policiamento de proximidade é necessário, mas é também exigente. Exige investimentos e meios adequados. Exige uma firme disposição política para ser levado à prática. Não é compatível com o afastamento dos polícias daquelas que deveriam ser as suas missões nem se compadece com a limitação da actividade policial ao cumprimento de protocolos ou de programas avulsos.

O que hoje começa a ser cada vez mais perceptível, é que o Governo não está a ser capaz de responder aos problemas de insegurança dos cidadãos que recomeçam a surgir. Esta realidade sente-se, no contacto com as pessoas, nos ecos que chegam das populações e das autarquias e é comprovada pelos indicadores da criminalidade registada, sem que se veja, da parte do Governo, uma orientação capaz de enfrentar esta realidade e de lhe dar uma resposta adequada.

Em causa
direitos dos trabalhadores

Conflito laboral na Petrogal

O Grupo Parlamentar do PCP quer ver esclarecida a questão da projectada reestruturação do grupo «Galp-SPGS». Em causa está sobretudo a garantia dos postos de trabalho e de todos os demais direitos dos trabalhadores, bem como a sua dignidade, alvo de «terror psicológico».

Em requerimento dirigido ao Ministro das Finanças, o deputado comunista Vicente Merendas acusa o Governo de estar a desenvolver o projecto de reestruturação «totalmente à revelia dos representantes dos trabalhadores, num claro desrespeito pelo cumprimento da lei e da Constituição».

Os trabalhadores lutam pela defesa dos postos de trabalho e dos seus direitos

Este projecto, como é salientado no texto, aponta para o desmantelamento da Petrogal e para a extinção de elevado número de postos de trabalho.

Segundo o deputado do PCP, «a situação é de tal ordem que estão a ser desen-

volvidas medidas de repressão psicológica com entrevistas e provas aos trabalhadores para detectar os seus conhecimentos e aptidões, assim como testes de personalidade que constituem uma clara violação à intimidade de cada um.

O resultado, lembra Vicente Merendas, é a generalização de um «forte descontentamento nos trabalhadores», que prefigura um conflito laboral que tenderá a generalizar-se a todas as empresas que compõem este grupo num sector estratégico da nossa economia.

Preocupado com este quadro, o parlamentar comunista questiona o ministro Pina Moura sobre as medidas que o Governo pensa adoptar «para que seja reposta a legalidade democrática na Petrogal e o respeito pela Constituição».

Explicações são ainda pedidas, por outro lado, quanto à posição do Executivo no que se refere à subordinação da Petrogal aos interesses do grande capital estrangeiro, que, no caso em apreço, «poderão traduzir-se nos interesses da ENI».

Solicitados por Vicente Merendas são também esclarecimentos quanto aos objectivos do Ministério da Economia em relação ao futuro da Petrogal, nomeadamente sobre as medidas que pensa acionar para evitar o seu desmantelamento, pondo fim, desde já, ao seu fraccionamento.



Está em causa um sector estratégico da nossa economia

Situação dos idosos e deficientes Urge garantir mais direitos sociais

O Grupo Parlamentar do PCP exigiu mais direitos e apoios sociais aos idosos e aos cidadãos portadores de deficiência e respectivas famílias. Foi a sua resposta às medidas sobre a matéria preconizadas em projecto de lei do PSD, que, apesar de justas nos objectivos enunciados, enfermam de uma «perspectiva demasiado assistencialista».

Em debate na semana transacta, o diploma foi chumbado com os votos contra do PS, optando PCP, PEV e BE pela abstenção. Votos favoráveis, além do partido proponente, apenas o CDS/PP.

Dar «apoio à permanência e integração na família de idosos e pessoas portadoras de deficiência» era o objectivo da bancada laranja. Como em tantos outros domínios, enquanto foi Governo, poderia tê-lo feito. Optou, como agora faz o PS, por seguir as

«políticas monetaristas de cariz neoliberal», orientando as suas políticas pela redução das despesas públicas com as funções sociais do Estado.

Ora, como sublinhou a deputada comunista Fátima Amaral, não só a existência de um «Estado social é fundamental para garantir direitos universais», como este «não pode alijar responsabilidades, transferindo certas funções para o sector privado lucrativo ou para a economia social».

Tanto mais que, lembrou a propósito, Portugal continua na cauda de Europa em matéria de infra-estruturas sociais de apoio à família. A que acrescem os níveis de prestação muito baixos do nosso sistema de segurança social.

Sem pôr em causa o papel da família no apoio aos seus membros mais idosos, Fátima Amaral entende, todavia, não ser aceitável que se pro-

cure remeter para o meio familiar novas responsabilidades e encargos, que, em muitos casos, aquele não tem condições de assegurar.

Daf o seu alerta para os riscos em «contrapor solidariedade de parentesco à solidariedade colectiva, fazendo pensar que o recuo da protecção social poderia ser compensado pela solidariedade dos parentes».

O caminho, neste contexto em que escasseiam as respostas, está, pois, na perspectiva do PCP, em garantir mais direitos sociais. Assegurar, por exemplo, foi ainda Fátima Amaral a lembrá-lo, melhores condições no plano da saúde, embaratecer e racionalizar os gastos com os medicamentos, desenvolver os serviços domiciliários, construir uma rede nacional de centros de convívio, elevar os montantes das reformas e pensões.

Parlamento trava co-incineração

O Parlamento aprovou, na generalidade, o projecto de lei do Partido Ecologista «Os Verdes» que suspende o processo de co-incineração. A favor votaram todos os partidos da oposição e cinco dos seis deputados socialistas eleitos por Coimbra. A bancada do PS votou contra.

Viabilizado foi ainda o projecto de lei do CDS/PP, que também suspende o processo e obriga a Comissão Científica Independente a fazer um novo relatório. Aquela, de acordo com o texto de «Os Verdes», vê o seu mandato alargado, ficando igualmente incumbida de apresentar um novo relatório até ao final do ano com a inventariação do melhor tipo de tratamento para cada resíduo industrial. Sem deixarem de reconhecer mérito ao diploma,

que consideram corresponder a legítimas preocupações sobre o processo de tratamento dos resíduos industriais, os restantes partidos da oposição fizeram notar a necessidade de introduzir no seu articulado alguns ajustamentos em debate na especialidade.

Por saber está, entretanto, se este debate se realizará ainda nesta sessão legislativa ou se será remetido só para depois de Outubro, como parece estar interessado o PS.

Nesse sentido concorrem afirmações de José Junqueiro, vice-presidente da bancada socialista, ao garantir que a co-incineração vai avançar nos próximos meses, porque o projecto de «Os Verdes» só na

próxima sessão legislativa será levado a votação final global.

A lei que vier a ser aprovada pelo Parlamento «não deve ser pretexto para entrar o rápido andamento do processo, como alguns eventualmente desejariam», defende, por sua vez, Joaquim Matias. Ao contrário, segundo o deputado comunista, «deve contribuir para uma

rápida mas consistente abordagem de toda a problemática da gestão dos resíduos industriais».

Aliás, a posição da bancada do PCP nesta matéria é muito clara. Joaquim Matias ilustrou-a exemplarmente ao recusar identificar-se com qualquer das posições antagónicas com que se procura alimentar a polémica. «A co-incineração de resíduos é para uns a varinha mágica que rege-

nera o ambiente e purifica o ar, enquanto para outros é certamente uma invenção demoníaca que envenena o

ar e nos mata a prazo», observou.

O que o PCP não aceita é que se pretenda fazer crer que o grave problema ambiental existente no país se resolve apenas com a decisão de sim ou não à co-incineração. Como se isso fosse a solução milagrosa para o inexistente controlo dos resíduos, para a contaminação dos solos e cursos de água, para o desrespeito pela lei, para os permanentes atentados à saúde pública.

Do seu ponto de vista, não é aqui que reside a questão nodal. Para Joaquim Matias o problema é outro e tem a ver com o facto de o Governo «não ter uma política adequada para dar resposta aos problemas concretos e reais existentes no país em matéria de resíduos industriais».

A falta desta política é que constitui a questão central do problema, frisou, enviesando simultânea e sistematicamente a discussão no Parlamento e fora dele. E é por isso que o PCP, do mesmo modo que não subscreve as propostas que rejeitam liminarmente a co-incineração, não apoia os que, ignorando toda a complexidade do problema, o querem reduzir à co-incineração.

E muito menos aceita, como sublinhou Joaquim Matias, que «por detrás da co-incineração o Governo pretenda esconder e disfarçar toda a incapacidade política que tem revelado nesta matéria».

Escola de telecomunicações

O deputado comunista Bernardino Soares interrogou-se no Parlamento sobre as razões que levaram o Governo a privatizar a única escola profissional pública na área da electrónica e telecomunicações. Por esclarecer estão, designadamente, os motivos que justificam a entrega de todo o corpo docente e equipamento daquela escola, com uma experiência de sucesso, a um instituto do Grupo Ensinus, que, tudo o indica, não estará habilitado para essas funções.

«Como são assegurados os interesses dos estudantes?», perguntou o deputado do PCP, depois de ter recordado os bons resultados da experiência pedagógica daquela escola criada em 1990.

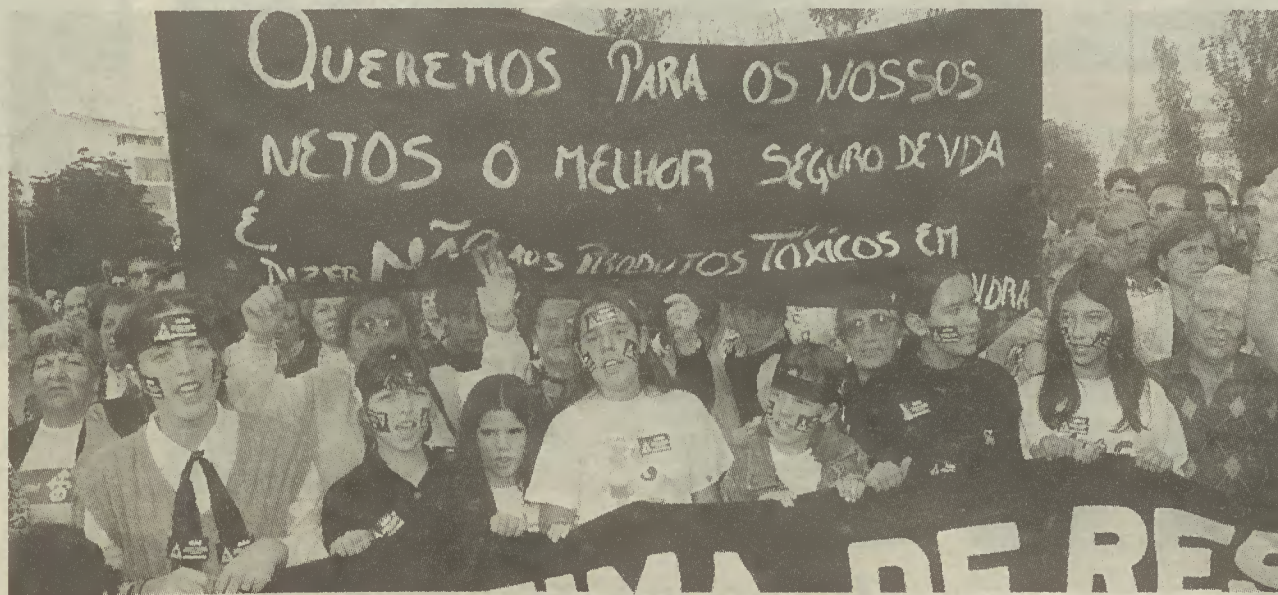
De entre estes, assinalou, está o «ambiente de grande produtividade do ensino», bem como a «formação de grande qualidade» prestada aos alunos, todos eles com colocação assegurada, mesmo antes de concluírem os três anos de formação, no mercado de trabalho.

Julgados de Paz

A Assêmblea da República aprovou, na generalidade e por unanimidade, o projecto de lei do PCP que altera a actual organização judiciária, consagrando os Julgados de Paz. Com a mesma votação foi aprovado outro projecto de lei, igualmente da autoria do PCP, sobre «organização, competência e funcionamento» daquela nova estrutura judiciária. Os diplomas baixaram à 1.ª Comissão, onde serão discutidos na especialidade na próxima sessão legislativa.

Num quadro em que cresce a conflitualidade, os Julgados de Paz, recorde-se, podem dar um excelente contributo no sentido de acelerar a marcha da Justiça, tornando-a mais próxima dos cidadãos.

Aprovada pelo Parlamento, faz hoje oito dias, em votação final global, foi também a proposta do Governo que estabelece contra-ordenações para os espectáculos com touros de morte, descriminalizando este tipo de touradas.



O que o País reclama é uma política ambiental que responda aos problemas

Organização da investigação criminal

Proposta do Governo suscita preocupações

A proposta de lei de organização da investigação criminal, apreciada na semana transacta, deverá ser hoje viabilizada no Parlamento. Apesar das sérias reservas que o diploma lhe suscita, a bancada comunista abster-se-á, tendo anunciado a intenção de propor alterações na especialidade.

Com esta iniciativa legislativa, segundo as palavras do ministro António Costa, o Governo visa três grandes objectivos: «clarificar o papel de cada uma das polícias na investigação criminal, dar maior eficácia no combate ao crime e criar condições de actuação dos diversos órgãos de investigação criminal».

Mas se o diploma não levanta «contestações de fundo» quanto à forma como pretende formular as competências dos vários órgãos que procedem à investigação criminal, uma vez que reserva à Polícia Judiciária a investigação dos crimes mais complexos, já o mesmo não se pode dizer relativamente aos res-

tantes normativos constantes da proposta do Governo.

Odete Santos, referindo-se à parte restante da proposta de lei, falou mesmo em «fundadas dúvidas», considerando que a mesma «arrisca-se a beliscar o modelo processual penal vazado no Código».

Para isso concorrem alguns dos artigos do diploma, os quais, no entender da deputada do PCP, suscitam preocupações, aparecendo como «potenciais geradores de conflitos» entre a autonomia do Ministério Público, consagrada constitucionalmente, e a autonomia (assim chamada pelo Governo) dos órgãos de polícia criminal, das forças policiais. Em sua opinião pode até questionar-se se não alteram o modelo de investigação criminal constante do Código de Processo Penal.

Um dos exemplos dados pela parlamentar comunista foi o da «subtil distinção» feita no preâmbulo do diploma entre «poderes de direcção e direcção», reservando para o Ministério Público apenas a direcção. Ou seja, parece atribuir-lhe apenas a «faculdade de emitir orientações genéricas» e não a de «emitir instruções específicas» sobre a efectivação de quaisquer actos aos órgãos de polícia criminal.

Num quadro em que se vem configurando a possibilidade de «policialização e mesmo governamentalização da investigação», fruto de vários textos legislativos produzidos na última década, entende Odete Santos que a proposta de investigação criminal agora apresentada pelo Executivo «não garante nas acções policiais anteriores ao início do processo penal outra fiscalização que não seja a decorrente da dependência hierárquica dos órgãos de polícia criminal relativamente ao poder político».

E por isso, na sua perspectiva, o diploma «reforça o poder político face aos cidadãos», isto é, «reforça a discricionariedade e enfraquece as garantias dos cidadãos». Assim sendo, sublinhou, não parece que «contribua para o reforço de um sistema em que o Ministério Público e o Juiz de Instrução são peças imprescindíveis».

«Um sistema de prevenção e de investigação — concluiu — que permita conjugar a eficácia no combate à criminalidade com a garantia dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos face ao poder político».

Programa Polis

Um modelo centralizador para objectivos eleitorais

O regime excepcional que o Governo pretende conferir às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis suscitou sérias dúvidas no Parlamento. Questionado foi sobretudo o facto de retirar competências às autarquias. Apresentada pelo Ministro José Sócrates, a proposta do Executivo prevê a criação de um regime especial para as sociedades anónimas de capitais públicos, tendo como accionistas as Câmaras Municipais

envolvidas e o Estado, representado, em alguns casos, pela Parque Expo 98 e pela Sociedade Porto 2001.

Criticado pela bancada comunista foi, desde logo, o que Joaquim Matias classificou de «carácter centralizador» da proposta de lei, onde é observável a intenção de exercer o «controlo governamental» na definição, gestão e implementação nos programas de requalificação urbana e valorização ambiental e na gestão do

III Quadro Comunitário de Apoio.

Deixada bem claro pelo deputado do PCP foi a sua discordância com a retirada de competências às municipalidades, o que, do seu ponto de vista, será uma inevitabilidade se o Programa Polis se mantiver tal como está. Na sua perspectiva, nada justifica que estas competências sejam retiradas a órgãos de poder democraticamente eleitos.

Filhos de emigrantes na Suíça

Que lugar para o português?

● Lígia Calapez (texto)
● José Frade (fotos)

O que é a escola de português? As crianças, filhas dos nossos emigrantes na Suíça, falam português? Que motivação para aquelas horas extra de aulas em cada semana?

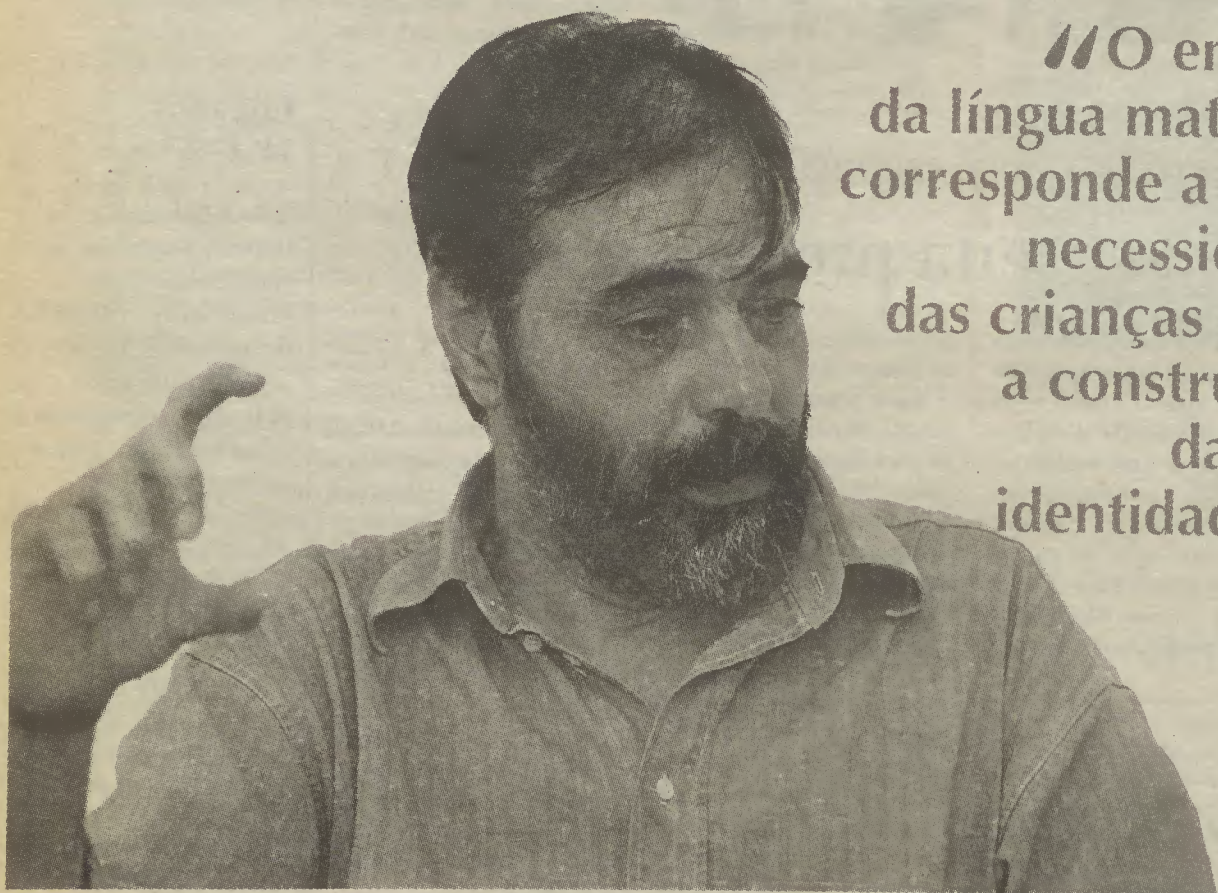
Sobre estas e outras

questões nos falou *Alex Milheiros*, actualmente professor de português na Suíça.

Uma conversa em sua casa, em Genebra, em que nos contou de como se ouve falar português nas ruas de algumas cidades suíças e referiu as dificuldades e a importância do ensino da língua materna a crianças que, no seu dia-a-dia escolar, entre amigos e colegas, falam o francês.



A cultura portuguesa em Genebra, no Café Pessoa e na livraria



“O ensino da língua materna corresponde a uma necessidade das crianças para a construção da sua identidade”

Os filhos dos nossos emigrantes na Suíça falam quotidianamente o português, entre a família e nas associações de portugueses

Avante! – Qual a ligação dos filhos dos nossos emigrantes, aqui na Suíça, com a língua portuguesa?

Alex Milheiros - A ligação das crianças à língua portuguesa tem a ver com a forma como os pais estão no país de acolhimento.

O emigrante português na Suíça é mais recente do que em França, ou do outro lado do Atlântico. É um emigrante que já saiu de Portugal depois do 25 de Abril. Provavelmente, e em boa percentagem, já veio de regiões urbanas e não directamente das regiões rurais e tem algum nível de estudos.

Por outro lado, a sua forma de estar aqui – a legislação suíça não abre grandes perspectivas de os filhos virem algum dia a serem considerados cidadãos suíços – leva a que a família assuma a criança como uma criança que

efectivamente será portuguesa toda a vida.

Um outro factor a ter em conta é a concentração ou dispersão das próprias comunidades portuguesas, pois é evidente que onde a comunidade portuguesa está mais concentrada, a possibilidade de responder de forma razoável, com cursos nas escolas próximas de onde estão as crianças, é melhor do que nos sítios onde a comunidade está bastante dispersa. Esta concentração das comunidades portuguesas tem reflexos a vários níveis. Aqui em Geneve as famílias portuguesas têm a sorte de terem os seus filhos inscritos em cursos de português que praticamente – salvo raras excepções – são cursos de uma classe só.

Pela Suíça fora, pela França fora, mesmo na própria região de Paris, isso não

acontece em muitos sítios. Chega a haver casos em que, numa mesma sala de aula, há crianças do 2.º ao 9.º ano de escolaridade. Para o professor, gerir estas diferenças é uma dificuldade e fazem-se sentir problemas de rentabilização pedagógica.

Em termos práticos, como decorre aqui, na Suíça, o ensino do português?

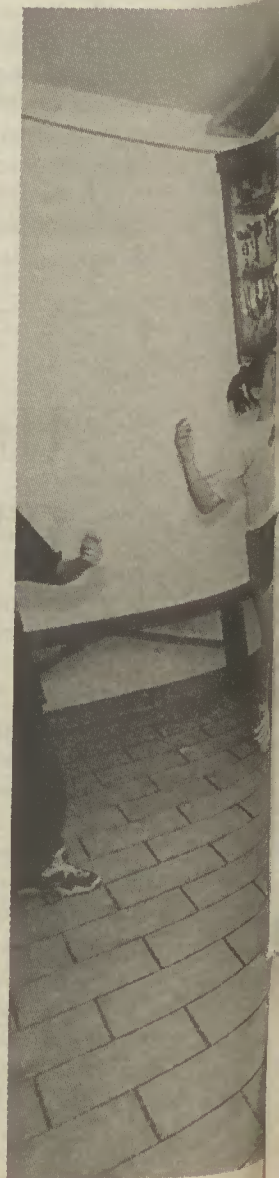
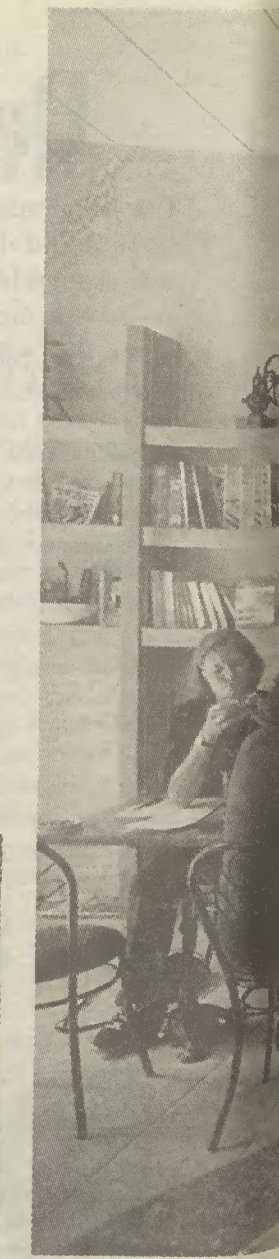
O ensino que aqui se desenvolve com as crianças não é o ideal. Corresponde a um direito que lhes é outorgado pela Constituição da República, como cidadãos portugueses – o direito ao acesso à língua portuguesa. Por isso os professores são fornecidos por Portugal e pagos por Portugal.

Mas não é apenas um direito – é também uma necessidade. Na nossa opinião, como pedagogos, como professores, o ensino da língua materna corresponde a uma necessidade das crianças para a construção da sua identidade e da sua personalidade.

Mesmo que venham a ser cidadãos suíços (o que não é fácil, dada a legislação), ou cidadãos de outros países, se assumirem completamente a sua identidade enquanto portugueses, e tiverem a ligação a Portugal construída de forma razoável, serão muito melhores cidadãos franceses ou cidadãos suíços. O ensino não é o ideal, por outro lado, porque não corresponde muitas vezes àquilo que a criança, e depois o jovem, entende que lhe é útil. Estamos num mundo em que cada vez mais o tempo de cada um de nós tende a ser ocupado por coisas que consideramos úteis. As crianças continuam a brincar, como no nosso tempo, mas as famílias cada vez mais pretendem que se dediquem a actividades que, se calhar, lhes vão dar alguma hipótese de no futuro virem a ser artistas, por exemplo.

Brinca, aprendendo música. Brinca, fazendo ginástica. Brinca, aprendendo uma língua estrangeira. E muitas vezes não brinca simplesmente.

É uma deturpação do que são os tempos livres...





Comunicado
do Comité Central
do PCP

Rumo ao XVI Congresso

Na sua reunião de 16 e 17 de Junho de 2000, o Comité Central examinou os principais aspectos da situação social e política, procedeu a uma primeira abordagem das eleições presidenciais, definiu as principais tarefas para os próximos meses e debateu questões relativas à preparação do XVI Congresso do PCP, a realizar em 8, 9 e 10 de Dezembro deste ano.

Neste âmbito, o Comité Central procedeu a uma avaliação geral das contribuições dadas pelos militantes na fase de auscultação que decorreu até final de Maio, adoptou um calendário para a realização dos diversos trabalhos preparatórios e, exercendo a competência conferida pelo n.º 5 do art.º 27.º dos Estatutos, aprovou o Regulamento da fase preparatório do Congresso (que corresponde ao período de debate em todo o Partido dos documentos propostos pelo Comité Central e à eleição de delegados).

I O Governo em sérias dificuldades

1 O Comité Central salienta que, na evolução da situação política nacional, avulta nos últimos meses, e de forma insofismável, um processo de **acentuado desgaste do Governo e de erosão da sua base de apoio** que é determinado pela considerável ampliação do descontentamento popular com a sua política e em que pesam de forma decisiva quer orientações e decisões governamentais que afectam seriamente as condições de vida da maioria da população quer o grande, intenso e combativo movimento de lutas dos trabalhadores e de outras camadas sociais.

2 Sem prejuízo de, desde a sua formação em Novembro de 1999, ser patente um vasto e intrincado conjunto de dificuldades, incidentes, decisões e factores de descontentamento que foram afectando a imagem do Governo, a verdade é que no ascenso do descontentamento popular pesaram de forma determinante a evidência de que o Governo retardou os aumentos dos combustíveis por razões eleitoralistas e para, viciando a taxa de inflação, condicionar as negociações das

actualizações salariais; a evidência de gravosos e generalizados aumentos de preços que corroem drasticamente o poder de compra da população e da intransigência do Governo na imposição de uma política de redução dos salários reais, enquanto continuava a desdobrar-se em benesses às grandes empresas; a criação de situações de grave aflição a dezenas de milhar de famílias com empréstimos contraídos por compra de habitação própria, por força do continuado aumento das taxas de juro, ainda agravado pela injusta decisão do Governo de diminuir a taxa de referência para o cálculo das bonificações.

No contexto actual, adquire também significado político relevante, as tentativas de impor apressada e mal

fundamentada, a co-incineração de resíduos industriais perigosos.

3 O Comité Central chama a atenção para diversos aspectos da **situação económica** que o Governo tem procurado escamotear e que traduzem uma situação preocupante. Desde logo o agravamento do acentuado défice da balança comercial que só nos primeiros dois meses deste ano teve um acréscimo de 140 milhões de contos quando comparado com igual período de 1999 e que, desde 1995, subiu mais de mil milhões de contos. Também a contínua substituição da produção nacional pela estrangeira, a redução do investimento estrangeiro, o desinvestimento de várias multinacionais instaladas no país e o aumento do recurso ao crédito externo

para financiamento da economia têm-se reflectido na deterioração da balança de transacções correntes e na balança de capitais.

A economia portuguesa tem vindo com as políticas seguidas a acentuar as suas debilidades e o seu carácter dependente, periférico e de subcontratamento. As exportações têm vindo a perder quotas de mercado e o diferencial entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e o da média da União Europeia — que tem servido para medir a convergência real da economia portuguesa (aproximação) com a da comunidade — tem vindo a reduzir-se consecutivamente, situando-se em 1999 em 0,6 pontos percentuais, e as perspectivas próximas não são melhores. Segundo as previsões

Comunicado do Comité Central do PCP

Rumo ao XVI Congresso

do Banco de Portugal para o PIB, haverá mesmo um diferencial negativo já em 2000, isto é, em vez de convergência, divergência.

4 O Comité Central do PCP chama a atenção para o novo plano plurianual de privatizações que o Governo acaba de anunciar e que representa um novo passo na escalada de destruição do que ainda resta do sector público. Quando as consequências nefastas das privatizações e a situação do País impõem uma mudança de rumo, o Governo PS com a sua política de classe ao serviço do grande capital e das multinacionais, aponta para o aprofundamento de medidas gravemente lesivas dos interesses nacionais.

O que está em causa é uma nova e drástica redução do papel do Estado em sectores estratégicos para o País que envolve a EDP, a GALP (Petrogal e GDP), a Portugal Telecom, a TAP, a ANA, várias unidades de negócios da CP, a Brisa, a Cimpor, a Papelcer (Portucel Industrial e Soporcel), a Mundial Confiança e a Fidelidade, assim amputando o Grupo CGD. Traduzindo-se em situações que vão da perda da maioria do capital do Estado (EDP) até à privatização total (Brisa e celulosos), incluindo a tomada de posição de bloqueio por

parte de multinacionais (exemplos claros da TAP e GALP), a concretização deste plano significará um maior domínio da economia e da vida nacional pelos grupos económicos e financeiros e pelas multinacionais e acrescidas dificuldades para os direitos e interesses dos trabalhadores, para a política de preços, qualidade e segurança dos serviços públicos (bem evidente no recente «apagão» da energia eléctrica), para o aparelho produtivo e para a concretização de um verdadeiro projecto de desenvolvimento nacional. O Comité Central do PCP acusa o Governo de estar a lesar profundamente o interesse público e nacional, aponta a necessidade da denúncia das consequências deste processo e apela a uma crescente acção de resistência à sua concretização.

5 A poucos dias de terminar a **Presidência portuguesa da União Europeia**, o Comité Central do PCP entende anotar que o exercício dessa responsabilidade ficou sobretudo marcado pela desmultiplicação de iniciativas de recorte propagandístico desenvolvidas pelo Governo para consumo interno e externo, ao mesmo tempo que se verificou o não agendamento em

sucessivas reuniões ministeriais da UE de nenhum dos graves problemas do país decorrentes das políticas e constrangimentos comunitários. É de assinalar designadamente o carácter profundamente mistificatório da Cimeira do Emprego que, realizada sob o deslumbramento com a «nova economia», serviu sobretudo para consagrar e impulsionar reclamações de mais liberalização e desregulação económicas, mais privatizações, mais «flexibilização laboral» e «moderação salarial».

É também de sublinhar que o Conselho informal dos Ministros da Agricultura, realizado em Évora, se saldou pela absoluta vacuidade, patente no comunicado final onde não são referidos nenhuns dos grandes e prementes problemas que afectam a agricultura portuguesa (discriminação do país no acesso às ajudas comunitárias, insuficiência das quotas leiteiras, perda de quotas de tomate, etc.).

A Presidência portuguesa fica ainda negativamente marcada pelo apoio explícito do Ministro Jaime Gama e de outros responsáveis do PS às opções federalistas avançadas pelo seu homólogo alemão, onde o papel dos Estados-nações numa futura União Europeia federal é aproximado ao desempenhado hoje pelos Landers (regiões) do Estado Federal alemão.

O PCP, continuando a combater quaisquer novos avanços de sentido federalista, alerta para que a Conferência Intergovernamental (CIG) anunciada para Dezembro, e tendo como objectivo a reforma institucional, se apresenta carregada de riscos para a independência e soberania dos países e povos da União Europeia.

Alerta ainda para o acelerado processo de militarização da União Europeia (articulado aliás com o reforço da NATO) e para a necessidade de prosseguir a luta pelo desarmamento, a cooperação internacional e a paz.

6 Ao contrário do que afirmam os partidos de direita, aliás em repetida confirmação de que, em rigor, não sustentam nenhuma política alternativa à do PS, o **problema central não está em que o Governo «não governa» mas sim em que governa de forma voluntariamente prisioneira da cumplicidade e dos favores ao grande capital e com desprezo pela situação, interesses e aspirações dos trabalhadores e de largas camadas da população, dando assim, desde 1995, zelosa continuidade e aprofundamento aos eixos essenciais da política de direita.**

II

Um grande movimento de lutas

1 O alargamento e intensificação da luta social dos trabalhadores e de outras camadas sociais apresenta-se como um dos traços mais marcantes da evolução da situação política. O descontentamento crescente deu lugar à luta e ao seu desenvolvimento como resposta à política do Governo, ao agravamento dos problemas do País e das condições de vida e de trabalho. Pela sua dimensão, diversidade de participação de sectores e camadas, pela sua combatividade e objectivos, as lutas de massas constituíram um elemento decisivo para alterações na situação política, para a compreensão da verdadeira política do Governo, para o seu descrédito.

2 Ao tentar impor a contenção e a desvalorização dos salários, designadamente na Administração Pública e no Sector Público e, simultaneamente, aumentar os preços e as taxas de juro, ao fomentar a precarização como solução para o emprego, ao manter a injustiça e a carga fiscais sobre os rendimentos do trabalho, ao manter os baixos níveis das pensões, ao prosseguir uma política de liquidação de serviços sociais públicos, ao tornar em retórica a paixão pela saúde e pelo ensino, ao prosseguir o desmantelamento do aparelho produtivo, o Governo PS tornou-se responsável por o descontentamento se ter transformado em indignação e em lutas de amplos sectores de trabalhadores e de outras camadas sociais.

3 As lutas travadas pelos trabalhadores da Administração Pública, as poderosas greves realizadas no sector dos transportes e em diversas empresas, a dimensão,

combatividade, grau de participação de jovens e mulheres na grandiosa manifestação de 23 de Março, as comemorações do 25 de Abril e nas comemorações do 1.º de Maio promovidas pela CGTP-IN, as manifestações dos estudantes do ensino secundário e a acção nacional dos agricultores, em Évora, desmistificaram o diálogo sem conteúdo e a má fé negocial, descredibilizaram o Governo e a sua política social e abriram caminho a importantes resultados para os trabalhadores.

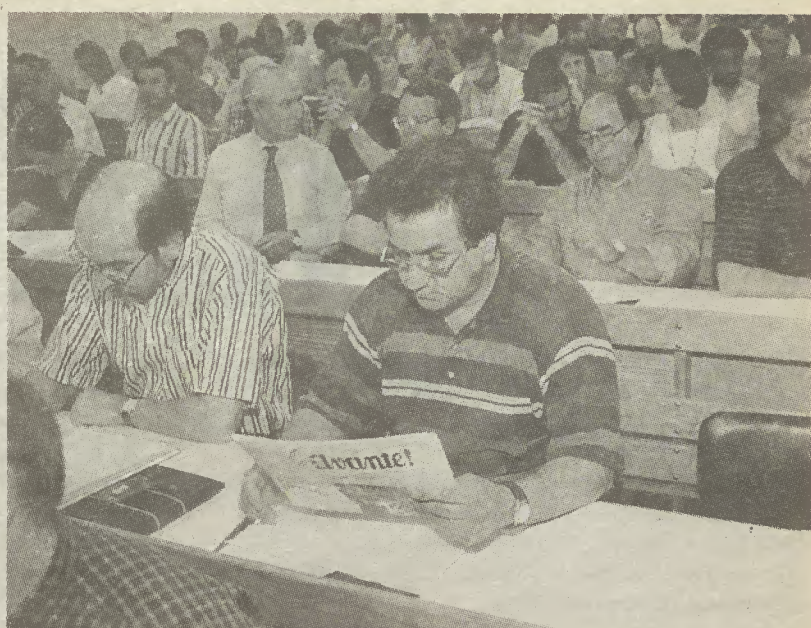
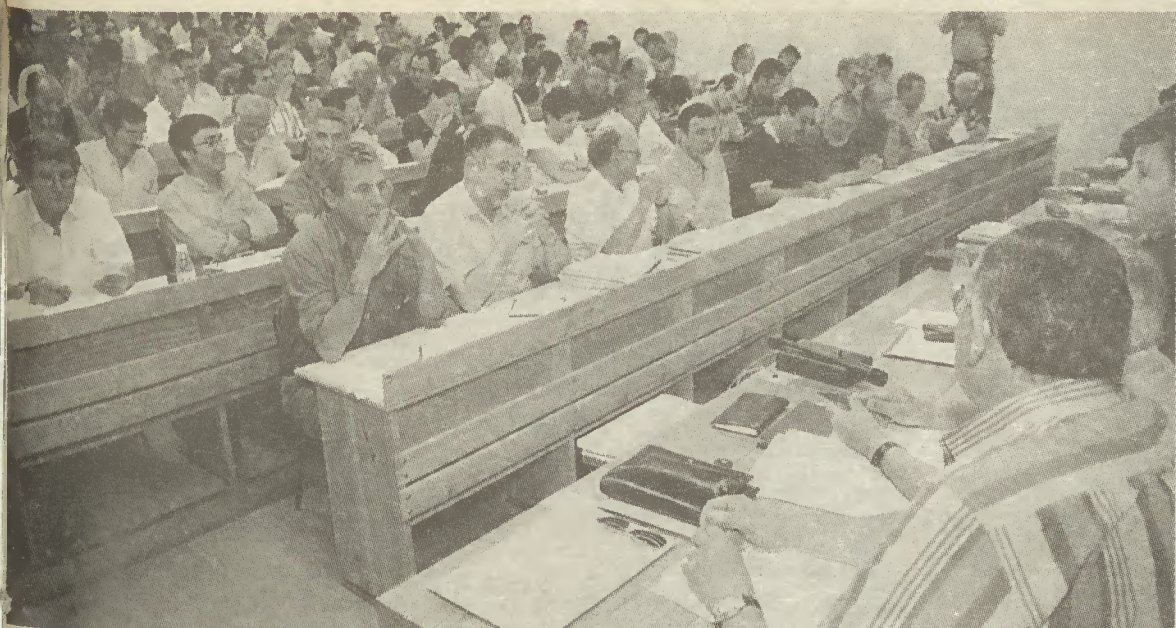
4 Desde o início do ano que os agricultores portugueses confrontam o Governo PS, por todo o País, com inúmeras lutas pela sobrevivência das pequenas e médias explorações agrícolas e defesa da agricultura nacional. Assumiram particular significado as lutas em torno da produção de batata, leite, tomate, da sanidade animal, dos baldios, contra o encerramento de pequenas unidades (lagares de azeite, salas de ordenha, queijarias), pela modulação das ajudas ao rendimento e pela manutenção dos agricultores no sistema de segurança social. Todo este movimento desembocou na grande concentração nacional de cerca de 10 mil agricultores portugueses que, em convergência com 5000 agricultores espanhóis, mais uma vez disseram não à Política Agrícola Comum e à Organização Mundial do Comércio.

5 Os estudantes demonstraram inequivocamente o seu descontentamento com a política de ensino que não responde às suas aspirações e às necessidades de qualidade do ensino público. Nas recentes lutas dos estudantes do

Ensino Secundário dezenas de milhares de jovens em todo o país reivindicaram a suspensão da Revisão Curricular, o fim do *numerus clausus*, a implementação da educação sexual, a melhoria das condições materiais e humanas das escolas, bem como a sua audição e intervenção nas decisões que lhes digam respeito.

6 O PCP, através de acções junto dos trabalhadores, esclarecendo a natureza da política do Governo, dando estímulo e ânimo à luta, desenvolvendo iniciativas políticas e legislativas, alargou a sua influência social. Tem grande significado neste período a vitória e o reforço em votos e mandatos das listas unitárias onde se integram os comunistas, nas eleições para Sindicatos, Uniões, Federações Sindicais, para as Comissões de Trabalhadores do Metro, da Carris, da Lisnave e Gestnave, da TAP, da Cimpor, da RTP, da EDP, das Alfândegas, da Portugal Telecom.

7 O PCP responsabilizando o Governo pelo aumento da conflitualidade social, continuará a estimular e a mobilizar os trabalhadores para a defesa dos seus interesses e direitos. Os resultados positivos alcançados em muitos sectores por força da luta, demonstram que vale a pena intensificar e prosseguir esse caminho, que quanto mais força tiver o PCP, mais possibilidades se abrem a um novo rumo para uma nova política que corresponda a justas reivindicações e anseios dos trabalhadores e das classes e camadas mais atingidas por esta política de direita.



III

Prosseguir a forte intervenção do Partido

1 Sublinhando que as mudanças positivas no clima social e político do País são inseparáveis da vasta, diversificada e intensa acção do Partido nas mais diversas esferas da vida nacional, o Comité Central sublinha a importância de, embora com as limitações decorrentes do período estival que se aproxima, o PCP manter uma elevada iniciativa e intervenção política centradas designadamente sobre os problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pela população.

2 Neste quadro, é indispensável continuar a dedicar a melhor atenção à dinamização e desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e de outras camadas sociais gravemente atingidas pela política do Governo, que podem e devem ter ainda uma forte expressão na manifestação sindical no dia 19, no Porto, por ocasião da reunião Conselho Europeu.

Importa assegurar o êxito da «Festa da Alegria» que se volta a realizar em Braga a 7, 8 e 9 de Julho e prestar a maior atenção à exigente preparação da «Festa do Avante!», a realizar em 1, 2 e 3 de Setembro, cujo sucesso é essencial para marcar com força a afirmação do papel do PCP num novo período de lutas e importantes desafios políticos.

Importa garantir um activo apoio e solidariedade às organizações e membros do partido e à CDU nas **Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores** e ao valioso esforço que estão desenvolvendo com vista a alcançar nas próximas eleições regionais de Outubro o reforço eleitoral que é necessário para dar mais força à exigência de uma política democrática de autonomia, de progresso e justiça social.

Importa prosseguir os esforços para o **reforço do Partido**, designadamente a realização de Assembleias das Organizações (em particular das organizações de base), o fortalecimento da organização nas empresas e locais de trabalho, o recrutamento de novos militantes e a sua integração, a responsabilização de quadros, o contacto com os membros do Partido e o seu envolvimento na vida partidária, a concretização da campanha de venda do «Avante!» e da campanha nacional de fundos.

Importa prosseguir e ampliar o esclarecimento e a mobilização da opinião pública contra as **propostas de lei do Governo de alteração do sistema eleitoral para as autarquias e para a Assembleia da República**. O PCP reafirma a sua oposição frontal à proposta governamental que pretende acabar com a eleição directa das Câmaras Municipais, extinguir a representação pluralista nas vereações municipais e substituí-la antidemocraticamente por executivos monocolors (que se pretende estender às juntas de freguesia), abrindo caminho para o poder absoluto da força maioritária e para a falta de fiscalização e conseqüente impunidade da sua gestão. O PCP dará também firme combate à proposta governamental que, designadamente com a criação de 99 círculos uninominais que em princípio só seriam ganhos pelo PS ou pelo PSD, visa pressionar uma ainda mais forte «bipolarização» nas eleições legislativas, e induzir artificialmente dinâmicas de voto que diminuiriam a representação parlamentar dos outros partidos.

3 O Comité Central procedeu também a uma primeira abordagem das próximas **eleições presidenciais**, tendo designadamente em conta o quadro de candidaturas que neste momento está definido mas sob o qual pesam ainda incertezas. Neste contexto, o Comité Central pronuncia-se pela indispensabilidade da **apresentação pelo PCP — a concretizar oportunamente — de um candidato presidencial** que, sem prejuízo de uma posterior definição mais precisa de objectivos e características dessa intervenção eleitoral, assegure a presença no debate eleitoral dos distintivos valores, propostas e projecto do PCP para a sociedade portuguesa e contribua para o fortalecimento da exigência popular de uma alternativa de esquerda na política nacional.

4 O Comité Central considera oportuno chamar a atenção para que, acompanhando a acentuação do desgaste e descrédito do Governo do PS (para os quais os partidos de direita não deram nenhuma contribuição significativa), se intensificam linhas de

mistificação como as que tendem a reduzir a «oposição» ao PSD e ao CDS-PP (que viabilizou o último Orçamento de Estado e as suas negativas opções), com propositado apagamento e secundarização da firme e conseqüente oposição de esquerda que o PCP tem protagonizado.

É certo que, depois de quase cinco anos em que tanto o PSD como o CDS-PP não tiveram a mais breve palavra sobre aumentos salariais e direitos dos trabalhadores, os partidos de direita têm procurado agora encostar-se às reivindicações e ao descontentamento populares.

Mas o que é igualmente certo é que não só apoiam as opções de fundo do Governo PS que determinam as conseqüências de que depois se querem distanciar, como em variados domínios persistem na defesa de orientações e soluções que ilustram exuberantemente que muita da demagogia populista a que recorrem são apenas o invólucro verbal para uma política de ataque aos direitos dos trabalhadores e de regressão social (como acaba de ser ilustrado com a campanha do PSD e do PP contra o rendimento mínimo garantido).

5 Neste quadro, o Comité Central reafirma que a política alternativa e a alternativa política de que o país manifestamente carecem nada têm que ver nem com as suas propostas do PSD e do PP nem com o prolongado folhetim das suas zangas ou entendimentos.

Independentemente da verificação ou não em tempos próximos de uma crise política, o Comité Central sublinha que a perspectiva de uma alternativa de esquerda na política nacional depende sobretudo do desenvolvimento da luta e da movimentação social contra a política do Governo, da passagem de sentimentos diversos de descontentamento a uma atitude consciente de condenação social, política e eleitoral da política do Governo PS e da reclamação de uma política de esquerda, do reforço do apoio e das votações no PCP como elemento determinante para que possa pesar mais fortemente nas novas soluções políticas necessárias ao país.

IV

Rumo ao XVI Congresso

1 O Comité Central confirmou a realização do XVI Congresso nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro deste ano, a ter lugar no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações, em Lisboa.

2 O Comité Central tomou conhecimento do **balanço da 1.ª fase preparatória**, tendo concluído que o Partido, num período de grande actividade, intervenção e iniciativa política, realizou, embora com algumas diferenças regionais, um importante número de reuniões envolvendo milhares de participantes, tendo-se recolhido um significativo conjunto de opiniões, contributos e questões, que constituem um valioso material para a reflexão e elaboração das Teses a apresentar ao XVI Congresso.

Assim, tendo em conta que os trabalhos, as propostas e as questões levantadas pelos militantes na 1.ª fase da preparação do XVI Congresso que no fundamental se inserem nos diversos pontos referenciados na «Nota de Trabalho» aprovada pelo Comité Central na reunião de Fevereiro — quer quanto ao aprofundamento, estudo ou investigação que são sugeridos, quer quanto à reconfirmação ou sublinhado de posições —, o Comité Central considera que a elaboração do projecto de Teses deve ter como referências os grandes capítulos e as grandes questões que a estruturam, incluindo designadamente os seguintes tópicos:

• **situação internacional** — análise dos principais traços da situação internacional e a sua evolução desde o XV Congresso; o

capitalismo na actualidade, nas suas contradições e limites, o processo de «globalização», a «nova ordem» imperialista, o conceito estratégico da NATO e a corrida aos armamentos, a exploração — novas formas, a liquidação de direitos e conquistas sociais, a luta dos trabalhadores e dos povos contra a dominação, a opressão e a exploração e pelos direitos e conquistas sociais. O movimento comunista e revolucionário e outras forças progressistas e de esquerda, o socialismo como grande objectivo da luta dos comunistas e grande causa para o século XXI;

• **situação nacional** — a política dos governos PS; as privatizações, a reconstituição dos grandes grupos monopolistas, o reforço do capital financeiro, o domínio do capital estrangeiro, a crescente subordinação do poder político ao poder económico, a situação económica e social, o aumento da exploração, a liquidação e mutilação de

valores de Abril e o regime democrático; a integração europeia, sua evolução e conseqüências, limitações e condicionalismos à independência e soberania nacionais; a intervenção do PCP nas diversas frentes de acção e a luta por um novo rumo na construção europeia pela política de esquerda que Portugal precisa.

• **a luta de massas, as organizações sociais, a intervenção e a iniciativa política** — a luta de massas e a sua contribuição decisiva para o processo de transformação social e política; o papel determinante da classe operária e dos trabalhadores na frente social de luta, o movimento sindical, outros movimentos e organizações de trabalhadores, problemas e movimentos de outras camadas sociais, a valorização do trabalho, dos trabalhadores e dos seus salários e direitos; os direitos das minorias; a iniciativa política, a luta eleitoral, a articulação e complementaridade da luta de massas com a luta institucional e a luta política mais

geral; o PCP como força essencial para uma alternativa de esquerda inserida na luta mais ampla por uma democracia avançada, que tenha como perspectiva o socialismo como futuro de Portugal.

• **O PCP, afirmando a sua identidade, no caminho para o reforço da sua influência social, política e eleitoral** — o fortalecimento da sua estrutura orgânica em particular nos locais de trabalho, a dinamização dos organismos de base, o reforço de ligação às massas e da atenção dos organismos e organizações aos problemas dos trabalhadores e das populações onde intervêm, questões de Direcção e quadros, o recrutamento, a renovação e o rejuvenescimento; a imprensa do Partido, a batalha ideológica, a política financeira, a dimensão nacional do projecto e do Partido, o espaço nacional como lugar central de actividade e iniciativa dos comunistas no quadro de uma reforçada solidariedade e cooperação internacionalistas.

Comunicado do Comité Central do PCP

Rumo ao XVI Congresso

3 O Comité Central considera que no essencial os actuais **Programa e Estatutos do Partido** mantêm a sua actualidade e validade, pelo que decidiu não apresentar propostas de alteração destes documentos. Entretanto, quaisquer alterações que eventualmente se venham a considerar quanto aos organismos de direcção, com reflexos pontuais nos Estatutos, o Comité Central encarregar-se-á de apresentar ao Congresso as propostas de emenda necessárias à respectiva adequação estatutária.

4 O Comité Central a eleger pelo XVI Congresso deverá manter as competências consagradas nos Estatutos em vigor, tornando-se entretanto necessário aprofundar a discussão sobre o seu funcionamento de modo ao cumprimento cabal dessas competências que são, nomeadamente a de assegurar «a orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do Partido».

Considera-se também ser de manter as características do Comité Central, quanto ao número dos seus membros, mantendo-o próximo do actual, mas sem o ultrapassar.

O Comité Central aprovou um conjunto de critérios a observar na elaboração da proposta da lista do novo Comité Central a apresentar ao Congresso.

Quanto à sua composição, no quadro da necessária renovação, o novo Comité Central, reflectindo a natureza do Partido, deverá manter uma larga maioria de operários e empregados com forte composição operária, garantir a inclusão de quadros com diversidade de conhecimentos e de experiências, a participação de elementos funcionários e não funcionários, reflectir o âmbito geográfico do Partido, o reforço do número de mulheres e de jovens, nomeadamente da JCP, privilegiando-se as propostas de quadros responsáveis por grandes sectores da actividade

partidária com forte ou intervenção destacada em importantes áreas da vida social e nacional.

O Comité Central considera ainda como indispensável que, para a elaboração da proposta de lista, se proceda atempadamente à mais ampla auscultação, nomeadamente, das Organizações nas quais se inserem os quadros a considerar para integrar ou deixar de integrar a proposta do futuro Comité Central.

5 O Comité Central considera que a **Estrutura de Direcção Central** assente no Secretariado, Comissão Política e Comissão Central de Controlo, independentemente da sua composição, melhoria de funcionamento e do necessário aprofundamento e estudo de eventuais ajustamentos e aperfeiçoamentos quanto à articulação e complementaridade dos diferentes organismos executivos e sua ligação à estrutura orgânica do Partido, se revela, no essencial, adequada à fase actual da vida do Partido.

6 O Comité Central considera que o «Avante!» e «O Militante», deverão desempenhar importante papel na informação e dinamização do debate preparatório da fase seguinte, dando conta das iniciativas e das discussões,

estimulando o empenhamento e os contributos dos militantes, abrindo-lhes as suas páginas segundo normas a estudar e a definir pelos Organismos Executivos e pelas redacções dos respectivos órgãos.

7 O Comité Central, aprovou o **Regulamento** para o debate no Partido e eleição dos delegados ao XVI Congresso, denominada 3.ª fase preparatória, estabelecendo as normas regulamentadoras a observar pelos Organismos e militantes, quer na discussão dos documentos apresentados pelo Comité Central, quer na eleição dos delegados.

8 O Comité Central salientou a importância de se continuar a preparar o Congresso, em articulação com uma activa intervenção política do Partido, com vistas à **afirmação do projecto, do papel e reforço do Partido**. Pelo volume e nível de iniciativas políticas, pelo papel determinante desempenhado pelo Partido no combate à política governamental e na dinamização da resistência de massas à sua política, pela defesa dos interesses nacionais, o Partido demonstra ser indispensável e insubstituível na democracia Portuguesa. Tendo em conta o quadro político de agravamento dos problemas do país e dos

trabalhadores e de camadas sociais muito amplas, o acentuado descrédito do Governo, torna-se indispensável dinamizar e organizar a resistência à política governamental. A preparação do XVI Congresso, articulada com a intervenção do Partido nas várias áreas da vida nacional, constitui em si mesma uma importante forma de alargar a vida do Partido, de dinamização e reforço orgânico, de melhorar o funcionamento dos organismos, de promover o estudo da realidade nacional e internacional e de fortalecer a afirmação dos valores, ideais e projecto do Partido.

Renovando o seu vivo apelo a uma activa participação e mobilização dos militantes do Partido no debate preparatório do XVI Congresso, o Comité Central assegura o seu firme empenho para que ele possa representar um fortalecimento da vida democrática interna marcado pela reflexão criadora e pelo debate de ideias, pela serenidade e respeito pela diversidade de opiniões, como é indispensável à procura e encontro das melhores orientações e caminhos de intervenção do partido no futuro próximo.

Lisboa, 16 e 17 de Junho de 2000

O Comité Central do
Partido Comunista Português

REGULAMENTO

para o debate no Partido e eleição de delegados ao XVI Congresso do Partido Comunista Português

I - ASSEMBLEIAS PLENÁRIAS

1 A realização de assembleias plenárias para debate dos documentos e eleição dos delegados será feita por convocação dos organismos de direcção respectivos, os quais assumem a direcção dos trabalhos.

2 Os organismos superiores devem tomar as medidas necessárias para convocar e garantir a realização das assembleias plenárias das organizações quando tiverem conhecimento de que os respectivos organismos de direcção não o fizeram.

3 Participam nos trabalhos e decisões das assembleias plenárias os membros do Partido das respectivas organizações.

4 Nos casos de membros do Partido que pertencem a mais de uma organização, considera-se para o efeito no disposto no número 3 a organização onde normalmente pagam a sua quotização.

5 Podem participar nos trabalhos das assembleias plenárias, sem direito a voto, excepto no que o número 20 deste regulamento consagra, os responsáveis directos por essas organizações, embora formalmente não façam parte delas. Podem igualmente participar nas assembleias plenárias, sem direito a voto, os membros de organismos de responsabilidade superior, quando para isso tenham sido convidados.

6 As Assembleias plenárias que incluam nos seus objectivos a eleição de delegados, deverão ser convocadas com a antecedência mínima de 8 dias. As convocatórias devem explicitar obrigatoriamente o objectivo da reunião.

7 Os membros da Mesa que dirigem as respectivas assembleias plenárias elaborarão uma acta a enviar até ao dia 2 de Dezembro ao Secretariado do Comité Central, onde registarão uma síntese que apure o sentido geral do debate assim como o resultado das votações, acompanhadas das fichas com os dados identificadores dos delegados eleitos.

II - DEBATE

8 Os documentos para o XVI Congresso propostos pelo Comité Central para discussões e decisão pelo Congresso, deverão ser discutidos nas reuniões dos diferentes organismos e organizações do Partido e nas assembleias plenárias.

9 Os membros do Partido têm o direito de expressar as suas opiniões e de apresentar propostas, nomeadamente de alteração aos documentos apresentados pelo Comité Central, as quais deverão ser enviadas pelo organismo a que pertencem ou por iniciativa própria, à Comissão Política do Comité Central.

10 As assembleias plenárias, caso assim o entendam, poderão proceder à votação na generalidade de cada um dos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central.

11 O Comité Central fará o apuramento do debate e aprovará os documentos que serão apresentados ao Congresso para discussão e decisão pelo Congresso.

12 Os documentos aprovados pelo Comité Central serão apresentados ao Congresso acompanhados por uma informação e apreciação do sentido geral das propostas de alteração apresentadas no decorrer do debate, incluindo as que não tiverem sido aceites pelo Comité Central.

III - ELEIÇÃO DE DELEGADOS

13 O Congresso será constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias e por delegados por inerência.

14 Os delegados eleitos directamente pelas organizações sê-lo-ão na proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido.

15 O número de delegados a eleger pelas organizações, regionais de acordo com o ponto anterior, deverá ser distribuído tendo em conta as diversas organizações que as compõem e a respectiva proporcionalidade.

16 As organizações nas quais esteja inscrito um número inferior a 100 membros do Partido, mas superior a 50, poderão eleger na respectiva assembleia plenária um (1) delegado desde que não seja ultrapassada em mais de 10% a proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos no conjunto da organização regional respectiva.

17 Nos casos das organizações nas quais esteja inscrito um número de membros do Partido inferior a 100, os organismos imediatamente superiores, no sentido de procurar garantir a todos os membros do Partido o direito de elegerem e serem eleitos como delegados ao Congresso, podem convocar assembleias plenárias agrupando diferentes organizações respeitando a proporção de um (1) delegado por 100 membros do Partido inscritos.

18 Os membros do Partido participantes nas assembleias plenárias poderão propor candidatos a delegados a eleger. Os organismos que convoquem as assembleias plenárias para a eleição de delegados, poderão propor candidatos a delegados a eleger. O número de delegados a eleger como efectivos deverá ser acrescido de um número igual de candidatos a delegados suplentes, que, por ordem de eleição, ocuparão no XVI Congresso o lugar de delegados efectivos que eventualmente venham a estar impossibilitados de participar no Congresso.

19 Os delegados, excepto nos casos em que se torne necessário juntar diversas organizações, ou para aplicação no disposto no ponto número 20 deste regulamento, devem ser eleitos em assembleias plenárias das organizações a que pertencem. Nenhum membro do Partido poderá votar ou ser candidato a delegado (efectivo ou suplente) em mais de uma assembleia plenária.

20 Os participantes nas assembleias plenárias das respectivas organizações têm o direito de eleger e de ser eleitos como delegados. Nas assembleias plenárias poderão ainda eleger e ser eleitos como delegados membros do Partido que desempenham, em relação à organização respectiva, funções directas de responsabilidade.

21 As votações para a eleição de delegados poderão realizar-se de braço no ar ou por voto secreto, segundo decisão da assembleia plenária adoptada por maioria.

22 Os participantes nas assembleias plenárias convocadas para a eleição de delegados, que considerem que não foram cumpridas as normas regulamentares, nem assegurada a democraticidade na eleição, em conformidade com as normas estabelecidas no presente regulamento, podem apelar para o organismo de responsabilidade superior da respectiva organização, o qual deverá, em tempo útil, apreciar o fundamento das reclamações e rectificar as irregularidades, caso se tenham verificado. Caso os militantes não concordem com a decisão podem ainda recorrer para a Comissão Central de Controlo.

IV - DELEGADOS POR INERÊNCIA

23 São delegados por inerência os membros do Comité Central e os membros do Partido na Direcção Nacional da JCP. Poderão sê-lo ainda outros membros do Partido em número não superior a 1% do total de delegados ao Congresso, aos quais o Comité Central, por iniciativa própria ou por proposta de organizações, entenda dever atribuir essa qualidade, tendo em conta a natureza das tarefas partidárias que desempenham.

V - CALENDÁRIO

24 Os documentos aprovados pelo Comité Central para debate no Partido serão publicados no «Avante!».

25 A realização de assembleias plenárias poderá processar-se a partir da publicação dos documentos.

26 As propostas de alteração e emendas aos documentos apresentados pelo Comité Central para debate em todo o Partido, deverão ser entregues com a possível antecipação, sendo o prazo limite para a sua entrega o dia 19 de Novembro.

27 As assembleias plenárias para a eleição de delegados deverão estar terminadas em 30 de Novembro.

VI - PRIMEIRA SESSÃO DO XVI CONGRESSO

28 O XVI Congresso culminará o debate que terá lugar em todo o Partido.

29 É obrigatória a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

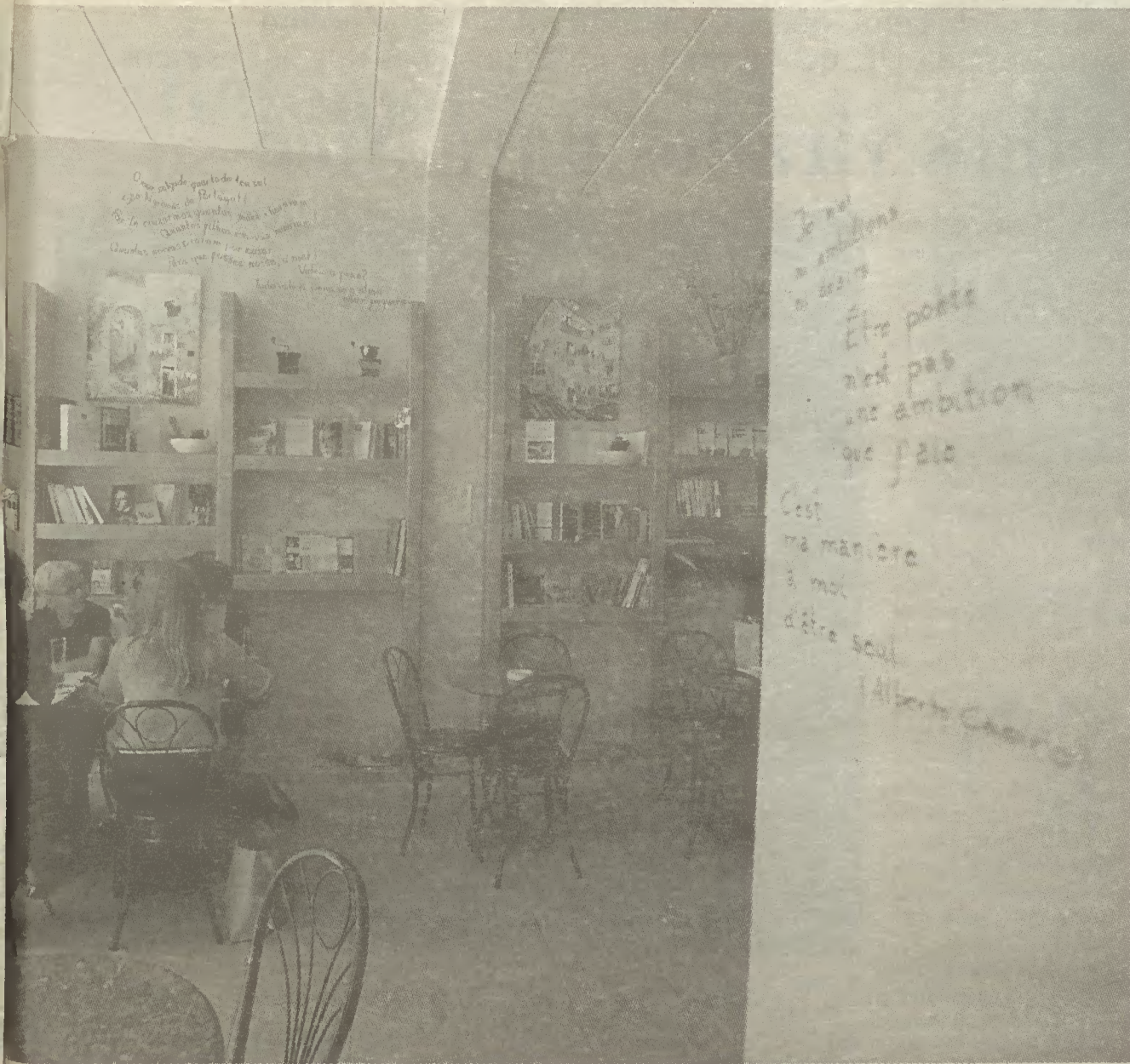
30 O Congresso funciona estando presente a maioria dos delegados.

31 A Mesa, a quem caberá a responsabilidade de dar início aos trabalhos do Congresso, será constituída pelo Secretário-Geral e membros dos organismos executivos do Comité Central.

32 Em seguida, serão eleitos pelo Congresso, de entre os delegados, os membros da Presidência e posto à discussão o Regulamento do Congresso cujos trabalhos se desenvolverão segundo as normas do Regulamento aprovado.

16 e 17 de Junho de 2000

O Comité Central do Partido Comunista Português



Sim. Esta deturpação da ocupação dos tempos livres tem o seu lado positivo e o seu lado negativo.

Os nossos filhos são muitas vezes assoberbados de actividades que se tornam maçadoras, pois não correspondem ao que seria o seu desejo imediato. E naturalmente perguntam-se – para que é que isto me serve?

Concretamente questionam, por exemplo - Porque é que eu preciso de português? Eu já sei português! Eu já falo português com os meus pais, não preciso ir aprender português. Claro que não é bem assim. Há o que se sabe naturalmente e há, depois, a estruturação da língua.

Algumas das motivações das crianças são assim diminuídas. Nos nossos cursos de português encontramos tanto crianças muito motivadas, como crianças normalmente motivadas e crianças totalmente desmotivadas.

Quais os problemas mais sensíveis nos cursos de português?

O carácter de obrigatoriedade de ida aos cursos de português nem sempre é muito assumido. Os pais e os professores têm aí responsabilidades. Um pai não pode pôr a criança num curso de português, dizendo-lhe apenas – tu vais ao curso de português porque tens de aprender português. Tem também a sua quota parte de influência na motivação da criança e na sua apetência em participar.

Nós, professores, sentimos por vezes dificuldade em gerir grupos numerosos, em salas que não são aquelas que gostaríamos de ter. A maioria das vezes o curso não é nas salas destinadas a actividade lectiva – mas em salas de trabalhos manuais, em salas de pintura, salas de música.

Os grupos de crianças são relativamente numerosos. E são mais numerosos exactamente naqueles níveis etários onde, na minha opinião, o deveriam ser menos, ou seja, nos primeiros anos de escolaridade. É nessa altura – 7, 8, 9 anos – que a criança adquire bons hábitos de trabalho ou, pelo contrário, alguns hábitos de indisciplina.

As associações de emigrantes têm um papel importante no dia-a-dia dos portugueses

“O ensino da língua portuguesa no estrangeiro é uma questão de carácter nacional”

A que se deve essa falta de condições de trabalho?

Portugal faz um esforço para que o ensino de português no estrangeiro e aqui na Suíça possa abarcar todos os que o desejem. Mas, na minha opinião, não faz o esforço correspondente à importância desta matéria.

É preciso disponibilizar bastante mais dinheiro e não o contabilizar como uma despesa mas sim como um investimento. É de facto de um investimento que se trata. No futuro da língua portuguesa. Não em termos de nação-Portugal, mas em termos de língua-Portugal.

O ensino de língua portuguesa no estrangeiro é uma questão de carácter nacional.

E em termos de motivação das crianças? Certamente que aquele extra de horas passadas na escola não ajuda muito...

Seria óptimo que a escolaridade em português pudesse integrar-se no horário da escolaridade normal da criança. Mas isso também tem as suas dificuldades. Nalguns cursos já há integração em termos de horário. Facilita uma menor sobrecarga no horário das crianças. Mas, por vezes, também dificulta o próprio esquema de funcionamento das escolas. Depende sempre de boas vontades e de opções que a escola faz sobre o que é importante e o que não é importante. Nós, como professores de português, pensamos naturalmente que estas aulas são muito importantes. Outras pessoas de outras áreas pensarão que é tempo perdido...

Considerar na mesma zona de interesses a aprendizagem do português, a doutrina, a ida ao judo ou a lição de música, é efectivamente o que se passa em norma – são opções que as famílias fazem no mesmo pé de igualdade. Para nós, professores de português, devia ser uma opção prioritária.

Mas, mesmo nestas condições, as crianças que acabam por fazer a sua escolaridade em termos de complemento e que a levam a bom termo, para além de serem um pouco *heróis*, em geral sentem-se mais tarde gratificadas. E tenho experiências de contactos com ex-alunos meus em França, que mo comprovam, que sentem que valeu a pena.



Identidade – portugueses

Nas ruas de Genebra, e pela Suíça fora, ouvimos as criancinhas que ainda estão aos colos das mães ou a puxar pela saia, a exprimirem-se num português igualzinho ao de Lisboa ou da Beira Alta ou de Trás-os-Montes. Coisa que em França muitas vezes já não acontece.

Isto é importantíssimo para a definição da identidade, da própria personalidade da criança. E vai fazer com que a criança assuma depois também, em termos escolares, a sua situação como cidadão português, para além de, no meio escolar suíço, ser uma criança como as outras – cidadão da cidade onde está.

Chirac divulga prioridades

O presidente francês, Jacques Chirac, irá ao Parlamento Europeu no próximo dia 4 de Julho, divulgar as prioridades da presidência francesa da União Europeia. Em conferência de imprensa no quadro da cimeira europeia Chirac, que assumirá a presidência da UE por seis meses no próximo dia 1 de Julho, destacou dois pontos sensíveis a tratar: a segurança alimentar, com o projecto de criação de uma autoridade alimentar europeia, e a segurança marítima, de forma a prevenir catástrofes como a do naufrágio do petroleiro «Erika», que poluiu as costas francesas.

Grécia adere ao euro

Os líderes dos Quinze formalizaram, na segunda-feira, em Santa Maria da Feira, a adesão da Grécia ao euro, após o aval dado pelos ministros das Finanças da UE, na sequência dos relatórios positivos da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu. Recorde-se que a Grécia tinha sido o único país excluído da moeda única por não cumprir os critérios nominais exigidos. A partir de Janeiro, face à melhoria das suas contas públicas e inflação, o dracma grego será substituído pelo euro, apesar de ainda subsistirem algumas dúvidas sobre o carácter duradouro da estabilidade económica grega. A Grécia torna-se assim no décimo segundo membro da UE a integrar-se na zona do euro, continuando de fora a Grã-Bretanha, Suécia e Dinamarca.

Estratégia mediterrânica

Os líderes da União Europeia aprovaram na segunda-feira a nova «estratégia comum» para as suas relações com os países do sul do Mediterrâneo. O acordo abrange as relações da UE com Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Síria, Líbano, Israel, Jordânia, Autoridade Nacional Palestiniana, Turquia, Chipre e Malta. O processo de paz no Médio Oriente não ficará submetido à estratégia comum enquanto não for alcançada uma paz global na zona, ou seja entre Israel e todos os seus vizinhos árabes, não apenas os palestinianos. A política mediterrânica dos Quinze basear-se-á no fomento da boa-vizinhança, aumento da prosperidade, erradicação da pobreza, fomento e protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, democracia e estado de direito.

Com a cimeira da Feira, que ontem terminou, chegou ao fim a presidência portuguesa da UE, que alinhou com as posições dos países ricos

De olhos virados para Nice

Os pequenos países nada ganharam com a presidência portuguesa que não soube concentrar esforços na dimensão social preferindo a flexibilização dos mercados de trabalho e a liquidação dos serviços públicos.

Os resultados da cimeira da Feira «são de duvidoso e limitado alcance», considerou Joaquim Miranda, notando que «os olhos já estão para Nice», onde decorrerá a próxima cimeira sob a presidência francesa.

Intervindo no Parlamento Europeu na passada semana, o deputado do PCP, notou que o alargamento da União tem funcionado com argumento para se introduzirem alterações institucionais, «mas omitem-se as incidências e escamoteiam-se as medidas indispensáveis ao nível das diferentes políticas e no âmbito orçamental».

Por outro lado, acrescentou, «as medidas que o debate avançou ao nível da Conferência Intergovernamental», onde se discute a reforma das institui-

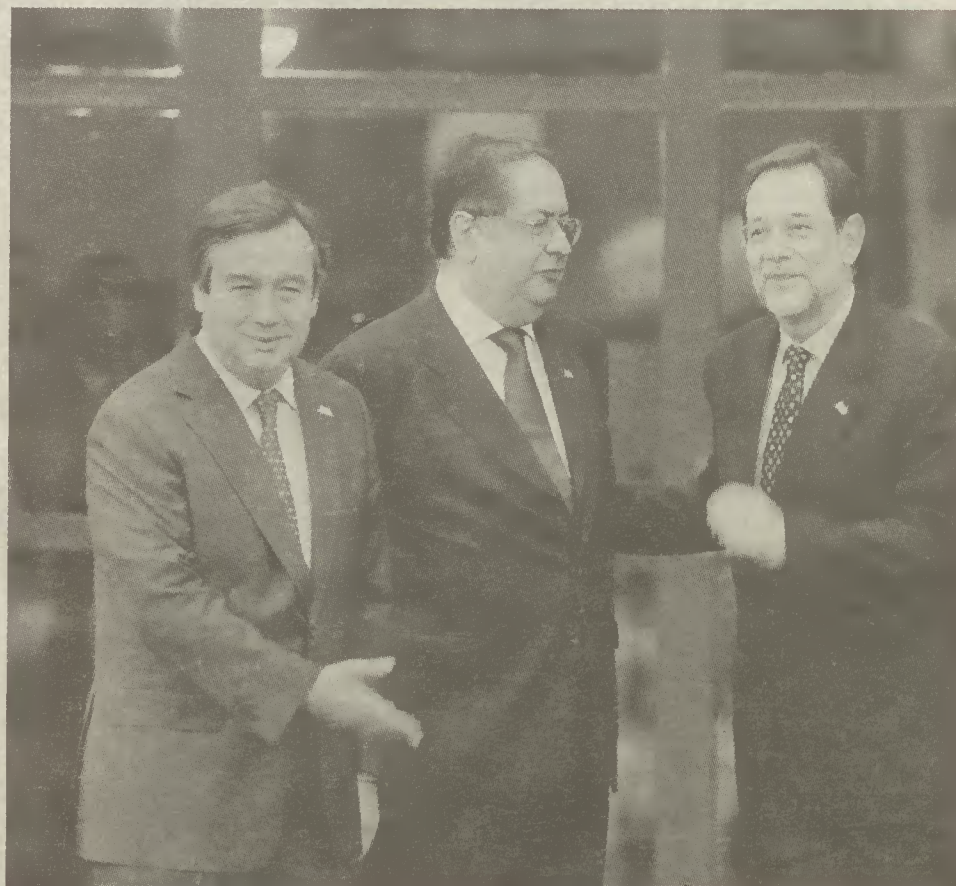
ções, esta «ganha contornos inadmissíveis».

Pretende-se impor uma opção marcadamente federalista

Miranda explica: «Em nome da eficácia pretende-se impor um novo modelo de poder interno e uma opção marcadamente federalista. Em nome de um ilusório perigo de

bloqueio por parte dos países de pequena dimensão, vai ganhando terreno a ideia de dotar os grandes com um verdadeiro e exclusivo direito de veto. Entretanto, esquece-se o essencial: a necessidade de associar e fazer participar os cidadãos nestes debates, particularmente os mais desmuniados e afastados dos centros de decisão».

Sobre as «cooperações reforçadas», (a possibilidade de alguns países prosseguirem separadamente um processo de integração), Miranda alertou



No final da presidência portuguesa pergunta-se: o que foi feito pelos interesses nacionais?

que estas «representariam a consagração de uma Europa a várias velocidades a que, inevitavelmente, seria associado um núcleo duro e um inaceitável directório político».

Caminhos da militarização

No tocante à segurança e à defesa, o deputado observou que «sempre com o argumento falacioso da autonomia e na base duma efectiva concepção político-militar, seguem-se os caminhos ínvios da militarização e do reforço do pilar europeu da NATO quando o tempo deveria ser de desmantelamento definitivo dos blocos, desarmamento e de cooperação, na procura de uma paz duradoura».

Estranhamente, segundo Miranda, «esta presidência – que se deixou ultrapassar pelos acontecimentos – acabou alinhando com todas estas concepções».

No entanto, disse mais adiante, «não quis ou não soube

Sanções mantêm-se

O presidente francês e o chanceler alemão reafirmaram, antes do início da cimeira da UE, a sua posição comum sobre a Áustria, sublinhando que «não há alterações na natureza do FPO» (o Partido da Liberdade, de Haider de extrema-direita). Por isso, Jacques Chirac e Gerhard Schroeder deixaram claro que não pretendem mudar a sua posição sobre a Áustria.

Domíngio à noite, o Primeiro-Ministro português, António Guterres, declarou que «tentaria tomar uma iniciativa», a fim de se poder abrir uma porta para se encontrar uma solução no futuro, antes do fim da presidência portuguesa da UE, no final deste mês.

Por seu lado, intervindo no primeiro dia dos trabalhos, a presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine, pediu uma solução para o problema austríaco, dando voz a uma resolução nesse sentido aprovada no Parlamento Europeu.

sequer concentrar atenções e esforços em domínios de particular importância para os países de menor desenvolvimento relativo, como o do país de que é originária. Por exemplo, a dimensão social, ou as questões da coesão. Preferiu, antes, a gastar via da flexibilização dos mercados de trabalho e da

liquidação dos serviços públicos».

Por fim, Joaquim Miranda manifestou a esperança de que «ao menos quanto a Timor algo de positivo se consiga. E é bem necessário dado o atraso que se verifica na reconstrução do território e na sua preparação para a independência».



Pacote fiscal sem acordo

Depois de terem fracassado, no domingo, a tentativa de um acordo sobre fiscalidade a aplicar sobre as poupanças, os ministros das Finanças dos Quinze remeteram para os líderes da UE o desbloqueamento desta matéria.

Entretanto, à hora do fecho desta edição, os chefes de Estado e de governo da União não tinham ainda chegado a acordo, devido à oposição do Luxemburgo e, principalmente, da Áustria.

Segundo fonte citada pela Lusa o Luxemburgo terá flexibilizado a sua oposição ao objectivo final do levantamento do sigilo bancário,

após um período transitório de sete anos de coexistência do mesmo com o modelo de retenção na fonte de uma percentagem dos rendimentos das poupanças dos europeus. No entanto rejeita a fixação de qualquer valor para a taxa a reter, para a qual Portugal propõe 20 por cento no mínimo.

Ao contrário, a Áustria continua a opor-se à supressão do sigilo bancário como modelo definitivo para assegurar a tributação dos rendimentos das poupanças dos cidadãos comunitários, independentemente dos seus países de residência.

Cinco mil «polícias» para gestão de crises

A Cimeira de líderes da UE aprovou a criação de um Comité de Gestão Civil de Crises que, em 2003, disporá de uma força composta por cinco mil «polícias». Esta medida, que prevê a capacidade de mobilização de mil homens no espaço de um mês, insere-se num conjunto de outras medidas no âmbito da Justiça e Assuntos Internos, aprovados na última cimeira organizada pela presidência portuguesa da União Europeia.

A UE quer dispor, a partir de 2003, de uma força que possa reagir de imediato a crises em território europeu, avançando como exemplo o caso do Kosovo.

A política Externa de Segurança Comum é uma das poucas áreas em que se deram passos significativos durante a

presidência portuguesa, que realizou quase todas as tarefas definidas pelo Conselho Europeu de Helsíquia.

Está agora mais perto a criação de um exército de 60 mil homens, pronto a deslocar-se no prazo de 60 dias e manter-se no conflito durante um ano. Em apenas seis meses foi possível iniciar o funcionamento dos novos comités da União: o Comité Político e de Segurança, o Comité Militar (com representantes dos chefes dos estado-maiores dos Quinze) e o comité de peritos, destinado a ser o Estado-Maior europeu.

Falta apenas definir as contribuições financeiras dos Estados-membros, mas também essa matéria já está agendada para o próximo mês de Novembro.

Fórum de Alto Nível

Retomar o social

A União Europeia deve «retomar o objectivo da coesão económica e social e dar novamente particular atenção à dimensão social da construção europeia», afirmou Ilda Figueiredo, num fórum em Bruxelas.

Na iniciativa, promovida pelo Conselho Europeu, a deputada do PCP, na qualidade de representante do Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica, lembrou que a própria Comissão reconhece a secundarização dos objectivos sociais nas práticas dos últimos anos.

Por isso, Ilda Figueiredo exigiu não só a sua inclusão na lista das prioridades da União, considerando igualmente importante que se tracem os caminhos a seguir para atingir os quatro objectivos definidos pela Cimeira de Lisboa, bem como as metas precisas a alcançar.

Metas para objectivos

Concretamente, a deputada defendeu que a meta do **pleno emprego**, (entendido como emprego de qualidade e com direitos), deve ter como objec-

tivo o ano de 2010, e ser acompanhada pela «redução do horário de trabalho, com manutenção dos salários e outros direitos, a dignificação de quem trabalha e de uma especial atenção à qualidade de emprego para os jovens e as mulheres».

O pacto de estabilidade e as políticas do BCE têm de ser revistos

No combate ao **desemprego** deviam igualmente ser definidas metas precisas, sobretudo para o emprego de longa duração, propondo Ilda Figueiredo que este fosse reduzido para menos de metade até 2005.

A luta contra a exclusão social e a defesa de uma Europa inclusiva é outro objectivo central que, defende a deputada, «deve levar à criação de um Observatório Europeu», de modo a se obterem indicadores precisos que permitam coordenar planos de acção e comunitários, com vista a reduzir substancialmente o actual número de pobres e construir uma ver-

dadeira Europa inclusiva até 2010.

Recorde-se que Ilda Figueiredo é responsável pela elaboração um relatório sobre esta matéria, cujos princípios foram divulgados na passada semana, nomeadamente o de que «a pobreza é multidimensional e exige respostas em várias áreas como a protecção social, a educação, a saúde, o alojamento e o emprego com direitos e salários dignos».

Por fim, a deputada comunista destacou «a luta contra todas as discriminações, dando especial atenção aos imigrantes, às pessoas com deficiência, às crianças e às mulheres visando atingir a plena igualdade de direitos e oportunidades».

No entanto, sublinhou, «para se atingirem todos estes objectivos é necessário dar particular atenção às alterações a introduzir nas formas de funcionamento, nos métodos e nas prioridades a estabelecer, designadamente em termos de políticas económico-sociais». Neste sentido, Ilda Figueiredo defendeu a revisão do pacto de estabilidade e dos respectivos critérios de convergência nominal e a coordenação das políticas do Banco Central com as políticas económico-sociais da União.



● Fátima Garcia

Mais direitos para as mulheres

Muitos se perguntarão, ainda, de que serve ter dois deputados comunistas portugueses no Parlamento Europeu no meio de 626 deputados de 15 nacionalidades. Pois bem, os deputados comunistas no Parlamento Europeu, continuando um trabalho desenvolvido ao longo de anos, conseguiram mais uma vez levar esta instituição a adoptar posições de defesa do interesse nacional e dos trabalhadores portugueses. Desta vez, tratou-se de avançar com propostas para o reforço das disposições que têm como objectivo a defesa da mulher grávida, puérpera ou lactante.

No passado mês de Maio, a Comissão do Emprego do PE, depois de já a Comissão dos Direitos da Mulher o ter feito, tomou posição sobre um relatório da Comissão Europeia relativo à implementação da Directiva 92/85/CEE sobre as medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde, das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes.

As comissões do PE começaram por criticar a Comissão Europeia pelo atraso de cerca de quatro anos na apresentação do relatório e por este se limitar a fazer uma constatação da situação actual, com base nas informações fornecidas pelos governos dos diferentes Estados-membros, não fazendo propostas para a melhoria da directiva. O PCP apostou no reforço da directiva, focando a sua atenção em alguns aspectos que as relatoras das duas Comissões não referiam. Em resultado deste trabalho, as nossas propostas foram aprovadas. Em primeiro lugar, o entendimento de que a maternidade é uma função social a que só a mulher pode responder e que, por esta razão, qualquer medida específica que vise a sua protecção enquanto trabalhadora não pode ser encarada como uma infracção ao princípio de igualdade entre homens e mulheres (como alguns argumentam, nomeadamente, no que se refere à proibição de trabalho nocturno). Vimos igualmente aprovada a

recomendação para alargar a licença de maternidade obrigatória em caso de nascimentos múltiplos; a necessidade de dar especial atenção às situações de trabalhadoras com contratos a termo ou contratos atípicos e às tentativas de despedimento; bem como a isenção de apresentação de atestado médico para suspensão de trabalho nocturno. Infelizmente, e apesar de ter sido aprovada na Comissão dos Direitos da Mulher a nossa proposta que visava garantir o mesmo nível de remuneração às trabalhadoras em situação de suspensão de actividade ou durante o período de licença de maternidade, a Comissão do Emprego preferiu aprovar a proposta da sua relatora (a deputada Elisa Damião, PS) que propunha que durante a licença de maternidade, o subsídio corresponda, pelo menos, a 80 por cento do salário anterior.

Passos em frente

No final, o relatório aprovado em Comissão parlamentar, e ao qual não se esperam alterações de fundo em sessão plenária, é bastante positivo. Se a Comissão Europeia apresentar uma proposta de alteração da actual Directiva que contemple as propostas feitas e o Conselho Europeu (os governos dos Estados-membros) a aprovar, serão dados passos em frente na defesa das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes. O texto aprovado aponta, nomeadamente, para o aumento da licença de maternidade para 20 semanas, a proibição estrita de despedimento durante a gravidez e a licença de maternidade, o direito verdadeiramente vinculativo às pausas no trabalho para amamentação. O processo não está terminado. Também caberá às estruturas dos trabalhadores e às organizações de mulheres lutar e pressionar para que a Directiva em questão venha a ser revista rapidamente e no sentido que mais interessa às trabalhadoras. Os deputados comunistas continuarão o seu trabalho.

UNITA condenada

Os Estados-membros «deploram profundamente o reinício da guerra civil em Angola, cuja responsabilidade é da UNITA liderada por Jonas Savimbi», refere a posição comum dos Quinze, que retoma o sentido de declarações anteriores (em Julho de 1999 e de Janeiro deste ano).

A UE apela também ao governo de Luanda para que cumpra as suas obrigações internacionais «reforçando as suas instituições democráticas», «alargando a todos os sectores da sociedade civil a participação no desenvolvimento democrático do país» e promovendo «eleições legislativas e presidenciais livres e justas».

O governo do MPLA deve igualmente respeitar os «direitos humanos e a liberdade de imprensa», bem como o «primado da lei e da justiça em todo

o território angolano», diz a posição comum, aprovada pelo Conselho dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE.

Os chefes da diplomacia dos Quinze reuniram-se hoje na Feira à margem da Cimeira de líderes da União para aprovar a estratégia europeia para o Mediterrâneo e aproveitaram o encontro para proceder à actualização da posição comum sobre Angola.

Na posição agora aprovada, a União Europeia reafirma o seu apoio a uma solução política para o conflito de Angola com base no acordo de paz de Bicesse (1991), do protocolo de Lusaca (1994) e das resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

Os Quinze declaram também o seu apoio a «todos os esforços internacionais» para tornar eficazes as medidas impostas à UNITA, no âmbito de vários

pacotes de sanções decretadas pela ONU desde 1993.

A UE pretende contribuir para uma política de reconciliação nacional em Angola, através da «promoção de uma cultura de tolerância e diálogo entre todos no seio da UNITA e de outros partidos políticos que estejam verdadeiramente empenhados na paz e que demonstrem inequivocamente a sua vontade de respeitar as regras consignadas no Protocolo de Lusaca e os princípios democráticos».

A União encoraja igualmente o governo de Angola a «promover iniciativas de construção da paz, principalmente a favor de grupos particularmente afectados pelo conflito, bem como a reabilitação, atenuação da pobreza e políticas de desenvolvimento, com vista a criar condições para uma paz efectiva e duradoura».



A UE responsabiliza a UNITA pelo reinício da guerra civil

Armas no Kosovo

A Força de Paz para o Kosovo (KFOR) descobriu sexta-feira quatro abrigos fortificados, grandes quantidades de material bélico e um campo de treino ainda em utilização na região de Drenica, no centro do Kosovo e bastião tradicional do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK). Dois dos abrigos, «completamente cheios de armas», segundo fonte oficial, situam-se perto de Klecka, a um quilómetro do antigo quartel-general do UÇK e actual casa de Verão de Agim Ceku, o seu chefe militar. Os dois outros abrigos ainda não tinham sido abertos quando foi divulgada esta informação. Oficialmente, o UÇK foi desmilitarizado e transformado em Corpo de Protecção do Kosovo (TMK), força «civil» sob comando de Ceku, que pretende ser o embrião do futuro exército kosovar.

Acordo de paz

A Etiópia e a Eritreia assinaram domingo em Argel um acordo de paz para pôr fim ao confronto fronteiriço que em dois anos provocou mais de 100 000 mortos e cerca de um milhão de refugiados. Assinado sob os auspícios da Organização de Unidade Africana (OUA), o acordo estabelece o fim imediato das hostilidades e a instalação de capacetes azuis da ONU na fronteira entre os dois países. De acordo com o plano da OUA, as forças etíopes permanecerão nas zonas em disputa até à chegada dos capacetes azuis, enquanto as forças eritreias deverão deslocar-se de forma a criar uma zona de segurança de 25 quilómetros dentro do seu território, onde se instalarão as forças da ONU até à marcação definitiva dos mil quilómetros de fronteira comum.

Irão altera lei de imprensa

O parlamento iraniano decidiu, por larga maioria, modernizar as leis relativas à imprensa de forma a pôr cobro, o mais rapidamente possível, ao encerramento de órgãos de comunicação e à perseguição de jornalistas levados a cabo com base na legislação aprovada pelo parlamento anterior. A decisão foi tomada com a aprovação de uma moção apresentada pelo deputado reformista Ahmad Borghani. Pouco depois, um grupo de deputados apresentou ao ayatollah Mahmud Hashemi Shahroudi, responsável pela administração da justiça, uma carta com 151 assinaturas exigindo a libertação dos jornalistas presos e a reabertura dos 18 jornais suspensos nos últimos meses. O novo parlamento, que tomou posse a 27 de Maio último, é dominado a 80 por cento por partidários do presidente Khatami, que se propõe levar a cabo uma abertura do regime até aqui dominado pelos conservadores islâmicos.

O Norte e o Sul deixaram de trocar insultos e ameaças abriam as portas ao diálogo e à cooperação

Coreia a caminho da paz

A cimeira de Pyongyang de 13 a 15 de Junho representa o «início de uma nova era» nas relações inter-coreanas que pode levar à reunificação da península.

«Não podemos continuar a viver em confrontação (...) Embora a reunificação não seja amanhã, temos de cooperar, encaminhar-nos no sentido da coexistência pacífica e alcançar, gradualmente, a reunificação». A declaração é do presidente sul-coreano, Kim Dae-Jung, no regresso a Seul depois de três dias de conversações com o seu homólogo norte-coreano, Kim Jong-Il, e

reflecte o espírito que presidiu ao histórico encontro da semana passada.

**Kim Jong-Il
convida João
Paulo II
a visitar
a Coreia
do Norte**

De acordo com ambos os países, a cimeira de 13 a 15 de Junho representa o «início de uma nova era» nas relações inter-coreanas, que os dois lados se propõem desenvolver implementando um conjunto de medidas que vão desde a cooperação económica ao intercâmbio entre as famílias

separadas, passando pela delicada questão da reunificação (ver notícia sobre o acordo de cinco pontos).

Alguns dos problemas mais complexos, como o armamento nuclear do Norte e a presença militar norte-americana no Sul, ficaram para posteriores encontros, mas o simples facto de ambas as partes terem como adquirido que Pyongyang foi a primeira de futuras cimeiras é sem dúvida significativo.

Kim Jong-Il aceitou o convite de Kim Dae-Jung para se deslocar à Coreia do Sul em data a acordar.

Não menos sintomático é o facto de o presidente norte-coreano, Kim Jong-Il, ter aceitado, a pedido de Kim Dae-Jung, que é católico,

convidar o Papa João Paulo II para uma visita ao país. Kim Dae-Jung instruiu o seu ministro dos Negócios Estrangeiros para oficialar o Vaticano do interesse da Coreia do Norte.

Outro sinal dos «novos tempos» que se estão a viver na península da Coreia foi dado pelo calar dos altifalantes sul-coreanos colocados na fronteira entre os dois países, cuja «missão» era a de insultar os norte-coreanos. Pelo seu lado, no Norte, calaram-se as notícias contra o Sul.

Reacções

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, manifestou a sua satisfação pelo rápido acordo alcançado entre os presidentes das duas Coreias e mostrou-se disponível para apoi-

ar o aprofundamento da confiança entre o Norte e o Sul. Annan felicitou os dirigentes coreanos pela «visão e sentido de Estado que demonstraram», manifestando-se «convencido de que a continuação do diálogo» terá «um impacto benéfico para as relações entre ambos e o bem-estar do povo coreano, a paz e a segurança regional».

Por seu lado, nos EUA, um porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, Philip Crowley, anunciou que os preparativos para o levantamento das sanções contra a Coreia do Norte estão «quase prontos» e que em breve será feito um anúncio nesse sentido.

O Departamento da Agricultura dos EUA anunciou entretanto o envio de 50 000 toneladas de trigo para a Coreia do Norte.



Quase nove mil pessoas vão ficar sem trabalho

Reino Unido

Despedimentos em massa

O grupo britânico de aeronáutica e defesa British Aerospace Systems vai suprimir 3800 postos de trabalho no Reino Unido. A medida afectará várias fábricas da BAE Systems e implica o encerramento de três empresas especializadas no fabrico de aviões, duas situadas em York e uma em Ilford.

De acordo com um comunicado da empresa divulgado no final da semana passada, a decisão de levar a cabo estes despedimentos corresponde à «necessidade de manter a competitividade, aproveitar as sinergias derivadas da compra da Marconi e conseguir o crescimento da empresa». A empresa anunciou ainda que vai debater com os sindicatos as possibilidades de reduzir o impacto desta decisão.

O grupo, anteriormente designado British Aerospace, comprou a Marconi Electronic em Novembro de 1999, o que lhe permitiu ascender ao lugar de terceiro grupo a nível mundial na área da

defesa e aeronáutica. Segundo declarações do próprio director-geral da BAE, John Weston, não está afastada a possibilidade de mais supressões de postos de trabalho no estrangeiro. «Estão em estudo as nossas actividades noutros países e o resultado desse estudo será divulgado oportunamente», disse Weston, que procurou minorar o impacto dos despedimentos com o anúncio de vários projectos do grupo, designadamente o fabrico de um modelo de Airbus e de um avião militar, que levarão à criação de um elevado número de postos de trabalho (8000 e 3400 empregos, respectivamente).

C&A fecha a porta

A cadeia de pronto a vestir C&A, presente no mercado britânico há mais de 75 anos, decidiu encerrar as suas 113 lojas, deixando no desemprego 4800 pessoas. Na origem da decisão, segundo os proprietários de origem holande-

sa (a família Brenninkmeyer), estão perdas que no ano passado ascenderam aos 250 milhões de libras. Aparentemente, as dificuldades da C&A não se fazem sentir nos 12 países europeus (incluindo Portugal) onde conta com 577 estabelecimentos.

Para os representantes sindicais, este «grande desastre para os trabalhadores e para o sector» deve-se à existência de «uma libra muito forte». A Confederação do Comércio britânico atribui estas perdas, bem como as que têm registado outras empresas do sector (como a conhecida Marks and Spencer, por exemplo, cujos lucros no ano passado se ficaram pelos 517 milhões de libras, contra os mil milhões alcançados em 1998), à baixa de preços na generalidade dos bens de consumo. «A tendência mantém-se desde há um ano e o consumidor está encantado. Às empresas, no entanto, é cada vez mais difícil acertar as contas», afirma o consórcio.

Acordo em 5 pontos

1 - O Norte e o Sul concordaram resolver a questão da reunificação do país independentemente, através dos esforços conjuntos da nação coreana.

2 - O Norte e o Sul, reconhecendo que as propostas de Federação avançada pelo Norte e de Confederação apresentada pelo Sul para a reunificação do país têm pontos em comum, concordaram de futuro trabalhar nesse sentido para a reunificação.

3 - O Norte e o Sul concordaram solucionar as questões humanitárias, nomeadamente o intercâmbio de grupos de visita de famílias separadas e o problema dos prisioneiros que não se converteram, se possível por ocasião do 15 de Agosto deste ano [o dia da Libertação da Coreia da ocupação japonesa, em 1945].

4 - O Norte e o Sul concordaram promover o equilíbrio do desenvolvimento da economia nacional através da cooperação económica e estabelecer a confiança mútua activando a cooperação e o intercâmbio em todos os campos, social, cultural, desportivo, saúde pública, ambiental, etc.

5 - O Norte e o Sul concordaram em estabelecer o diálogo entre as autoridades o mais depressa possível com vista à aplicação dos pontos acima mencionados num futuro próximo.

França

Em marcha pela igualdade

«Mulheres francesas e imigrantes, trabalhadoras, desempregadas ou com empregos precários, juntas podemos ganhar» - esta a palavra de ordem mais ouvida no sábado no centro de Paris, durante o desfile que mobilizou mais de 10 000 mulheres na marcha contra a violência e a pobreza.

A manifestação, integrada nas mobilizações internacionais da Marcha Mundial das Mulheres do ano 2000, que culminará a 17 de Outubro em Nova Iorque, frente às Nações Unidas, contou com a presença de duas centenas de organizações de base, repre-

sentantes dos sindicatos e de partidos políticos. O elevado número de homens que se juntou à marcha foram saudados com simpatia: «são naturalmente bem-vindos se partilham a ideia de que o avanço dos direitos das mulheres faz progredir a humanidade», afirmou Nelly Martin, uma das organizadoras.

Em Outubro, a Marcha das Mulheres entregará ao secretário-geral da ONU um caderno reivindicativo subscrito por milhões de mulheres denunciando «o intolerável triunfo» das desigualdades e a «tolerância» com a violência de toda a espécie contra as mulheres.

Ecologistas alemães em crise

A catástrofe atómica dos Verdes

A aprovação do acordo sobre energia nuclear na Alemanha pode ter consequências fatais para o futuro do governo SPD/Verdes.

A decisão do governo Schröder de prolongar por mais 32 a 35 anos a licença de exploração das centrais atómicas alemãs, com o consentimento do ministro do Ambiente Jürgen Trittin (Verdes), mergulhou o Partido Ecologista numa profunda crise interna.

O *Die Welt*, num comentário de primeira página intitulado «A catástrofe atómica dos Verdes», salientava a semana passada que é a própria secretária-geral, Antja Radeke, a apelar aos membros e ao partido para recusarem este compromisso entre Schröder e o lobby atómico, e a colocar na ordem do dia a questão do abandono da coligação.

Por seu lado, o *Tageszeitung* de Berlim, próximo dos ecologistas, constata, num artigo de primeira página intitulado «Reacção em cadeia», que o consenso atómico «divide o partido, onde muitas organizações estão abertamente contra, e um terço dos seus membros pode abandoná-lo». Como afirmou há dias a fundadora e deputada dos Verdes no parlamento de Düsseldorf, Marianne Hürten, o que está em causa é uma questão de sobrevivência para os Verdes, que até agora têm seguido uma política contrária ao que dizem defender.

Trata-se da crise mais grave dos Verdes desde que o ministro Fischer, há pouco mais de um ano, decidiu apoiar a agressão da NATO contra a Jugoslávia, e que poderá ter consequências fatais para o futuro do governo SPD/Verdes.

Na reunião do grupo parlamentar destinada a aprovar o acordo entre Schröder/Trittin

O que está em causa é uma questão de sobrevivência para os Verdes

Interesses pouco ecológicos

Das organizações estaduais que já recusaram o acordo destacam-se a Baixa Saxónia, onde se têm desenvolvido grandes lutas contra o transporte de resíduos atómicos, a



Jürgen Trittin (à esquerda) e Fischer, os dois governantes Verdes cujas políticas estão a dividir os ecologistas alemães

Turingia e a Saxónia-Anhalt. Jochen Stay, um dos dirigentes do movimento antinuclear, acaba de declarar que «os Verdes quebraram a aliança com o movimento de oposição à energia atómica e colocaram-se ao lado dos grandes grupos económicos capitalistas.» Segundo Stay, «é necessário desenvolver a luta contra a energia nuclear», pois «só assim se poderá obter muito mais do que o pretenso abandono nuclear de Trittin».

Na conferência da Renânia do Norte-Vestefália, com dele-

gados provenientes de grandes cidades como Colónia, Dortmund, Essen ..., que se reuniu no passado fim-de-semana em Bona para avaliar o programa da coligação governamental com o SDP naquele Estado alemão, apesar da maioria dos delegados estar contra o programa foi alcançado um apoio tangencial ao acordo com os social-democratas: 156 votos a favor e 102 contra. O resultado é tanto mais significativo quanto se sabe que a maior parte dos delegados estão hoje instalados no aparelho de Estado, pelo que o resultado da votação poderia pôr em perigo a coligação do governo Schröder em Berlim e, consequente-

mente, o seu próprio emprego. A questão está longe de estar encerrada. No próximo fim-de-semana realiza-se em Münster uma conferência federal dos Verdes, onde se esperam grandes confrontos em torno do compromisso do governo com o lobby atómico. Os burocratas do partido, colados aos privilégios do poder a nível federal e estadual, vão ter que utilizar toda a sua retórica ludibriante para contarem com o apoio dos delegados para uma política de bancarrota ecológica.

Patrões satisfeitos

No telejornal de quinta-feira à noite, após o ministro Trittin ter justificado a decisão do governo como um passo em frente com vista ao encerramento das centrais de energia atómicas alemãs, o comentador da ARD constatava que, com a aprovação deste compromisso, a classe governamental ecologista ludibriaria o partido e os eleitores, a quem tinha prometido o início do desactivar das centrais atómicas ainda no decorrer desta legislatura. E concluía o comentário afirmando que quando estes ministros já tiverem falecido e outros governos tiverem revogado este acordo, as transna-

cionais atómicas continuarão a destruir a saúde das populações e as condições de vida no planeta.

Corroborando esta análise, a oposição democrata-cristã, que acusa o governo de se opor às novas tecnologias e ameaça com a apresentação de um recurso de inconstitucionalidade, não hesitou em afirmar de imediato que revogará a medida caso ganhe as eleições de 2002.

Os representantes da indústria atómica alemã, Ulrich Hartmann, da VEBA, e Dietmar Kuhnt, chefe da RWE, saudaram o acordo com o governo como muito positivo. Na Alemanha há 19 cen-

trais nucleares, construídas em diferentes datas, que fornecem cerca de 30 por cento da energia eléctrica do país. A mais antiga é a da Obrigheim, que entrou em funcionamento em 1968. Segundo o acordo agora firmado, cada uma das centrais poderá produzir uma determinada quantidade máxima de electricidade de 1 de Janeiro de 2000 até ao seu encerramento, terminando as autorizações de produção quando for atingido o valor acordado. As centrais poderão no entanto reduzir os prazos de uma unidade e aumentar os de outra, segundo critério de racionalidade e rentabilidade.

O paiol latino-americano

• Miguel Urbano Rodrigues

Os últimos acontecimentos na Argentina e no Brasil confirmaram que o agravamento das crises na região se insere na crise global que atinge a América Latina, inseparável do fracasso das políticas do neoliberalismo globalizado. Na Argentina, o pacote imposto por De La Rúa em Maio, concebido pelo FMI, suscitou um movimento de repulsa generalizado em que a Conferência dos Bispos somou o seu protesto ao da Ala Combativa da CGT. De La Rúa cortou 1000 milhões de dólares nas verbas da área social, sobretudo na educação e na saúde. Foi mais longe do que Menem na vassalagem perante as exigências dos EUA.

No Brasil, as greves que envolveram centenas de milhares de trabalhadores da Função Pública desenvolveram-se numa atmosfera de crescente tensão social. O apoio do Movimento dos Sem Terra a essas lutas (caracterizadas por choques frequentes entre manifestantes e as Polícias Militares) contribuiu para uma radicalização de posições. A cada dia acentua-se o perfil autoritário do governo de FHC, controlado pela *troika* formada por Malan (Fazenda), Fraga (Banco Central) e Parente (Casa Civil), isto é pelos homens de confiança de Washington.

No Peru, a vitória de Fujimori criou uma situação dilemática que suscita apreensões. Os EUA tomaram posição, sustentando que o processo eleitoral «não foi democrático», mas a tentativa de impor sanções ao Peru foi rejeitada pela OEA. A complexidade da crise é agravada pelo facto de Alejandro Toledo, o candidato que não se apresentou às urnas, ser um demagogo populista que não representa uma alternativa séria ao *fujimorismo* por falta de credibilidade. O novo mandato de Fujimori abre a porta ao aprofundamento de tensões explosivas

debatem já a hipótese de uma segunda marcha sobre Quito. A instalação no país de três bases militares norte-americanas contribuiu para a intensificação dos sentimentos anti-imperialistas.

No Panamá, os EUA negociam uma fórmula que lhes permita manter ali uma presença militar permanente. Na Guatemala, as esperanças suscitadas pelos acordos de paz desvaneceram-se com a eleição de um presidente controlado por forças da extrema-direita. Na Nicarágua e em Salvador, as tensões crescem. Os presidentes Alemán e Flores são políticos cuja submissão a Washington é total.

Efeitos explosivos

A Venezuela e a Colômbia formam o binómio de países que constituem a primeira prioridade na definição da estratégia dos EUA para a América Latina.

Washington não aceita o projecto bolivariano de Hugo Chavez porque a defesa intransigente da soberania nacional é incompatível com a estratégia de dominação imperial norte-americana. Chavez vai certamente ser reeleito nas próximas eleições, adiadas em circunstâncias que favoreceram a oposição liderada por Arias Cardenas, um antigo camarada de armas hoje apoiado por Washington e toda a direita.

Mas a vitória de Chavez não terá a expressão da anterior, quando obteve 92 por cento dos votos nas eleições para a Constituinte. O presidente cometeu erros tácticos nomeadamente nas suas relações com pequenos partidos e no diálogo com a hierarquia da Igreja Católica.

A Colômbia continua a ser o paiol de pólvora da América Latina.

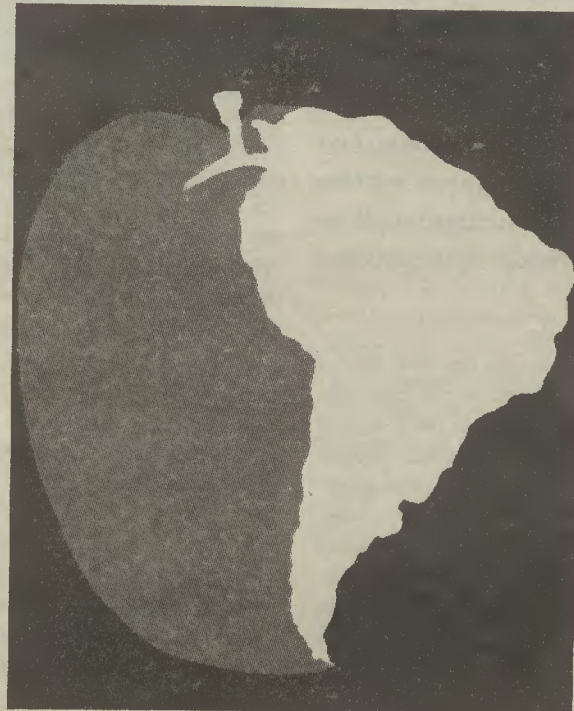
O Exército, braço armado de uma sociedade oligárquica, não consegue destruir a guerrilha das FARC-EP que, ao longo de quatro décadas, resistiu a todas as ofensivas contra ela desencadeadas.

O temor de que o Estado colombiano se desagregue estimula no Pentágono a tendência intervencionista. Uma certeza: a intervenção militar norte-americana na Colômbia teria efeitos explosivos no Continente. Omiti neste artigo referências à situação existente em três países importantes: o México, o Uruguai e o Chile.

Qualquer deles, entretanto, não escapa à crise global que a América Latina atravessa.

Durante anos, um sistema mediático desinformador projectou a imagem de uma América Latina que entrava num novo ciclo, caracterizado pelo advento de regimes democráticos estáveis numa atmosfera de progresso e tranquilidade social.

Os factos desmentem essa imagem. O verniz da democracia estala por todo o lado. Numa atmosfera de explosiva contestação das políticas neoliberais, a miséria alastra. A repressão também. Nunca a desigualdade social foi tão grande. A farsa democrática de modelo norte-americano não resistiu à prova da história.



numa sociedade fascinante e trágica. Na Bolívia e no Paraguai, as políticas neoliberais provocam também um agravamento da situação social que se expressa através de choques entre camponeses e trabalhadores urbanos e as forças repressivas.

No Equador, a insistência do governo em levar adiante a política de dolarização pode conduzir a uma nova insurreição popular. Nas comunidades indígenas dos Andes fermenta o espírito de rebelião e os dirigentes do movimento de contestação à política presidencial



Democracia utópica

• Zillah Branco
Sebastião Salgado (foto)

As utopias são belas, alimentam os sonhos e inspiram as pessoas a extrair o melhor de si para tentar alcançá-las. Tornam-se um problema quando são confundidas com a realidade. Assim é, no Brasil, o apregoado *regime democrático* instaurado com a substituição dos governos da ditadura militar pelos eleitos de agora. É certo que há uma boa diferença no comportamento das forças repressivas e os partidos de esquerda foram legalizados. Mas não basta para se afirmar que vivemos em democracia.

Os problemas sociais que hoje ameaçam a sociedade brasileira têm sido debatidos *democraticamente* dentro e fora das casas, nas escolas, nas igrejas, nos partidos políticos, nas associações, pela imprensa escrita, falada e visionada. Os estudiosos dos mais variados campos científicos e filosóficos contribuem para o enriquecimento de um conhecimento objectivo das causas e das consequências dos problemas que se agravam dia a dia. Formou-se um consenso: **os problemas sociais derivam das condições de vida e de educação das pessoas.**

Sabe-se, portanto, que as crianças que nascem e crescem nas ruas **inevitavelmente são engolidos pela marginalidade**; que o **desemprego promove** os calotes e os roubos; que a **fome explica** os assaltos aos depósitos de alimentos; que a **mafia da droga** transforma os consumidores em bandidos; que o **desespero dos abandonados pela sociedade** gera agressividade e loucura; que a **escola de violência transmitida pela televisão, revistas, vídeos, cinemas, jornais e livros** deforma a mente das pessoas. Sabe-se também que a **impunidade e os maus exemplos**

anulam os conceitos de justiça que historicamente a sociedade construiu.

E daí? Para quê todo este conhecimento, no plano teórico, se os governantes continuam a empurrar o velho carro da oligarquia com os vícios herdados do século XVI como se os 500 anos de existência do Brasil só servissem para a indústria das comemorações? De democracia teórica estamos fartos, queremos acções coerentes que levem a democracia à prática. A sensação que fica é de que existem bons princípios na consciência de muita gente e em **tabuletas** institucionais, mas a existência dos brasileiros ocorre por fora, como se em outro ponto do planeta.

O governador de São Paulo é valente

Não sei se rio ou se choro, se louvo ou se critico, ao presenciar o acto de valentia do governador de São Paulo que passou a pé, sem protecção policial, debaixo de pancadaria com risco de vida, o cerco levantado por um bando de *supostos professores grevistas* acampados diante da Secretaria de Educação do Estado. Chegou do outro lado sangrando mas com o ego inflado como um cristão que tivesse domesticado com discurso humanista os leões na arena romana. Tirou um enorme proveito político-partidário e afirmou que não utilizou a força policial *porque vivemos em democracia.*

Vamos pensar um pouco: a sociedade é o que é, fruto do que lhe dão e permitem ser. O brasileiro é tratado como animal e, naturalmente, tem todas as condições para se transformar em *selvagem*, não em *lulu de madame*. Não tem condições de habitação nem segurança nas ruas; faz filas para matricular os filhos (onde sofre assaltos e agressões

sem protecção) e enfrenta o dia-a-dia das escolas vandalizadas e dominadas pelo terror; ingere alimentos contaminados (uma pesquisa nos dentinhos de leite das crianças mais pobres em todo o Brasil comprovou alto teor de mercúrio absorvido); tem que inventar um trabalho informal e procurar verbas em organizações *não governamentais*; assiste ao noticiário nacional que só fala em *bolsas de valores* e índices de crescimento financeiro, que não lhe dizem nada, enquanto a corrupção cresce pela mão de grandes figurões bem pagos pelo Estado. Em suma, vive oprimido, agredido, como *se fosse um animal selvagem*, mas é obrigado a ser compreensivo e bem educado.

Por incrível que pareça, os *selvagens* ainda são minoria, pois os cidadãos que zelam (anonimamente e sem salário) pela integridade nacional em árdua tarefa de consciencialização conseguem liderar grandes massas com princípios éticos, formar uma população capaz de dialogar e participar no desenvolvimento nacional. Mas não podem impedir que os desvairados se infiltrem nos movimentos sociais e espanquem o governador. Pelo menos isto deve ser da responsabilidade do Estado. Democracia não é ausência de controlo e de segurança pública, também não é o uso da autoridade que nega o diálogo e a participação popular.

De duas, uma. Ou os responsáveis pela administração da sociedade **não estão realmente preocupados em criar soluções** (e devem desocupar o lugar de comando), ou **não sabem como enfrentar** os problemas. Se não sabem, têm o dever de pedir ajuda aos cidadãos e abrir os canais à efectiva participação democrática. O Brasil tem muitos e bons exemplos de participação social para resolver problemas aparentemente insolúveis.

Não será com uma visão academicista e oligárquica, com a contratação de consultores que só ampliam a já insuportável **elite governante**, que se promove a participação social. Nem se colocando à frente de pessoas ensandecidas, ou interessadas em prejudicar os movimentos sociais, para surgirem como heróis quixotescos de uma elite que vive como oligarca apesar de pensar (ou falar) como democrata.

O marketing da democracia

Mesmo a propósito, surgiu agora na televisão brasileira uma publicidade do Governo que reproduz a máscara criada por Salazar para uma população oprimida que *vive cantando e rindo* apesar dos problemas. Para parecer diferente, aqui o povo *vive cantando e dançando* apesar das misérias todas. Não são utopias, são mentiras descaradas, como a de que vivemos em democracia, para que os governantes possam cobrar da população um comportamento civilizado e doce.

Democracia só existe com a partilha do poder, com as regras elementares do respeito pela cidadania. Que os governantes digam adeus ao autoritarismo, aos processos por difamação contra os opositores, à nova ética permitida aos políticos como se estivessem acima dos cidadãos, aos prolongados processos de condenação de políticos que roubaram milhões aos cofres públicos. O Brasil é dos brasileiros que enfrentam os seus problemas todos os dias e que ainda tentam manter a ordem quando os governantes não são capazes. Não é fácil ser brasileiro integrado no povo.

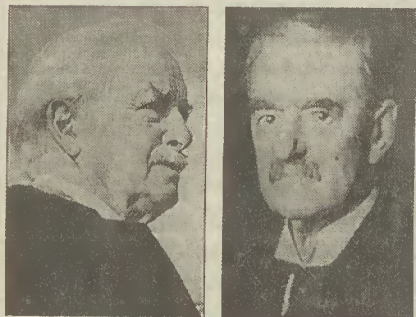
Vivemos (no mundo inteiro e não só no Brasil) uma realidade que obriga o cidadão a procurar sobreviver apoiado apenas no seu núcleo mais próximo, a família, a tribo, o grupo a que se associa. O Estado tornado mínimo para favorecer o domínio pela economia de mercado, leva as instituições sociais à falência. A justiça só é alcançada por quem pode pagar, o mesmo que para a saúde e a instrução. Os dirigentes deste sistema, mesmo os que pensam democraticamente, não podem reclamar um comportamento respeitoso aos cidadãos enquanto não forem capazes de democratizar toda a sociedade.

Há sessenta anos...

● Manoel de Lencastre

Dias dramáticos na Câmara dos Comuns

O tempo de há 60 anos foi ontem, ainda. Mas a corrida vertiginosa dos acontecimentos do século vinte faz-nos pensar que o ano de 1940 se perde já nas brumas da nossa memória, o que não é verdade. Combatia-se na Noruega. Tanto a «Royal Navy» como a marinha mercante britânica sofriam baixas. Narvik tornara-se objecto de combates que a Europa seguia angustiosamente. O mundo olhava o governo britânico como símbolo de resistência à Alemanha nazi. Mas tal governo, chefiado por Neville Chamberlain, um apaziguador e um fraco, não dava confiança. Hitler, entretanto, preparava o assalto à Holanda, à Bélgica, ao Luxemburgo.



Lloyd George ataca Chamberlain. Churchill entra em Downing Street



O que levou Churchill ao poder

Os trabalhistas, reunidos em congresso na cidade de Bournemouth, fizeram saber a Chamberlain que não aceitariam tomar parte num governo de unidade nacional por ele chefiado. Fá-lo-iam, contudo, se o primeiro-ministro se demitisse e o novo governo fosse formado por Halifax. O intermediário que assegurava as ligações entre o governo e a oposição era Butler (Rab) um político que se tornaria popular nos anos 50. A este, os trabalhistas disseram que preferiam Halifax mas que Churchill deveria dirigir a política de guerra. Esses dirigentes trabalhistas eram Hugh Dalton e Herbert Morrison. Mas os partidários de Churchill manobravam nos bastidores. A um deles, Brendan Bracken, Clement Attlee dissera que preferia Halifax.

Às quatro e meia da tarde de 9 de Maio teve lugar uma reunião em que participaram Chamberlain, Halifax, Churchill e David Margesson, o «leader» da bancada conservadora. Tudo parecia indicar que Chamberlain concordara em demitir-se e que Halifax aceitaria substituí-lo. Mas este, de repente, declarou que a sua condição aristocrática lhe barrava o caminho do poder político nos Comuns. Churchill, escreveria mais tarde nas suas Memórias: «Tornou-se claro, para mim, que o dever de servir a Pátria me chamava — que o dever de servi-la me tinha já chamado».

Mas Hitler invadiu a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo. Eis uma nova situação que o Gabinete Chamberlain discutiu às oito da manhã do dia 10 de Maio de 1940. O primeiro-ministro aproveitou esta emergência para insinuar que não seria conveniente mudar o governo em tão perigoso momento. Arthur Greenwood, chefe trabalhista, disse-lhe, porém, que não poderia contar com o apoio do seu partido e da classe trabalhadora britânica. Mas o voto parlamentar tinha dado a Chamberlain uma maioria de 81 deputados. Era isso uma vitória? Alguns dos melhores nomes do Partido «Tory» tinham desertado e votado com os trabalhistas — entre eles, Harold Macmillan, Robert Boothby, John Profumo, Leopold Amery, Harold Nicholson. David Lloyd George dissera que a posição da Inglaterra naqueles dias era pior, muito pior que em 1914, e acusou Chamberlain de não ter coragem para mobilizar o Império Britânico.

O destino de Chamberlain estava traçado. A nova situação militar na Europa e a decisão dos trabalhistas fizeram luz quanto ao futuro que se apresentava negro mas esclarecido. Agora, todas as forças de direita exigiam de Halifax que aceitasse liderar o país. Foram procurá-lo em todos os lugares onde fosse possível encontrá-lo. Nem Douglas, nem Butler ou Henry Channon conseguiram encontrá-lo. Tinha ido ao barbeiro.

Chamberlain, finalmente, dirigiu-se ao Palácio de Buckingham onde o rei George VI aceitou a demissão do governo salientando que o primeiro-ministro tinha sido tratado com imensa deslealdade. O rei perguntou-lhe, então, se poderia sugerir o nome do seu sucessor. Chamberlain disse que preferia Halifax mas que este fugia do poder. Sem alternativas, George VI mandou chamar o Primeiro Lord do Almirantado, Winston Leonard Spencer Churchill, uma figura com a qual antipatizava. Churchill, com efeito, tinha favorecido a causa de Edward VIII, o irmão que abdicara pelo amor de uma mulher em 1936 e lhe oferecera a coroa e o poder imperial «de mão beijada». O rei perguntou: «Por acaso conhece a razão porque o mandei chamar?» Churchill respondeu: «Sir, não faço a mínima ideia.» George VI sorriu e disse: «Quero pedir-lhe que forme o novo governo». Nas suas memórias Churchill escreveu: «Certamente, sir», a resposta que alterou o curso da História da Grã-Bretanha, da Europa e do mundo. Escreveu também: «Naquele dia trabalhei no n.º 10 de Downing Street até às três da manhã e senti que o destino me acompanhava e que toda a minha vida até então vivida não passara de uma preparação para aquela hora e para a momentosa tarefa de que acabara de ser incumbido».

A 2 de Maio de 1940, as forças britânicas viram-se obrigadas a evacuar a Noruega. Perante o perigo e a desorientação do governo, o Partido Trabalhista exigiu um debate na Câmara dos Comuns que ficaria na História. Disse o primeiro-ministro: «Estou a tentar uma política de terceira via.» Clement Attlee, «leader» trabalhista, respondeu: «Não estamos a participar na guerra com suficiente energia, intensidade, determinação, vontade de vencer.» O debate parlamentar iniciou-se a 7 de Maio e os conservadores tinham uma confortável maioria de 249 lugares da Câmara. Mas não havia tranquilidade no seu partido. Chamberlain, no fim do debate, conseguiria vencer — mas quantos deputados conservadores votariam com os trabalhistas? A pátria britânica estava em perigo. Porém, uma estranha pusilanidade, uma certa falta de vontade de lutar, consequências da acção de Chamberlain, paralisavam o país.

«Senhor primeiro-ministro: demita-se!»

O almirante chefe da «Royal Navy», Sir Roger Keyes, que era, também, depu-

tado por Portsmouth, ergueu-se e apon- tou a bancada governamental para declarar: «O Gabinete anda a dar-nos uma chocante exibição de inaptidão e de incompetência. Nunca lhe devíamos ter permitido percorrer esse caminho. Há só um homem para quem toda a Grã-Bretanha olha como sendo capaz de mobilizar o país e organizar o esforço de guerra para a vitória.» Quando estas palavras foram proferidas tanto os Comuns como o povo britânico sabiam que o almirante se referia ao Primeiro Lord do Almirantado, Winston Churchill.

Mas a ala direita dos conservadores considerava Churchill como demasiado convencido de que só a guerra poderia fazer recuar ou destruir Adolf Hitler. Esses deputados, intimamente ligados aos interesses do grande capital financeiro que ajudara o Führer a chegar ao poder, preferiam a política de Chamberlain. Leopold Amery, entretanto, acusaria de novo o gabinete de ser formado por políticos apaziguadores e perigosos e, usando as históricas palavras de Oliver Cromwell, disse: «O primeiro-ministro, por tão pouco que fez, tem estado demasiado tempo no

governo. Parta! Em nome de Deus, vá-se embora!» O destino do governo, apesar da esmagadora maioria de que dispunha, começou a revelar-se instável.

A 9 de Maio, o debate prosseguia numa atmosfera que tornava evidente estar o destino histórico da Grã-Bretanha perfeitamente em jogo. Quem trabalhava afincadamente para persuadir os deputados conservadores a não votarem contra o governo era Lord Douglas mais tarde Sir Alec Douglas-Home. Chamberlain, aceitando proceder a uma remodelação governamental ofereceu a Leopold Amery os lugares de Chanceler do Tesouro ou de Secretário do Foreign Office, o que foi recusado. A sua determinação em permanecer no poder tornara-se, porém, motivo de revolta. A Câmara dos Comuns estava à beira de tomar decisões históricas. Já nada podia impedir o caminho da inevitabilidade. O destino batia às portas de Westminster. Se a Grã-Bretanha quisesse continuar a ser um grande país, teria de aceitar esse destino. E para ganhar a confiança do mundo teria de sacrificar-se e lutar, lutar para não perecer.

Livros



Recomeço Límpido

No centenário de José Gomes Ferreira

Já déramos a notícia desta iniciativa do Sector Intelectual do Porto do PCP que em boa hora - no centenário do nascimento José Gomes Ferreira - decidiu editar este **Recomeço Límpido**. As comemorações do centenário do poeta, que nasceu no Porto, e que foram organizadas por uma Comissão composta por Óscar Lopes, Jorge Araújo, Francisco Duarte Mangas, José António Gomes, Jorge Sarabando, Manuela Bronze e Acácio de Carvalho, têm com esta edição uma expressão muito significativa. Nele participaram, com textos, destacados nomes da nossa literatura que assim homenageiam José Gomes Ferreira. Após a introdução de Jorge Sarabando, o livro apresenta trabalhos de Albano Martins, António Borges Coelho, António Cabral, António Modesto Navarro, António Ramos Rosa, António Rebordão Navarro, Arsénio Mota, Augusto Baptista, Baptista-Bastos, Carlos Brito, Carlos Porto, Carlos Tê, Casimiro de Brito, César Príncipe, Dália Dias, Emanuel Jorge Botelho, Fernando Miguel Bernardes, Filomena Cabral, Francisco Duarte Mangas, Germano Silva, João Pedro Méseder, Jorge Reis-Sá José Alberto Mar, José Carlos Barros, José-Emílio Nelson, José Manuel Mendes, José Soares Martins, José Viale Moutinho, Luiz Francisco Rebelo, Maria Teresa Horta, Mário de Carvalho, Orlando Neves, Papiniano Carlos, Paulo Sucena, Serafim Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, Valter Hugo Mãe, Vergílio Alberto Vieira, Vítor Oliveira Jorge e Vítor Pinto Basto. O projecto gráfico e as ilustrações são de Acácio de Carvalho, e a fotografia da capa de Nuno Calvet.

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

Números e pessoas

A última «Revista» do EXPRESSO inclui - aliás, como tema de capa - um trabalho profissionalmente exemplar de Manuela Goucha Soares elaborado sobre o interessantíssimo estudo «Uso do Tempo», primeiro inquérito do Instituto Nacional de Estatística sobre a forma como se desenrola quotidianamente a vida dos portugueses.

A primeira coisa que interessa sublinhar é o próprio conceito do inquérito. Não se tratará certamente de uma ideia original dos estatísticos portugueses, mas, como o próprio nome indica, trata-se da primeira vez que é realizado entre nós, não fazendo por conseguinte parte dos instrumentos através dos quais se procurava um conhecimento tendencial do funcionamento da nossa sociedade.

O que torna o inquérito «Uso do Tempo» particularmente interessante é o facto de se revelar inteiramente transversal, proporcionando dados interessantíssimos quer sobre aspectos de vida cultural, de vida económica, de educação, de transportes ou até de saúde. Centrando-se em qualquer coisa de

sendo: o crescente melhor aproveitamento escolar das raparigas sobre os rapazes. Mas o mais significativo será certamente evidenciar que o facto tem uma simples e prosaica explicação: as raparigas estudam mais. Uma diferença que parece não ser especialmente significativa (5h11m/dia contra 4h50m), mas que ganha outro significado se considerado simultaneamente com os mais 36 minutos por elas consumidos nas lides domésticas ou o facto de, em geral, os rapazes dedicarem mais 1 hora diária a divertimentos.

O facto de o estudo se realizar pela primeira vez impede que se possam fazer comparações que evidenciassem com clareza quantificadas modificações de hábitos de quotidiano, mas, mesmo assim, é possível extrair algumas conclusões.

A ideia, por exemplo, de uma alteração nos hábitos de sono e especialmente uma maior presença na vida nocturna não encontra comprovação. Não significa isto que, ao nível de sectores juvenis, especialmente urbanos, não haja novos hábitos, mas a verdade é que metade dos portugueses já estão a dormir às 23h30m, ao passo que

num ano entre 1 e 5 livros, o que torna a primeira cifra ainda mais dramática. Ler 2 ou mais livros por mês é coisa que só fazem 4% dos portugueses!

No capítulo dos consumos culturais, dois aspectos merecerão referência. O negativo impacto da televisão sobre a frequência do cinema parece manter-se, uma vez que muito mais de metade da população (68%) não viu um único filme no último ano! E, mesmo assim, dos 32% que passaram no mesmo período por uma sala de cinema, metade (49,4%) fê-lo apenas 1, 2 ou 3 vezes. Verdadeiros cinéfilos, que vejam um filme por mês ou mais, apenas 4 em cada 100 portugueses.

Um dado que indicia uma realidade que parece substancialmente nova é a presença em espectáculos ao vivo. Praticamente metade da população (44%) assistiu a pelo menos um no último ano, mas o que constituirá uma novidade é o facto de o desporto (vale dizer, certamente, maioritariamente o futebol) ter perdido a maioria (47,2%) em benefício dos concertos de música popular (53,8%). Sublinhe-se mesmo que, no total dos espectáculos de artes performativas, os números são deveras interessantes, com 24,2% dos inquiridos a terem assistido a pelo menos uma representação teatral e 11,6% a um concerto de música clássica.

É plausível que neste sector se verifique uma sobreposição de públicos (que os próprios números evidenciam), ou melhor, que uma mesma percentagem relativamente baixa consuma diferentes tipos de espectáculos, não se assistindo a um aumento global particularmente significativo. Neste campo, porém, a comparação com as Estatísticas da Cultura permite comparações que não são inteiramente desanimadoras.

O stress

Não constitui igualmente surpresa que mais de metade da população confesse que anda muito mais apressada e que a situação se agravou nos últimos três anos. Uma vez mais as mulheres são forçadas a um ritmo mais violento, nomeadamente as que se encontram em pleno período de vida activa, entre os 25 e os 54 anos.

A situação será tanto mais preocupante quanto o inquérito abrange todo o País e trata-se de questão onde o universo urbano (e particularmente das maiores cidades) é substancialmente diverso. O inquérito revela mutações importantes, nomeadamente na utilização do que até há pouco constituíam momentos de pausa ou mesmo lazer, como é a gritante situação do almoço dos trabalhadores citadinos, transformado em período de compras, de contactos, de telefonemas, de resolução de problemas burocráticos.

Enfim, o inquérito do «Uso do Tempo» é daqueles trabalhos que, baseado em números anónimos, permite ver as pessoas através deles. Tem todas as condições para se transformar em livro de cabeceira da política nacional...



tão universal, mas simultaneamente tão pessoal como o tempo que cada um gasta ao longo do dia, acaba a revelar traços essenciais do funcionamento colectivo do País, problemas, tendências, características.

Novidades - e o que já se sabe...

Como sucede habitualmente com qualquer inquérito estatístico, encontramos nele surpresas, conclusões inesperadas que contrariam ideias feitas, tal como confirmações de realidades e aspectos de que se tinha já a noção. Contudo, mesmo nestes últimos casos, é diferente saber que as mulheres, em consequência dos trabalhos domésticos e dos cuidados dos filhos, trabalham mais do que os homens e verificar que, em média, as mulheres portuguesas consomem 3 horas por dia nos trabalhos domésticos enquanto os homens apenas 20 minutos e que tal facto começa logo na educação, uma vez que as raparigas gastam 46 minutos com as mesmas tarefas, enquanto os rapazes apenas lhes dedicam 10 minutos.

O INE vem igualmente confirmar um dado que os professores de há muito apontam e as famílias se vão igualmente aperce-

35% já está a trabalhar ou estudar às 8 da manhã, enquanto 6% já o faz desde as 7. No período da meia-noite até às 7 da manhã 75% da população está a dormir e apenas 14% se diverte ou vê televisão.

A televisão e a leitura

De novo, os números sobre o relacionamento do País com a televisão e com os livros não traz novidades - apenas mais motivos de preocupação.

Praticamente, todos os lares portugueses têm um aparelho: 97%. Em muitos casos têm mesmo mais do que um receptor e cerca de 18% tem televisão por cabo. Das 2h52m que em média cada cidadão tem diariamente para lazer, 1h56m (isto é, 67,4%) é dedicado a ver televisão, enquanto apenas 56 minutos a todas as outras actividades.

Não surpreende assim que 65,4% da população não tenha lido um único livro nos últimos 12 meses, o que permite a conclusão de que a maioria dos portugueses nunca mais o faz após o período de escolaridade. Acrescente-se que dos 34,6% que leram, praticamente três terços (74,4%) leram

%

Literatura

• Urbano Tavares Rodrigues

Alexandre Babo é ainda hoje um jovem de cabelos prateados, com alguns achaques e desilusões, muitas lembranças e sonhos vivos, muitos afectos cultivados.

Teve, na sua já longa existência – 83 anos – ofícios e amores, tarefas cumpridas, amarguras e alegrias. Viveu por vezes sobre a lâmina da aventura e do risco. Deu-se muito aos outros, às amadas, aos amigos, à escrita e ao teatro, às grandes causas, norteado pelos valores da justiça e da liberdade. Firme na esperança, ousado e cortês, revolucionário e homem de cultura, incansável praticante da pedagogia democrática e do associativismo.

Passou pelo Socorro Vermelho, pelo bloco-académico antifascista, pelo MUD, formou-se em Direito e advogou, entrou em 1943 para o Partido Comunista, defendeu presos políticos no Supremo.

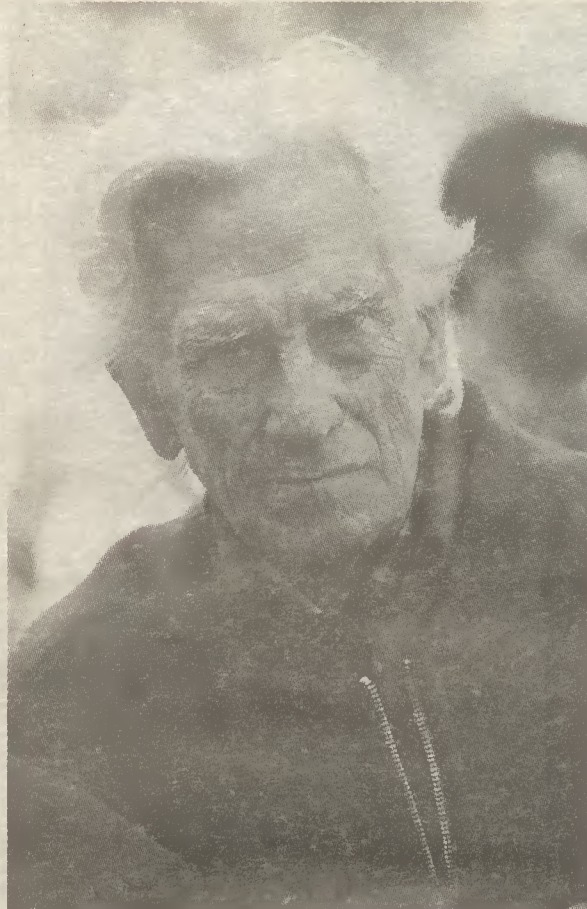
Alexandre Babo

escritor e revolucionário

Dava-se, no Porto e depois em Lisboa, com jornalistas e escritores e assim nos encontrámos e nos tornámos amigos e companheiros de jornada: nos colóquios em que, sob a orientação de Oscar Lopes e de outros intelectuais progressistas, se discutiam livros e ideias para podermos dizer também as verdades que iriam despertar o povo, acorrentado por mitos e medos, para um futuro a construir.

Ambos tínhamos paixão pelo teatro. Li do Alexandre Babo, ao longo dos anos, tudo o que ele ia publicando, as suas inteligentes e polémicas peças, proibidas pela censura, **Estrela para um Epitáfio** e **Jardim Público**, os seus contos de **Sem Vento de Feição** e de **Autobiografia**, estes também apreendidos; os seus artigos e ensaios sobre teatro; o seu eufórico ditirambo à **Pátria do Socialismo**; esse livro forte e saboroso, político e humaníssimo que ele intitulou **Recordações de um Caminho**; e já noutra fase, mais tardia, das nossas existências, o seu sensual e melancolicamente lúcido romance **A Nativa do Arquipélago do Vento**.

O Alexandre foi sempre um entusiasta dos empreendimentos colectivos, inúmeras vezes sacrificou lazes e despendeu esforços generosos para criar ou empurrar instituições culturais, com o Centro Cultural do Porto, o TEP, o Palco Clube de Teatro, a Sociedade Portuguesa de Escritores e, já no período marcelista, a actual Associação Portuguesa de Escritores. E, muito particularmente, a Associação de Amizade Portugal-RDA, a que se dedicou de alma e coração.



Caminhos cruzados

Algumas vezes, meio a brincar, lhe chamei estalinista e ele sê-lo-ia na verdade um pouco (outra era a minha leitura da história da União Soviética, especialmente da ditadura de Staline); mas o Alexandre curiosamente, admirando embora esse vulto e esse período, era na sua prática social e política – e afinal em quase tudo na vida – profundamente democrático e ansioso de liberdade, contradição que tantos outros nossos camaradas também viveram.

Cruzámo-nos por vezes nos corredores obscuros da resistência, eu mergulhado em intencões e aventuras de risco, às vezes para salvar companheiros de luta das garras da PIDE, e o Alexandre, por outros caminhos, à beira dos mesmos perigos.

Seguríssimo nas suas convicções, lado a lado estivemos durante mais de vinte anos nas reuniões da célula dos escritores e do sector de artes e letras do nosso Partido e aí admirei sempre a sua compreensão, o seu carácter afectuoso, não raro impulsivo e exigente, mas pronto a admitir a razão dos outros. Um grande afecto o tempo cimentou entre nós e por isso e porque o admiro escrevi ainda há pouco tempo um prefácio no seu excelente, pitoresco, evocativo livro de crónicas **No meu Tempo**; e aqui estou a dizer-lhe: Parabéns, camarada! Juntos continuaremos, sempre no essencial, mesmo que possamos não conceber exactamente da mesma maneira, nos seus contornos ainda difusos, o futuro socialista da humanidade.

O meu abraço, Alexandre!

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Diário

Numa residencial

Abro a janela
morto de cansaço
estendo o braço
para a flor que vela
por mim Purificado
o gesto, quase envergônhado

Cidade

Um avião. O rectilíneo voo
para que paisagens vãs?
Adeus. Não vou, não vou.
Trinco a rubra maçã.

Domingo

Nem
apetece
passear.
Parece um mar
sem barcos, sem
projectos
Longe, uns sinais.
Discretos.

Doridamente

Escrevo
«minha pátria, meu ninho»
(o enlevo
que deixou João de Deus
no meu caminho)

Ide, ide versos meus.

Ninho? Sorrio.

Corre sem margens caudaloso o rio.

Futuro

Projectos todos vão
se não tivermos mãos
para os fazer.
Mais certezas não há.

Trabalhadores! Uma Europa está
à espera de ser.

Teoria Poética

Quem sabe é cá o rapaz.

A política mais eficaz
é aquela que se tece
e nem parece
que estamos a fazê-la.

Este poema leva o toque final
de avião feito com papel de jornal.

Vais ver como ele te entra pela janela.

Ria de Aveiro

Cumpri o ritual que da alegria
de acordar me ficou. Anualmente
um minuto que seja, frente a frente,
a luz em mim e a luz que vem da Ria.

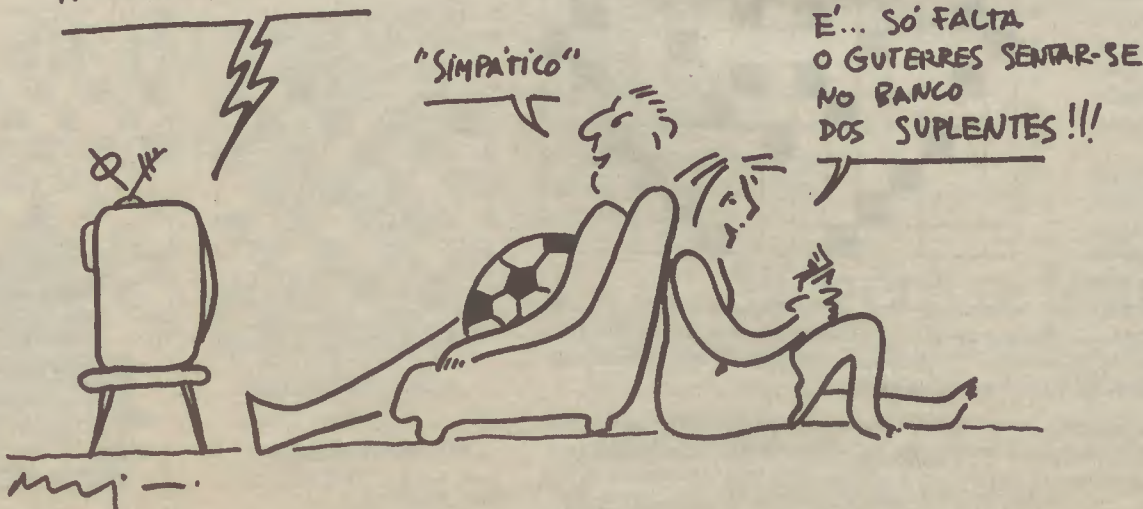
Embalo-me, menino de algum dia,
na bateirinha azul. A minha gente.
Barrado já de um certo luar doente
o pão do meu sonhar na tarde fria.

De quando em quando só um barquito avança
no canal. Está mais triste do que mansa
a água. Ó Ria, em nós é que os sargaços
te matam! Quem me vê o estranho brilho
vê um pai apertando o amado filho
a clamar por socorro nos seus braços.

Cartoon

• Monginho

P'RA AJUDAR A MORAL
DOS NOSSOS RAPAZES
O PRESIDENTE SAMPAIO
OFERECEU A SUA BANDEIRA
A SELECÇÃO...



Religião

• Jorge Messias

Dois ou três exemplos recentes, recolhidos ao acaso da comunicação social e da publicidade religiosa, mostram como continuam bem vivos as contradições e os desencontros dos bispos portugueses. Fátima continua a funcionar como uma espécie de detonador de todos os recalamentos eclesiásticos.

Na verdade, tão desautorizada está a história dos pastorinhos que até mesmo um teólogo dominicano, o padre Jean Cardonnel, não hesitou em escrever no «Le Monde», jornal francês de enorme expansão: «Em Fátima ... está em curso um verdadeiro *complot* de mixórdia piedosa destinado a dissolver numa repugnante compota sagrada mariana o desafio vivo à prostituição mercantilista em que estamos atolados» (*Le Monde*, 3.6.00).

Quase que simultaneamente com estas palavras duras, claras, impensáveis num arauto da Ordem de S. Domingos, um cardeal-patriarca um tanto desorientado declarava numa carta pastoral: «Fátima não faz parte da Revelação, nem é necessário acreditar nas aparições para ser bom cristão...» (*Público*, 6.6.00). Decla-



As desorientações de Fátima

ração sensacional, sobretudo quando produzida por um prelado tão responsável como é D. José Policarpo! Quando boa parte do episcopado deseja que Fátima seja palco da proclamação de Maria co-redentora, vem o cardeal-patriarca e despromove-a!

Terceiro golpe de teatro. Sem aviso prévio, o bispo de Fátima/Leiria, D. Serafim Ferreira, convoca uma conferência de imprensa e torna pública uma série de dados contabilísticos que afirma representarem as contas do Santuário referentes a 1999. Contas que, como é evidente, por si só não são analisáveis. É a diocese de Leiria que dita parcelas e resultados. E nela se terá de confiar. Sem controlo técnico independente e, muito menos, oficial. Sem mais nem menos.

Mas esqueçamos, por agora, minúcias de guarda-livros e estratégias avulsas, aliás também já tentadas pelo próprio Vaticano. Esta inesperada situação tem outros elementos de interesse. Tentemos esboçar esse curioso cenário.

Quando a Igreja Católica afirma que é uma não fala ao acaso e considera dois aspectos essenciais: o teológico e o orgânico. É uma por se agrupar em torno do Papa e é uma porque, em todas as circunstâncias, funciona como uma totalidade. Ora a diocese de Fátima/Leiria faz nominalmente parte da divisão canónica da igreja portuguesa a qual, como se sabe, é superiormente representada pela

Conferência Episcopal. E esta não publica resultados financeiros. Escuda-se na Concordata e silencia. Como entender-se que uma parte de um todo supostamente harmónico assumia posição contrária? É que Fátima, em si mesma, não é diocese mas simples paróquia. E as paróquias, segundo o Direito Canónico, dependem directamente da Cúria Romana logo que os seus volumes financeiros ultrapassem (no caso português) a fasquia dos 300 mil contos. Num só ano, o santuário reconhecia ter obtido lucros líquidos de mais de 1,5 milhão de contos. D. Serafim Ferreira fez a sua declaração mediática, confessou discordâncias com o Reitor do Santuário, fez as malas e partiu para Roma, a prestar contas a Deus e à Cúria.

Uma outra achega é evidente. Na reforma que o episcopado português prepara, a paróquia de Fátima será aumentada e autonomizar-se-á da diocese de Leiria, sendo a sua expansão feita à custa de actuais territórios do Patriarcado de Lisboa. Razões suficientes para justificar as apreensões dos bispos de Lisboa e de Leiria.

Mas não ocultar, todos estes bastidores, a realidade efectiva que mais preocupa os bispos portugueses.

A sua divisão entre os conservadores que arrastam o peso secular da tradição da igreja; e os tecnocratas cuja obsessão é avançar imediatamente, com quaisquer custos, mesmo que ideologicamente a religião fique nas mãos dos mais gigantes grupos económicos?

Pontos Cardeais

Porquê Heider?!...

Jörg Heider, líder da extrema-direita austríaca actualmente a governar a Áustria em coligação com um partido conservador, foi entrevistado «em exclusivo» pela RTP exactamente na véspera do último conselho de ministros da União Europeia presidido por Portugal, e que esta semana se realizou em Santa Maria da Feira. Apesar dos esforços da criatura para manter um diálogo polido com a jornalista, a natureza falou obviamente mais alto – e, é claro, ao serviço dos seus objectivos. Pelo que a arrogância do indivíduo não se coibiu de ameaçar a União Europeia com a retirada da Áustria, fazendo chantagem directa para que – e disse-o explicitamente – as chamadas «sanções» à Áustria sejam já levantadas nesta reunião de Santa Maria da Feira. Quanto às questões «incómodas», pura e simplesmente não respondeu, como foi o caso da pergunta que confrontava o seu próprio discurso de «chanceler em exercício» com a sua autoproclamação saída da política activa nacional, que o levou a retirar-se não apenas da governação como da presidência do próprio partido que fundara.

Compreende-se que o discurso da criatura só podia ser este. O que não se compreende é porque lhe fizeram o favor de uma entrevista de fundo e quase em directo para a própria reunião dos 15 em Santa Maria da Feira quando, oficialmente, este indivíduo não passa de um governadorzeco de província.

Para quê dar-lhe palco e microfone do tamanho da União, quando as medidas tomadas contra o novo

governo austríaco pretendem, expressamente, cortar o passo a gente desta na política europeia?!... Não se percebe...

Jantares

Realizou-se há dias no Norte um concorrido jantar do PSD para mais uma novidade. Desta vez foi o anúncio da «disponibilidade» de Luís Filipe de Meneses, actual presidente da Câmara Municipal de Gaia, para se candidatar à Câmara Municipal do Porto. Isto apesar de há apenas alguns meses ter proclamado, dramaticamente e de olhar esbugalhado para as câmaras de televisão, que «jamais» abandonaria os seus queridos «munheipes de Gaia que o elegeram e lhe deram a sua confiança». Até aqui, nada de novo. Vila Nova de Gaia, o Porto, o Norte e o próprio país está cansado de saber o que valem, tanto as promessas como as euforias e as depressões de Luís Filipe Meneses, sabendo ainda – e num saber de experiência feito – que dão excelentes entremeses políticos.

A novidade esteve no reaparecimento de Leonor Beleza no palco laranja, regressada em força para apoiar mais este zigzag do PSD e festejada por Filipe Meneses como um «exemplo vivo» do desperdício a que o partido se dá ao luxo de cometer, ao «pôr de lado» figuras como ela.

A farpa, está bem de ver, foi aplicada até ao fundo no líder Durão Barroso que, significativamente, nem sequer foi convidado para a jantada.

Tão «companheiros» que eles são... Todos.

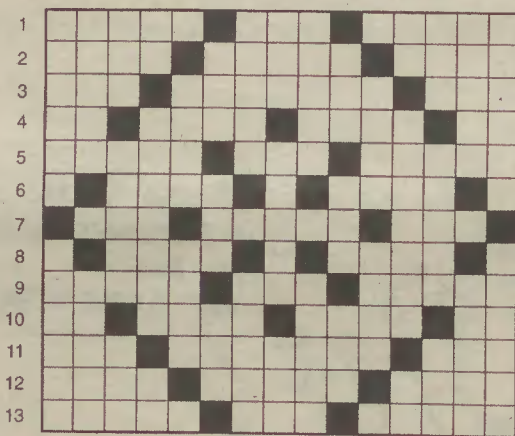
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Afónico; emissão de voz; juro ou lucro obtido no desconto de títulos ou troca de moedas (pl.). 2 - Calçado de couro que cobre os pés e parte da perna; terreno inculto, coberto de plantas agrestes (pl.); baú. 3 - A barlavento (naut.); soldado de engenharia preparado para o assalto a fortificações; apelido de heróina francesa. 4 - Telúrio (s.q.); enxuto; cantiga; também (are.). 5 - O mais distinto numa colectividade ou série; igreja episcopal ou patriarcal (pl.); ocasião imprevista. 6 - Incentivo; guarnecer com asas. 7 - Remoio de água (prov.); nasce; modo de dizer. 8 - Lavar; autêntico. 9 - Especiaria indiana; produto tintorial da Índia; encolerizada. 10 - Comparar; germes (fig.); fama (fig.); o primeiro de todos os números. 11 - Conceder gratuitamente; da cor leitosa da opala; indivisível. 12 - Acrescentar; lavrava; discursar. 13 - Líquido que se separa do leite depois de coagulado; rezo; lima grossa.

VERTICAIS: 1 - Tirar a vida; azedas. 2 - Instrumento para soprar o lume (pl.); charua. 3 - Ouvido (pref.); permanecer em silêncio; gracejar. 4 - Sódio (s.q.); relógio de sol usado pelos antigos romanos; nome da décima sétima letra do alfabeto grego. 5 - Estampilha; cristalino. 6 - Nome escocês; rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodo; espécie de capa sem mangas, usada por irmandades e confrarias, em actos solenes. 7 - Nome por que são vulgarmente designados uns batráquios anuros, semelhantes à rã (pl.); planta vivaz e medicinal. 8 - Base aérea portuguesa; percurso; a família. 9 - Uso corrente (pl.); nódoa. 10 - Ribeira portuguesa; principal rio da Suíça; única. 11 - Braço de rio (pl.); lugar onde se secam os cereais. 12 - Cálcio (s.q.); respeitara; suf. de agente. 13 - Cólera; espécie de caranguejo grande; espécie de boi selvagem. 14 - Material terroso; pulverulento, usado com pigmento (pl.); acumulação ou monte de areia nas regiões desérticas e nas regiões litorais (pl.). 15 - Sagrados; galanteia.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Afónico; som; agudo. 2 - Bota; malotes; arca. 3 - Botar; malotes; arca. 4 - Botar; malotes; arca. 5 - Botar; malotes; arca. 6 - Botar; malotes; arca. 7 - Botar; malotes; arca. 8 - Botar; malotes; arca. 9 - Botar; malotes; arca. 10 - Botar; malotes; arca. 11 - Botar; malotes; arca. 12 - Botar; malotes; arca. 13 - Botar; malotes; arca. 14 - Botar; malotes; arca. 15 - Botar; malotes; arca.
VERTICAIS: 1 - Abater; ácidos. 2 - Foles; arado. 3 - Oito; calatr. 4 - Nax; solatior. 5 - Selo; alvo. 6 - Mac; rei; opa. 7 - Sapos; asaro. 8 - Ota; elap; lar. 9 - Modas; latro. 10 - Sor; Aar; una. 11 - Rias; eira. 12 - Ca; acatara. 13 - Ca; acatara. 14 - Ca; acatara. 15 - Ca; acatara.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

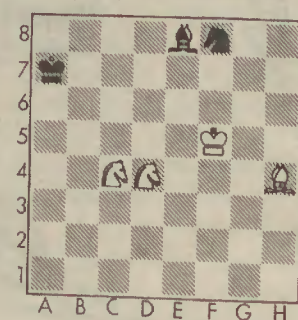


Xadrez

DCCLVIII - 21 DE JUNHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000X24

Por: HENRI RINCK
 «700 Fins de Partie», 1927

Pr.: [3]: C8 - B6 - Ra7
 Br.: [4]: Cs. c4, d4 - Bh4 - Rf5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X24 [H. R.]
 1. Bc7, Cd7; 2. Cd6, Bh5; 3. Rg5, Bd1; 4. Cc6+; Rb6; 5. Cc3 e.g.

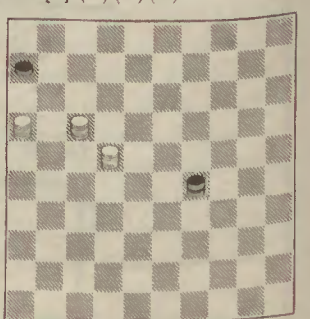
A. de M. M.

Damas

DCCLVIII - 21 DE JUNHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000D24

Por: N. N. Pankratov
 Rússia - 1899

Pr.: [2]: 6-(29)
 Br.: [3]: (16)-(17)-(22)



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D24 [N. N. P.]
 1. 22-27, (29-45*); 2. 16-11+
 1., (29-23/34/40); 2. 17-23/39/44+
 1., (29-...15); 2. 17-33+
 1., (29-...42/47); 2. 27-38+

A. de M. M.

Festa-convívio CDU na Marinha Grande

Parque das Merendas – Portela – Domingo, 25

9h00 – Concentração de cicloturistas

9h30 – Início dos Jogos Populares

13h00 – Almoço

15h00 – Música Popular com o conjunto «5 Estrelas»

16h00 – Intervenção política de Jerónimo de Sousa

Música e convívio até ao fim do dia

Mercado-festa nas Caldas da Rainha

Parque de Merendas da Mata do Hospital - Domingo, 2 de Julho

Venda de produtos agrícolas

Quermesse, Almoço regional, Animação musical com Vítor Mata

Participação de Francisco Lopes

Noite Cubana em Setúbal

promovida pelo Núcleo de Setúbal da Ass. Amizade Portugal-Cuba

Fórum Musical Luísa Todi - Domingo, 25 às 21h30

Venda de produtos agrícolas

Almoço-convívio em Alcabideche

promovido pela célula da CM de Cascais

CT de Alcabideche - Domingo, 25, às 13h

Convívio com Reformados

Lanche e tarde dançante

CT de Tires – Quinta-feira, 29, a partir das 16h

Venda de produtos agrícolas

3.ª Assembleia da Organização Regional da Guarda

Domingo, 25, às 14h30,
no Auditório do IPJ / Guarda

Com a participação de

Carlos Carvalhas,

que intervirá na sessão de encerramento, cerca das 17h

No final: lanche-convívio e animação musical

Lisboa

Plenário de militantes do Sector Público

Terça-feira, 27, às 18h30, no CT Vitória

com a participação de Alexandre Teixeira

Palmela

Plenário de militantes de Cajados

Quarta-feira, 21, às 21h,

em casa do cam. Silvino Margarido

Pinhal Novo

Reunião de camaradas micro e pequenos empresários

Segunda-feira, 26, às 21h30, no CT,

com a participação de

Valdemar Santos

Vizela

Reunião da Organização Concelhia

com a participação de

Agostinho Lopes

Dia 25 às 10h

Barreiro

7.ª Assembleia da Organização Concelhia

Dia 1 de Julho, das 10 às 18h

nos Penicheiros

FESTADO Avante! 2000

1 2 3 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Já estamos
a construir a Festa!
Há trabalho para todos
todos os fins-de-semana
e feriados

Ajuda!

(nos dias

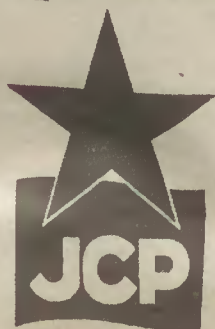
1, 2 e 3 de Setembro,
a Festa retribui!)

*

Seixal a abrir pró Avante!

FESTIVAL DE BANDAS

promovido pela JCP
Seixal



Entrega de maquetas
até 23 de Junho
nos Centros
de Trabalho
do PCP

Excursões

8 e 9 de Julho

• De Sta. Iria de Azóia

A Organização de Santa Iria de Azóia promove uma excursão de autocarro com saída de Sta. Iria às 6h de dia 8 e regresso de Braga na tarde de 9, com chegada a Sta. Iria prevista para as 20h30. O preço de 11 000\$00 inclui transporte, dormida, pequeno almoço e entrada na Festa. Informações e inscrições: tel. 219590010.

• De Odivelas

A Organização do concelho promove uma excursão de autocarro com saída de Odivelas no dia 8 e regresso a 9. Informações e inscrições: no CT de Odivelas – Tel. 219314153 ou Margarida Aboim ou Anabela Pinto (Tels. 919632320 / 919329557)

• De Grândola

A Comissão Concelhia de Grândola promove uma excursão de autocarro com saída de Grândola às 6h de dia 8 e regresso de Braga dia 9 ao fim da tarde. O preço é de 5500\$00, incluindo a entrada na Festa. Informações e inscrições: tel. 269442399

• Do Seixal

A Comissão de Freguesia de Amora organiza



a Braga

uma excursão de autocarro à Festa da Alegria, com partida da freguesia, nos dias 8-9 de Julho. Informações e inscrições: tel. 212212222, cam. Sebastião Pinheiro

• De Almada

A Comissão de Freguesia de Feijó organiza uma excursão à Festa da Alegria, com partida a 8 e regresso a 9 de Julho. Informações e inscrições: tel. 212590820 - 212106486

• Da Ajuda/Lisboa

A Comissão de Freguesia da Ajuda promove uma excursão de autocarro com saída de Lisboa às 7h do dia 8 e regresso de Braga dia 9 ao fim da tarde. O preço é de 8600\$00 e inclui, além da viagem, dormida e pequeno-almoço em hotel. Informações e inscrições: tels 213636552 - 213645566 - 213638512 - 213307000

• De Cascais

Dias 8 e 9 de Julho, com saída de Tires no dia 8 às 7h. Almoço em Braga e dormida em Guimarães. O preço de 7500\$00 viagem e dormida. Informações e inscrições: tels. 214442253, 214561122, 214866991 (Tires, Paredes e Cascais, respectivamente)

Viagens a Tenerife e a Barcelona

Passeio a Barcelona, Monserrat e Madrid, de 4 a 8 de Outubro, organizado pela célula dos trabalhadores da autarquia de Almada. Informações mais detalhadas podem ser obtidas junto do cam. José António, pelos tels. 965225870 e 212724010

Viagem a Tenerife, já em Julho próximo – de 3 a 10 –, com alojamento em hotel de 4 estrelas em pensão completa e um circuito à volta da ilha. Neste caso o contacto para informações e inscrições é o cam. Artur Cabrita através dos tels. 212752727 e 21 2753939.

ATVer



Woody Allen e Mia Farrow, cúmplices de muitas aventuras

Coitado do Jorge

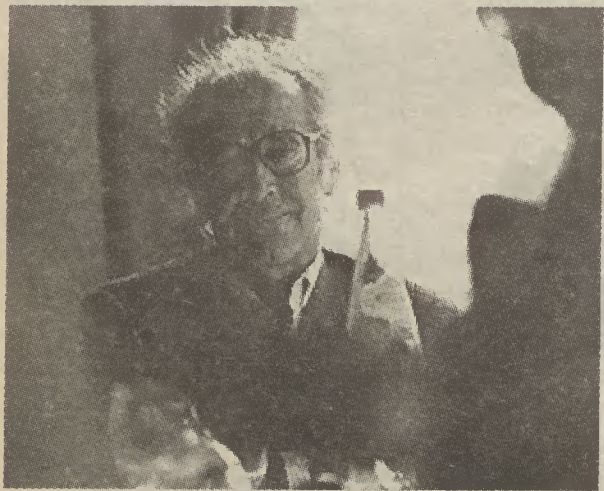
(Quinta, 01.00, RTP 2)

Se o bom cinema português é raro, embora já se produzam e realizem filmes dignos de nota alta, mais raro é o que a televisão costuma transmitir. Por isso, e também pelos méritos próprios de cada obra, aqui as vamos registando e propondo. Hoje é o caso deste **Coitado do Jorge**, realizado em 1993 por **Jorge Silva Melo** e premiado nos festivais de Taormina e de Dunquerque. Trata-se de uma história paradigmática de um jovem casal de «sucesso» que vai ser desestabilizado a partir de um encontro com um «rapaz mau». Uma adaptação ao quotidiano cavaquista de então a partir de um romance inglês...

Alice

(Quinta, 23.30, RTP 1)

Eles andam aí, os filmes de **Woody Allen**, e quase todos são de «apanhar», para, no divertimento proporcionado pela arte da comédia em que o autor americano é mestre, se encontrem aqueles fulgurantes momentos que apontam à reflexão sobre a realidade social. Realizado em 1990, **Alice** é um dos filmes que marcaram a carreira de **Allen**, pontuada por uma afectuosa atenção às mulheres. Para além das fantásticas situações, comédias criadas a partir do argumento do próprio realizador, Alice tem ainda a seu favor o elenco de actores, onde avultam **Joe Mantegna**, **Mia Farrow** e **William Hurt**.

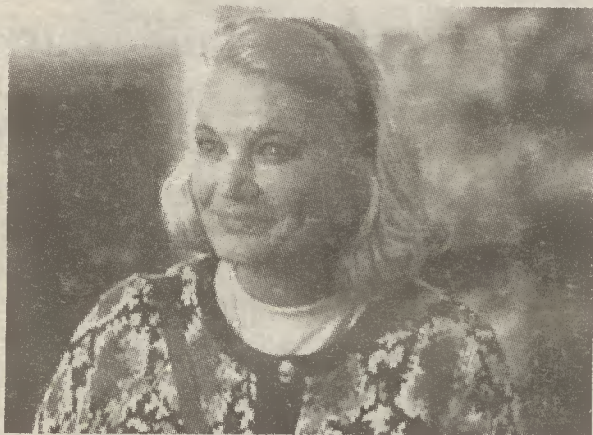


Jean-Luc Godard, um olhar diferente sobre a História e o Cinema

Cabo e Satélite

Histórias de verdadeiros malvados

Para esta semana propomos um ramalhete de verdadeiros malvados de quem seria bom conhecermos melhor a história. O mais verdadeiro de todos eles será **Carlo Mazzantini**, um dos «camisas negras» de Mussolini que proclamaram a horrivelmente célebre República de Saló, uma fantochada sangrenta protegida por Hitler já após a rendição da Itália aos aliados (**Odisseia**, sexta, às 16 horas). Mas também se pode ver a biografia do **Barão Vermelho** (**Canal de História**, domingo, às 19 horas); ou a história do **Verdadeiro Drácula** (**Canal de História**, segunda, às 18 horas). Ou ainda a biografia de **Henrique VIII**, que também era fresco (**Canal de História**, terça, às 21 horas).



Gena Rowlands

Mediterrâneo

(Sábado, 00.20, RTP 2)

Não se trata de um filme por aí além, mas ainda assim sobressai na escassa qualidade do conjunto de realizações que se nos oferecem nas tēves nacionais. Comédia ao jeito de Verão, que anda em torno de oito soldados italianos que ocupam, em 1941, uma pequena ilha grega e aí ficam isolados após a explosão do barco em que chegam. Sem novas da guerra perdida pelo exército a que pertenciam, vivem ali num estranho exílio, num cenário idílico, separados do mundo e das guerras todas. Uma realização de **Gabriele Salvatores**.

Uma Outra Mulher

(Segunda, 01.15, RTP 1)

E mais um **Woody Allen**, e de novo uma mulher - **Uma Outra Mulher**. Agora não é para brincar, trata-se de um sério drama, este, interpretado por **Gena Rowlands**, no papel de **Marion**, uma mulher de meia-idade que a partir de conversas que passa a ouvir de um consultório psiquiátrico no andar de baixo do apartamento que alugou para em paz escrever um livro, se lança na descoberta do seu próprio passado e da sua identidade real, das suas relações e do mundo que a rodeia. Destaque para outros intérpretes - **Mia Farrow** e **Gene Hackman**, sobretudo.

História(s) do Cinema

(A partir de segunda, RTP 2)

Todos os filmes de **Jean-Luc Godard** são de ter em conta, mesmo aqueles que mais se afastam da estética (e da ética...) e da visão do mundo que cada um de nós tem.

E este é bem revelador, nas escolhas e na montagem, nas referências e no discurso, do que o realizador pretende e é. Ao estilo de um documentário, Godard alinha aqui uma série de histórias que a RTP nos apresenta separadamente, o que talvez ajude ao visionamento de cada uma. É como se fosse, no decorrer de cada uma, uma visita à história do mundo percorrendo filmes e autores - os mais significativos. (Segunda, 26) **Todas as Histórias**, 51 minutos; **Uma Só História**, 42 minutos. (Terça, 27) **Apenas o Cinema**, 27 minutos; **Beleza Fatal**, 29 minutos. (Quarta, 28) **A Moeda do Absoluto**, 27 minutos; **Uma Vaga Nova**, 27 minutos. (Quinta, 29) **O Controlo do Universo**, 28 minutos; **Os Signos Entre Nós**, 37 minutos.

Quinta, 22

VRTP 1

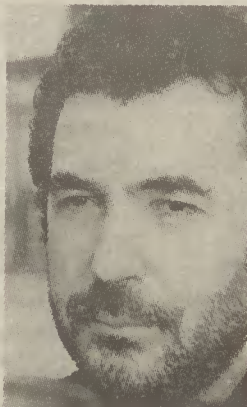
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
17.00 Roseira Brava
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Só Números
22.25 Música da Contra
23.30 «Alice» (de Woody Allen, EUA/1990, com Joe Mantegna, Mia Farrow, William Hurt. Ver Destaque)
01.20 24 Horas
01.55 1ª. Página
02.20 «O Treinador» (de Burt Reynolds, EUA/1993, com Burt Reynolds, Reba McEntire, Joe Theismann. Drama. Telefilme)

VRTP 2

07.00 Euronews
08.00 Espaço Infantil
12.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 TV Nostalgia
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.00 Brigada Submarina
21.00 A Matemática e o Homem
22.00 Telejornal
22.55 Acontece
23.15 «Tommy» (de Ken Russel, G.Br./1975, inspirado na ópera-rock do mesmo nome de «The Who», com Roger Daltrey, Oliver Reed, Ann-Margret, Elton John, Tina Turner, etc. Drama. Musical)
01.00 «Coitado do Jorge» (de Jorge Silva Melo, Port.-Esp.-Fr./1993, com Jerzy Radziwilowicz, Angela Molina, Manuel Wiborg. Ver Destaque)

VSIC

08.00 Buérré
12.00 Especial Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Mr. Magoo» (de 16.00 «Desaparecido em Combate - 2» (de Lance Hool, EUA/1985, com Chuck Norris. Acção)
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 Sai Debaixo
00.25 «Presa Fatal» (de Andrew Sipes, EUA/1995, com William Baldwin, Cindy Crawford, Steven Berkoff. Acção)
02.25 Diário do Europeu



Os actores portugueses (como é patente em «Capitão Roby»), que estão cada vez mais actores de televisão

VRTP 1

02.45 Último Jornal
03.30 Vipper
04.35 «Encontro com o Amor» (de Ulu Grosbard, EUA/1984, com Robert De Niro, Meryl Streep, Harvey Keitel, Dianne Wiest. Drama) e «O Poder de Um Jovem» (de John Avildsen, 1992, com Stephen Dorff, Morgan Freeman. Drama)

VTVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Video
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 As Pupilas do Senhor Doutor
21.40 Reis da Música Nacional
00.10 «Uma Mulher Atrás das Grades» (de Bethany Rooney, EUA/1992, com Cheryl Ladd, Dean Norris, Angela Basset. Drama)
02.30 Ai que Vida!

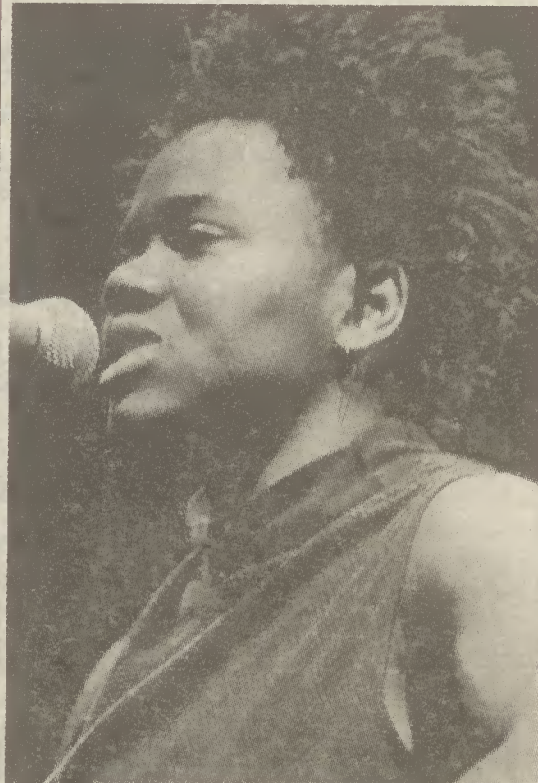
Sexta, 23

VRTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
17.00 Roseira Brava
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Só Números
22.25 João Nicolau Breyner
00.10 «Ricochete» (de Russell Mulcahy; EUA/1991, com Denzel Washington, John Lithgow, Ice-T. «Thriller»
02.00 24 Horas
02.25 1ª. Página
02.45 «O Homem Digital» (Longa-metragem)

VRTP 2

07.00 Euronews
07.30 Infantil / Juvenil
16.30 Informação Gestual
17.30 TV Nostalgia
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil



Tracy Chapman, cujo novo disco é uma das novidades nas «tabelas» deste Verão

20.00 Brigada Submarina
21.00 Jornal d' África
21.30 Dinheiro Vivo
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.15 Aqui Europa
23.30 «Breaking Glass» (de Brian Gibson, G.Br./1980, com Phill Daniels, Hazel O'Connor, Jon Finch. Musical)
01.20 Andamentos
01.50 Departamento de Homicídios

VSIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Baja telecel 2000
16.00 «Desaparecido em Combate - 3» (de Aaron Norris, EUA/1988, com Chuck Norris. Acção)
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.30 O Sexo e a Cidade
00.20 «Bolero» (de John Derek, EUA/1984, com Bo Derek, George Kennedy, Olivia d' Abo. Erótico)
02.20 Diário do Europeu
02.50 Último Jornal

VTVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Video
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 As Pupilas do Senhor Doutor
21.40 Reis da Música Nacional
00.10 «Uma Mulher Atrás das Grades» (de Bethany Rooney, EUA/1992, com Cheryl Ladd, Dean Norris, Angela Basset. Drama)
02.30 Ai que Vida!

Sábado, 24

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.10 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Destinos de Sofia
16.30 Euro 2000: Final
18.50 Aqui Europa
19.00 Telejornal
19.30 Euro 2000: Final
21.30 Telejornal
22.40 Santa Casa
00.30 Euro 2000
01.20 Loja do Cidadão
02.20 Máquinas
03.10 24 Horas
03.30 «Sky Pirates - A Grande Aventura» (de Colin Eggleston, Austrália/1985, com John Hargreaves, Meredith Phillips. Aventuras)

VRTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
11.55 Arquivos do Entendimento
12.40 O Século das Descobertas

13.35 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.10 A Outra Face da Lua
21.00 Jornal 2
21.45 Magazine 2001
22.15 Allô, Allô
22.45 Big Train
23.00 Valha-me Deus
23.30 A Vida É Assim
00.20 «Mediterrâneo» (de Gabriele Salvatore, Itália/1991, com Diego Abatantuono, Claudio Bigagli, Giuseppe Cederna. Ver Destaque)

VSIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.50 Big Show Sic
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.30 O Sexo e a Cidade
00.20 «Bolero» (de John Derek, EUA/1984, com Bo Derek, George Kennedy, Olivia d' Abo. Erótico)
02.20 Diário do Europeu
02.50 Último Jornal

VTVI

09.00 Animação
10.30 O Sótão do Pedro
11.00 Top Rock
12.00 Caras Lindas
13.30 Contra-Ataque
14.15 4ª a Fundo
14.30 «Por Amor a Nancy» (de Paul Schneider, EUA/1992, com Tracey Gold, Jill Clayburgh. Drama)
16.30 «Uma Casa dos Diabos» (de LeVar Burton, EUA/1999. Comédia)
18.30 Olhó Video
19.30 Directo XXI
20.00 «Morte no Rio Grande» (de Rob Isaacov, EUA/1993. Drama)
22.00 Jardins Proibidos
23.10 Lux
23.50 «Crónica Feminina» (de Alaw Metzger. Drama)
01.50 «Escumalha» (de John Flynn, EUA/1992, com Christopher Walken, Lorraine Bracco, Miguel Ferrer. «Thriller»)

Domingo, 25

- ▼ RTP1**
 07.00 Infantil / Juvenil
 12.30 3ª Calhau a Contar do Sol
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Made in Portugal
 15.15 Coisas da Vida
 16.30 Euro 2000: _ Final
 20.00 Telejornal
 19.30 Euro 2000: _ Final
 21.30 Telejornal
 22.45 Agora É que São Ela
 00.05 Euro 2000
 00.50 Prazeres
 01.50 24 Horas
 02.15 «Os Beans do Egipto» (de Jennifer Warren,

Segunda, 26

- ▼ RTP1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.20 Concurso: Só Números
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Mentira
 15.30 Espaço Infantil-Juvenil
 17.00 Roseira Brava
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.10 Concurso: Só Números
 21.40 A Senhora Ministra
 22.20 «O Piano» (de Jane Campion, Austrália/1993, com

Terça, 27

- ▼ RTP1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.20 Concurso: Só Números
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Mentira
 15.30 Espaço Infantil-Juvenil
 17.00 Roseira Brava
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.10 Concurso: Só Números
 22.25 Grande Entrevista
 23.55 24 Horas
 00.30 1ª. Página

Quarta, 28

- ▼ RTP1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.20 Concurso: Só Números
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Mentira
 15.30 Espaço Infantil-Juvenil
 17.00 Roseira Brava
 19.00 Telejornal
 19.30 Euro 2000: _ Final
 21.30 Telejornal
 22.40 Concurso: Só Números
 23.10 Euro 2000
 24.00 As Lições do Tonecas

TVisto
 Correia da Fonseca

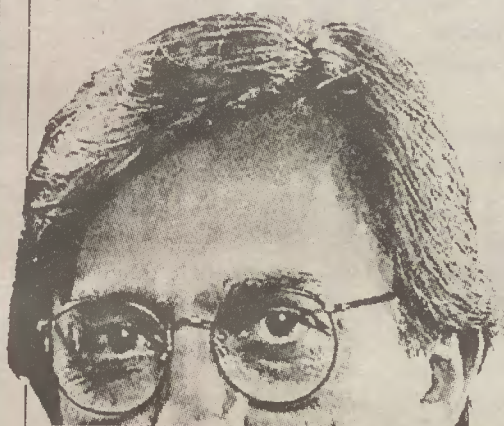
A desgraça doce

Nunca me pareceria uma boa notícia a da transferência de Carlos Cruz para a SIC. Depois da entrevista de Carlos Cruz no «João Nicolau Breyner», por sinal surgida na imprensa diária nessa mesma manhã, a notícia pareceu-me ainda mais triste. Respondendo a uma pergunta de Miguel Gaspar, jornalista que no «DN» assina notas acerca da TV numa óbvia e lúcida perspectiva crítica, Carlos Cruz mostrou-se fiel a

mais sólidas do que eu julgava. Resta-me, e não é pouco, a certeza de que um dia será preciso escolher entre outra TV (ou, mais exactamente, outros *media*) e uma qualquer forma de apocalipse. Por mim, aposto na nunca desmentida capacidade humana para, em situações-limite, escolher como lhe é preciso.

Dois caminhos

Quando entrevistado da emissão inaugural do mesmo «João Nicolau Breyner» e perguntado a propósito de pasmosos sintomas de ignorância revelados no concurso «Quem quer ser milionário?» o Presidente Jorge Sampaio respondeu textualmente que o remédio será «educar, educar, educar!». Terá razão, nem duvido; mas situações destas fazem-me sempre lembrar a fábula *lafontainiana* dos ratos e do guizo: o modo de



neutralizar o gato caçador de ratos é pendurar-lhe ao pescoço um guizo avisador da sua aproximação, *mas qual o rato que o vai fazer, e como?* No caso da educação, educação, educação, será que o senhor Presidente conta apenas com a acção escolar do Ministério da Educação, com as actuais estruturas que definam a orientação e a prática do ensino em Portugal? Será que cuida que chegam, ou sequer que algum dia chegarão? Por mim, não me parecem bastantes mesmo que melhorem imenso. Espero que ao senhor Presidente também não o pareçam. E não me parecem bastantes porque o processo educativo e de ensino decorre hoje mergulhado num caldo social poderosíssimo que a cada passo desvaloriza a escola, a aquisição de saberes, a curiosidade intelectual e/ou cultural, quando muito privilegiando o tal «pragmatismo» de pataco que opta pela aprendizagem sumária de tecnologias desligadas de um verdadeiro entendimento das coisas. Neste quadro, a escola não ganha melhor imagem que a de uma obrigatória escala, enjoativa e sempre repressora por menos que o seja, no caminho do desenrascamento final e de um mítico sucesso na vida. Ora, aqui entra esta televisão, a tal doce desgraça, como um poderoso e creio mesmo que decisivo desvalorizador da intervenção social da escola e como promotor de anticulturas alternativas. Por dois caminhos, pelo menos. Um deles é a descredibilização no espírito das populações de tudo quanto não seja de um suposto utilitarismo imediato, de tudo quanto de perto ou de longe cheira a cultura e a sentido cívico. O outro é a promoção desenfreada de antivalores como o consumismo, o não-me-importismo, o mito do vencedor individual funcionalmente analfabeto mas vitorioso graças à ausência de escrúpulos. Neste quadro, Carlos Cruz terá desistido talvez por achar que não adianta teimar. E o Presidente sugere que a solução está num Ministério que se mostra míope e está longe de ser tudo. Não há outro remédio: resta-nos chamar o futuro.



um entendimento da TV como criação dos homens naturalmente vocacionadas para ser útil à comunidade humana. É, como se sabe, um entendimento agora tido como uma obsolescência incómoda e, entre os «príncipes portugueses» da nova televisão impregnada de «eficácia», ninguém como Emídio Rangel deu fortes sinais de não se deixar tolher por escrúpulos. Assim, a transferência de Carlos Cruz adquire rendição, quaisquer que tenham sido os motivos e as circunstâncias porventura inevitáveis que a determinaram. Por estas e por outras é que há muito me deixam indiferentes as mudanças periodicamente havidas nas direcções da Radiotelevisão Portuguesa, como a que foi agora anunciada. Houve um tempo, sim, em que perante uma ou outra nova direcção de programas eu admitia, ingénuo, que talvez dessa vez chegasse quem encaminhasse a RTP para um destino de verdadeira utilidade nacional. Mas sobre isso já decorreram anos, tantos que nem sei lembrar quantos. Não que me tenham conformado com esta espécie de desgraça doce que é uma TV que com muito empenho e algum êxito se aplica diariamente a retirar aos telespectadores boa parte da sua qualidade de criaturas racionais e de facto civilizadas. Só porque fui aprendendo que o crime que esta televisão consubstancia tem raízes



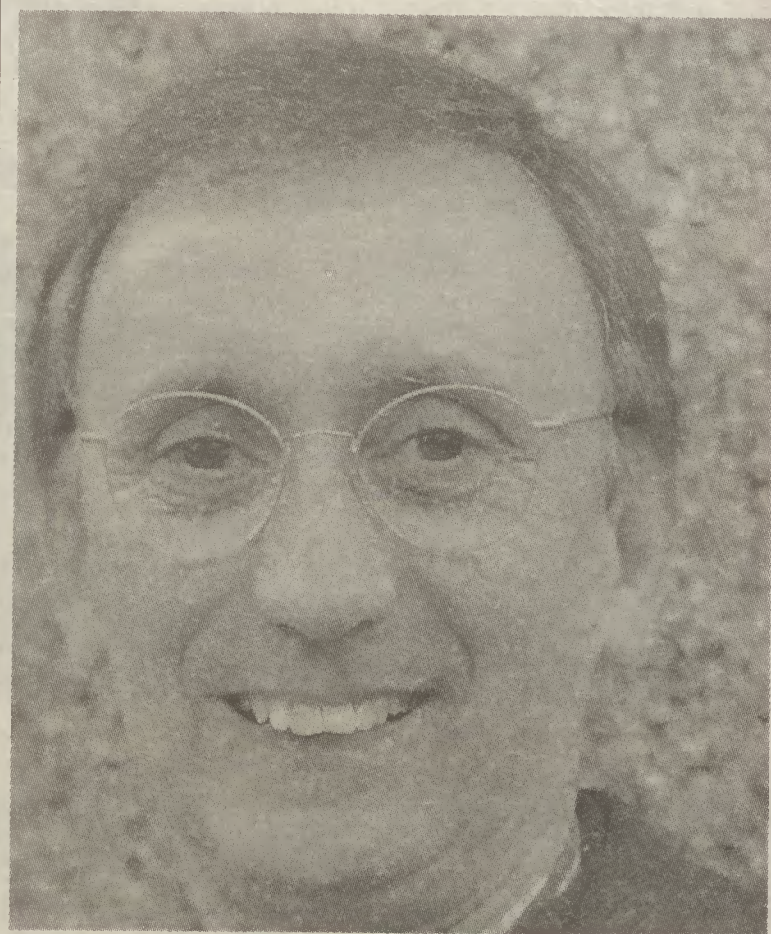
«Departamento de Homicídios» é um dos filhos legítimos da célebre «Hill Street Blues»

EUA/1994, com Rutger Hauer, Martha Plimpton, Kelly Lynch. *Drama*)

- ▼ RTP2**
 07.00 Euronews
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.30 Iniciativa
 14.30 Desporto
 17.00 «A Verdadeira História de Robinson Crusoe» (de George Miller e Rodney K. Hardy, Austrália/1993, com Pierce Brosnan, William Takaku, Polly Walker. *Aventuras*)
 19.20 Onde Carta: «Típotá»
 20.00 Artes e Letras: «Joaquim Bravo»
 21.00 Jornal 2
 21.45 Horizontes da Memória
 22.15 Travessa do Cotovelo
 23.45 Ópera: «Um Turco em Itália»

- ▼ SIC**
 07.30 Zip Zap
 12.00 BBC Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 «Meu Pai, O Herói» (de Steve Miner, EUA/1994, com Gérard Depardieu, Katherini Heigl, Lauren Hutton. *Comédia*)
 16.00 Walker, O Ranger do Texas
 17.00 «Fenómeno» (de John Turteltaub, EUA/1996, com John Travolta, Kyra Sedgwick, Forest Whitaker. *Drama*)
 20.00 Jornal da Noite
 21.10 Malucos do Riso
 22.15 Herman SIC
 00.20 «Rio Selvagem» (de Curtis Hanson, EUA/1994, com Meryl Streep, Kevin Bacon, David Strathairn. *Dram. Aventura*)
 02.40 Diário do Europeu
 03.10 Último Jornal
 03.45 O Guarda-Costas

- ▼ TVI**
 09.00 Animação
 11.00 Espaço Religioso
 11.10 Missa
 13.00 Portugal Português
 13.45 Caras Lindas
 15.00 «Resgate à Margem da Lei» (de Richard Colla, EUA/1993, com Mariel Hemingway, James Russo, Clancy Brown. *Drama*)
 17.00 Cocktail Nacional
 19.00 Directo XXI
 20.00 «Vulcão: Fogo na Montanha» (de Mick Jackson, EUA/1997, com Tommy Lee Jones, Gaby Hoffmann. *Drama*)
 22.00 Jardins Proibidos
 23.10 «O Preço de Uma Vida» (de Jean Pellerin, EUA/1997, com Rob Lowe, Joe Mantegna, James Russo. *Thriller*)
 01.10 «O Último Bandido» (de Geoff Murphy, EUA/1994, com Mickey Rourke. *Thriller*)



Em «A Outra Face da Lua» Júlio Isidro vai revelando novos talentos

- Holly Hunter, Harvey Keitel, Sam Neill, Ana Paquin. *Drama*)
 00.30 24 Horas
 00.55 1ª. Página
 01.15 «Uma Outra Mulher» (de Woody Allen, EUA/1988, com Gena Rowlands, Mia Farrow, Ian Holm, Gene Hackman. *Ver Destaque*)
- ▼ RTP2**
 07.00 Euronews
 16.30 Informação Gestual
 17.30 TV Nostalgia
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Universidade Aberta
 19.40 Segredos dos Oceanos
 21.00 Rotações
 20.30 Bombordo
 22.00 Jornal 2
 22.55 Acontece
 23.15 «Histórias do Cinema» (de Jean-Luc Godard, França/1988-98. *Ensaio*)
 01.05 O Cupido

- ▼ SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Malhação
 15.00 Você Decide
 18.00 Vila Madalena
 19.00 Esplendor
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Terra Nostra
 22.10 Roda dos Milhões
 00.30 Sai de Baixo
 01.10 Diário do Europeu
 01.30 Último Jornal
 02.05 «Amor em Perigo» (de Jonathan Demme, 1984, com Goldie Hawn, Kurt Russell, Christini Labii. *Drama*)

- ▼ TVI**
 09.00 Animação
 12.10 O Direito de Nascer
 13.30 TVI Jornal
 14.30 Louca Paixão
 15.45 Batatoon
 18.30 A Grande Aventureira
 19.30 Directo XXI
 20.30 Olhó Vídeo
 21.15 Crianças S.O.S.
 22.15 «Bora lá, Marina!»
 22.50 Quero Justiça
 00.30 «Nervos de Aço» (de Avi Nessher, EUA/1999. *Thriller*)
 02.50 «Regresso Sombrio» (de David Madden, EUA/1993, com Robert Carradine, Elizabeth Arlen. *Drama*)
 04.50 Ai que Vida!

- 00.50 Os Hughleys
 01.40 «Em defesa do Universo» (de John Weidner, EUA/1996, com Billy Wirth, Edward Albert, James Shigeta. *Ficção Científica*)
- ▼ RTP2**
 07.00 Euronews
 08.00 Infantil / Juvenil
 12.00 Euronews
 16.30 Informação Gestual
 17.30 TV Nostalgia
 18.30 Informação Religiosa
 19.10 Mitos Eternos
 20.00 Brigada Submarina
 21.00 O Lugar da História
 22.00 Jornal 2
 22.55 Acontece
 23.15 «Histórias do Cinema» (de Jean-Luc Godard, França/1988-98. *Ensaio*)

- ▼ SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Malhação
 15.00 Você Decide
 18.00 Vila Madalena
 19.00 Esplendor
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Terra Nostra / Labirinto
 22.10 «A Noiva» (Longa-metragem)
 00.10 Sai de Baixo
 00.50 «Pára ou a Mamã Dispara!» (de Roger Spottiswoode, EUA/1992, com Sylvester Stallone, Estelle Getty, JoBeth Williams. *Comédia*)
 02.40 Diário do Europeu
 03.10 Último Jornal
 03.55 Toda a Verdade

- ▼ TVI**
 09.00 Animação
 12.10 O Direito de Nascer
 13.30 TVI Jornal
 14.30 Louca Paixão
 15.45 Batatoon
 18.30 A Grande Aventureira
 19.30 Directo XXI
 20.30 Olhó Vídeo
 21.15 «Up, Up and Away» (de Robert Towns. *Aventuras*)
 23.15 «Pecados de uma Mulher Casada» (de Salvatore Samperi, 1990. *Erdícto*)
 01.15 Diário do Euro
 01.35 «O Dia da Justiça» (de Stephen Tolkin, EUA/1998. *Drama*)
 03.40 Ai que Vida!

Nota:
 A Relação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Asfixia

O horror caiu nas redacções e fez-se notícia: a polícia britânica do porto de Dover encontrou 58 pessoas mortas no contentor estanque de um camião de matrícula holandesa, que acabara de desembarcar do ferry boat vindo do porto belga de Zeebrugge.

Eram imigrantes clandestinos de origem asiática que, segundo uma avaliação preliminar, teriam morrido sufocados no contentor. A polícia espera saber mais pormenores desta monstruosidade quer através do motorista, que prendeu de imediato, quer de dois outros clandestinos que foram encontrados ainda vivos e já estão livres de perigo no hospital.

A brutalidade da notícia segregou indignações a preceito. O Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair, afirmou em Santa Maria da Feira (onde se encontrava a participar na última sessão de presidência portuguesa da UE) que «é importante aniquilar este comércio de pessoas», o Primeiro-Ministro francês, Daniel Jospin (também na Feira), encarregou um porta-voz de afirmar a sua indignação perante a «desumanidade deste drama de miséria» e António Vitorino, na sua qualidade de comissário europeu da Justiça e Assuntos Internos, apelou ao combate «contra a imigração clandestina e aqueles que a organizam».

Palavras tão inevitáveis como de circunstância, valendo nada como de costume. O que estes e semelhantes responsáveis políticos evitam a todo o custo são outras palavras e questões.

Como a de explicar por que aceitam, sem excepção, que as obras públicas e privadas ou a rudeza do trabalho em geral que faz mover os seus países sejam, cada vez mais, realizados com recurso a mão-de-obra já não apenas explorada ou mal paga, mas publicamente arrebanhada no estrangeiro por negreiros e escravizada nos «países de acolhimento» por canalhas de todos os matizes.

Ou a de responderem pelo vazio legal que, nos seus democráticos países, pune com multas (quando pune...) homicídios qualificados e uma lista interminável de chocantes violações dos direitos humanos.

Ou, ainda, a de esclarecer por que, por um lado, é consentido a empresas, empresários e contratadores de todo o jaez o inenarrável tráfico de seres humanos em actividades manifestamente públicas e fiscalizáveis e, por outro, por que é sobre as vítimas que desaba sempre a severidade da «Justiça», castigando a ilegalidade do clandestino com a expulsão e ignorando o crime do tráfico humano com uma eventual multa.

O abismo que separa as palavras e os actos destes e semelhantes governantes pode medir-se aqui mesmo. Basta atentarmos na nova categoria de imigrantes que o Governo PS, através de Decreto-Lei do ministro Fernando Gomes, se propõe «lançar no mercado» com as chamadas autorizações de permanência, temporárias, renováveis anualmente e limitadas a cinco anos.

Com limpeza e aparente humanidade, garante-se assim aos empreiteiros do burgo uma mão-de-obra dócil e barata para os próximos anos de grandes obras e, chegado o limite dos cinco anos que antigamente dava direito a residência permanente e até à naturalização... expulsam-se!

Sempre é melhor que asfixiá-los em contentores, não é verdade?!...

Primeiros resultados da luta na EPPET

ME ensaia recuo

Depois da denúncia pública, o Ministério da Educação veio dizer que ainda não está decidido entregar a escola de Telheiras ao grupo Ensinus.

Contas e intenções

Sábado, no Fórum Picoas, o ministro Oliveira Martins, citado pelo «Correio da Manhã», festejou o «tremendo sucesso» da execução do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal. Foi revelado ali que, no período correspondente ao Quadro Comunitário de Apoio II, entre 1994 e 1999, os investimentos financeiros do Prodep ultrapassaram os 300 milhões de contos; destes, 117 milhões foram destinados às escolas profissionais. No QCA III, de 2000 até 2006, estas verbas chegarão aos 470 milhões de contos, a que se juntam mais 90 milhões em incentivos.

«Seremos mal intencionados», interrogou-se a propósito um membro da comissão de pais da EPPET, que denunciou o ataque a esta escola como parte de um «negócio de amigos».

As manifestações promovidas pelos alunos da Escola Pública Profissional de Electrónica e Telecomunicações, na passada quinta-feira, bem como o destaque que o tema mereceu nalguns órgãos de

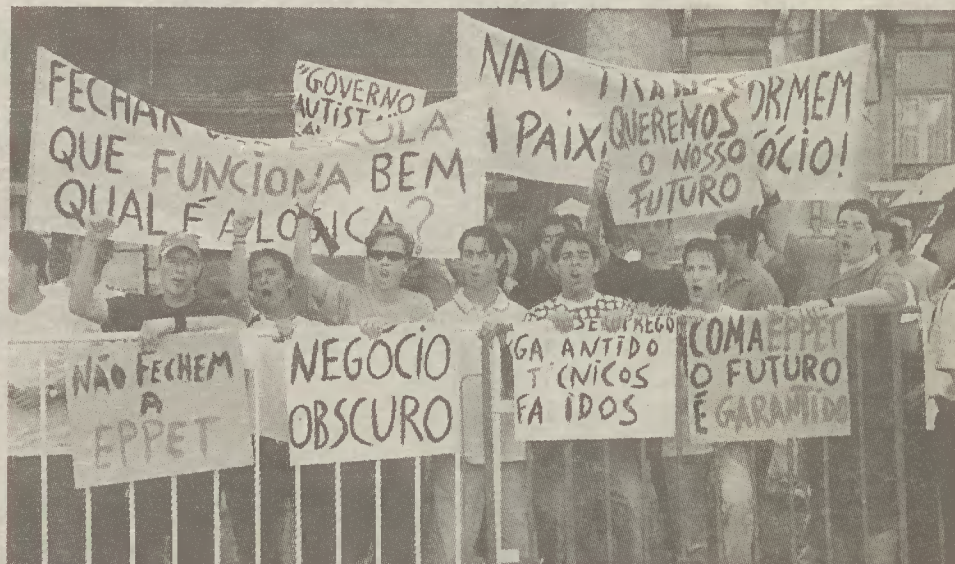
mo a dizer que Oliveira Martins poderia rever todo o processo.

Contudo, os pais dos alunos não se mostram dispostos a abandonar a luta em defesa da escola, apenas a troco de promessas. Para a reunião com o minis-

Inscrições

Suscitou particular indignação, patente no encontro com os jornalistas que teve lugar ao fim da tarde de quinta-feira, o facto de uma responsável do ensino profissional no Ministério ter dito, em res-

Avolumam-se mentiras, contradições e justificadas suspeitas



Provocaram reacção as manifestações na 5 de Outubro, no Largo do Rato e em São Bento

comunicação social, levaram responsáveis da Direcção Regional da Educação de Lisboa a contactarem a comissão de pais, logo no dia seguinte, procurando deitar «água na fervura».

Contrariando o que antes fora comunicado e até já motivara reuniões com os professores e a comissão instaladora da escola pública de Telheiras, a DREL veio dizer, apressadamente, que a decisão de entregar a EPPET ao INETE, do grupo Ensinus, ainda não foi tomada em definitivo. A par da promessa de uma audiência com o ministro da Educação, uma responsável da DREL chegou mes-

tro - que antontem ainda não tinha sido marcada - prepararam uma lista de compromissos e medidas concretas quanto ao presente e futuro da escola: querem, designadamente, que a EPPET se mantenha pública, que seja definitivamente legalizado o seu funcionamento (está em regime de instalação desde 1990, apesar do grande sucesso da sua actividade e do prestígio que conquistou) e que lhe sejam atribuídas as instalações que o Governo português não assegurou (falha que, segundo os pais, levou a que os parceiros holandeses abandonassem o projecto há cerca de cinco anos).

posta a um telefonema, que a EPPET não estava a aceitar inscrições de alunos para o 1.º ano por decisão da comissão instaladora da escola. Confrontada com esta falsa informação dada a partir do ME, a directora-adjunta da DREL respondeu à comissão de pais que a recusa de inscrições teria sido combinada na reunião com os responsáveis da escola. Mas esta versão foi veementemente desmentida pelo presidente da comissão instaladora da EPPET.

Pais, alunos e professores mantêm-se firmes na disposição de defender a escola pública, cuja destruição beneficiaria lobbies privados, ligados a quadros do PS e da Educação.



Imigrantes - Num encontro com a ministra para a Igualdade realizado antontem, o PCP reclamou ao Governo a efectiva aplicação da lei contra a discriminação racial e lançou o desafio de discutir de forma conjunta a sua proposta de revisão da Lei de Estrangeiros e os projectos do PCP sobre esta matéria. O PCP esteve representado por Henrique de Sousa, membro do Secretariado e pelo deputado António Filipe.

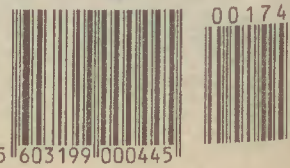
Quinta da Piedade PCP tem razão

O PS da Câmara de Vila Franca de Xira, ignorando os protestos dos vereadores do PCP e da população, aprovou uma urbanização para mais mil habitantes num terreno da Quinta da Piedade, anteriormente cedido para a construção de uma variante viária e para zona de lazer. O responsável do pelouro, Carlos Silva, chegou a comentar a um jornalista que «tudo está bem e legal» e o que acontece «é apenas o reflexo do desespero dos comunistas do concelho por terem perdido a Câmara».

Entretanto, o PCP, que enviou em Março uma carta ao ministro do Ambiente a dar conhecimento do processo em curso, recebeu a semana passada a resposta, onde o Governo admite que «a reconversão urbanística em causa implica a alteração quer do PDM, quer dos alvarás de loteamento que

operaram a cedência das parcelas em questão», reconhecendo, assim, a razão do PCP e dos moradores e tornando nula a decisão do PS e do PSD sobre esta urbanização. Os seus vereadores podem mesmo ser demitidos, se persistirem em avançar com o processo.

Os vereadores do PCP vão agora solicitar a revogação formal desta decisão na reunião de Câmara e consideram que seria interessante saber se o vereador Carlos Silva, também considerava a resposta do Governo resultante «de um qualquer ataque de desespero» de que os governantes tenham sido acometidos.



00174